



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII – Nº 138 – QUINTA-FEIRA, 6 DE SETEMBRO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7) 2º - João Durval - (P DT-BA) 3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS		
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá ⁽⁴⁰⁾ Sérgio Souza ⁽²⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹²⁾ Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25 Líder Walter Pinheiro - PT ^(22,27) Vice-Líderes Acir Gurgacz ⁽⁴⁹⁾ Lídice da Mata ^(29,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes ^(37,44) Líder do PT - 13 Walter Pinheiro ^(22,27) Vice-Líderes do PT Wellington Dias ⁽²⁶⁾ Lindbergh Farias ⁽²⁸⁾ Ana Rita ⁽²⁵⁾ Anibal Diniz ⁽²⁴⁾ Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz ⁽⁴⁹⁾ Vice-Líder do PDT Pedro Taques ⁽²¹⁾ Líder do PSB - 4 Lídice da Mata ^(29,39) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares ⁽³⁰⁾ Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes ^(37,44)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Jayme Campos - DEM ⁽²³⁾ Vice-Líderes Cyro Miranda ⁽³⁴⁾ Flexa Ribeiro ^(7,33) Lúcia Vânia ⁽³²⁾ Mário Couto ⁽³⁵⁾ Paulo Bauer ^(6,31) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁵⁾ Paulo Bauer ^(6,31) Flexa Ribeiro ^(7,33) Líder do DEM - 5 José Agripino ^(2,10,14,45,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽²³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽¹⁹⁾ Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ João Vicente Claudino Eduardo Amorim ^(17,47,48) Líder do PTB - 6 Gim Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti Líder do PR - 6 Blairo Maggi ⁽¹⁹⁾ Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ Vicentinho Alves ⁽⁴²⁾ Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ^(17,47,48)	Governo Líder Eduardo Braga - PMDB ⁽³⁸⁾ Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata ^(29,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ^(11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão
		PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽¹⁸⁾

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – LEI PROMULGADA	
Lei nº 12.713, de 2012, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor global de R\$ 688.497.000,00, para os fins que especifica.	46581
2 – ATA DA 164ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE SETEMBRO DE 2012	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Aviso do Banco Central do Brasil	
Nº 51/2012 (nº 93/2012, na origem), encaminhando o demonstrativo das emissões do Real referente ao mês de julho de 2012, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	46583
2.2.2 – Aviso do Tribunal de Contas da União	
Nº 26/2012-CN (nº 1.011/2012, na origem), encaminhando o Relatório das Atividades desenvolvidas por aquele Órgão, referente ao 2º trimestre do exercício de 2012. <i>Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.</i>	46595
2.2.3 – Discursos do Expediente	
SENADOR EDUARDO SUPLICY – Comentários sobre a Renda Básica de Cidadania e programas sociais correlatos.	46595
2.2.4 – Comunicação da Presidência	
Transferência da sessão solene do Congresso Nacional, destinada a reverenciar a vida e a trajetória política de Ulysses Guimarães, para 15 de outubro próximo, às 17 horas, no Plenário do Senado Federal.	46606
2.2.5 – Comunicações	
Da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 577, de 2012 (Ofício nº 910/2012). <i>Designação do Deputado Wladimir Costa, como titular, para compor a referida Comissão.</i>	46606
Da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 577, de 2012 (Ofício nº 833/2012). <i>Designação do Deputado Alfredo Kaefer, como titular, para compor a referida Comissão.</i>	46606
2.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, como Líder – Análise das medidas econômicas do Governo da Presidente Dilma Rousseff.	46607
SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Defesa da sanção do projeto de lei de conversão que inclui as atividades de comércio e serviços entre as contempladas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.	46610
SENADOR ALVARO DIAS – Críticas ao Governo Federal pelo descumprimento de decisão judicial que determina o pagamento de indenização aos pensionistas e aos aposentados do Fundo Aerus; e outro assunto.	46613
SENADOR TOMÁS CORREIA – Entusiasmo com o desenvolvimento regional proporcionado pelo sistema hidroviário do Estado de Rondônia; e outros assuntos.	46615
SENADOR PAULO PAIM – Preocupação com a situação dos aposentados e pensionistas do Fundo Aerus; e outro assunto.	46617
SENADOR ANIBAL DINIZ – Defesa da permanência da Superintendência da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) no Estado do Acre; e outros assuntos.	46623
SENADOR CIDINHO SANTOS – Comentários sobre a cultura da seringueira e sobre os assentamentos rurais nos estados brasileiros.	46627
2.2.7 – Comunicações	
Da Liderança do DEM no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Ofício nº 48/2012). <i>Designação do Senador Wilder Moraes, como suplente, para compor a referida Comissão.</i>	46630
Da Liderança do DEM no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Ofício nº 49/2012).	

Designação do Senador Wilder Moraes, como suplente, para compor a referida Comissão. 46630

Da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 577, de 2012 (**Ofício nº 180/2012**).
Designação do Deputado Paulo Foletto, como titular, para compor a referida Comissão. 46630

2.2.8 – Comunicação da Presidência

Encaminhamento do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2012, apresentado em conclusão do Parecer nº 19, de 2012-CN, à Câmara dos Deputados. 46630

2.2.9 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR CÍCERO LUCENA – Registro da matéria intitulada “Ação civil pede bloqueio dos bens de ministro”, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em 11 de agosto último. 46630

SENADOR CYRO MIRANDA – Registro do editorial intitulado “Mercosul de boina vermelha”, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1º de agosto último. 46632

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Registro da matéria intitulada “TCU constata erros e superfaturamento em estradas com projetos executivos”, publicada pelo jornal *Valor Econômico*, em 4 de julho último. 46632

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro do editorial intitulado “Lá vêm os bolivianos”, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em 6 de agosto último. 46634

2.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

3.1 – BANCADAS DOS PARTIDOS NO SENADO FEDERAL

3.2 – POR ORDEM ALFABÉTICA

4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

5 – LIDERANÇAS

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 46654

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 46661

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 46667

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 46672

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle 46677

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 46687

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 46693

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura 46701

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo 46707

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 46713

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 46716

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993) 46718

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993) 46719

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995) 46721

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005) 46721

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001) 46722

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009) 46724

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010). 46726

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010) 46728

CONGRESSO NACIONAL

10 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006) 46732

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008).. 46737

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA (Resolução nº 2, de 2007) 46739

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999) 46740

Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito 46741

11 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972) 46747

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991) 46748

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011) 46749

FUNCCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2040 Gestão de Riscos e Resposta a Desastres									400.000.000
		ATIVIDADES							
06 182	2040 22BO	Ações de Defesa Civil							400.000.000
06 182	2040 22BO 0103	Ações de Defesa CIVIL - Nacional (Crédito Extraordinário)							400.000.000
			F	3	2	90	0	388	200.000.000
			F	4	2	90	0	388	200.000.000
TOTAL – FISCAL									400.000.000
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL – GERAL									400.000.000

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome									
UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome									
ANEXO									
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)									
Crédito Extraordinário									
Recurso de Todas as Fontes RS 1,00									
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2030		Educação Básica							238.497.000
		ATIVIDADES							
08 365	2030 20TR	Apoio à Manutenção da Educação Infantil							238.497.000
08 365	2030 20TR 0101	Apoio à Manutenção da Educação Infantil - Nacional (Crédito Extraordinário)							238.497.000
			S	3	2	40	0	388	238.497.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									238.497.000
TOTAL - GERAL									238.497.000

Ata da 164ª Sessão, Não Deliberativa, em 5 de setembro de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim, Tomás Correia, Anibal Diniz e Cidinho Santos

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 16 horas e 51 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 51, de 2012**

(nº 93/2012, na origem), do Banco Central do Brasil, que encaminha, em atendimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do Real referente ao mês de julho de 2012, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

É o seguinte o Aviso:

AVISO Nº 51, DE 2012

Aviso 93/2012--BCB


Brasília, 31 de agosto de 2012.

Assunto: Demonstrativo das emissões do real.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que estabeleceu as condições para emissão do Real, a fórmula de apuração das emissões realizadas e as bases para o acompanhamento e controle monetário, encaminho a Vossa Excelência o anexo demonstrativo das emissões referentes ao mês de julho de 2012, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Atenciosamente,


Aníero de Moraes Meirelles
Presidente, substituto

Anexo: 1 documento; 12 páginas.

Anexo ao Aviso nº 93/2012 - BCB, de 31 de agosto de 2012

Demonstrativo das emissões do real – Mês de julho de 2012

- I. A base monetária restrita e a emissão**
- II. A base monetária ampliada**

- III. Os meios de pagamento (M1) e o multiplicador
- IV. Os meios de pagamento amplos
- V. Anexos

DEMONSTRATIVO DAS EMISSÕES DO REAL

I – A base monetária restrita e a emissão

A base monetária apresentou saldo médio diário de R\$197,5 bilhões em julho, registrando crescimentos de 2,6% no mês e 9,7% em doze meses, após avanços mensais de 2,3% no saldo médio do papel-moeda emitido e de 3,7% nas reservas bancárias.

Demonstrativo de emissões do real	
Julho - 2012	
Discriminação	R\$ bilhões
A - Emissão monetária autorizada para o 3º trimestre/2012 ^{1/} (Voto CMN nº 65/2012)	224,30
B - Emissão monetária realizada ^{2/}	197,48
b.1 - Usos ^{3/}	197,48
b.1.1 Papel-moeda emitido	153,47
b.1.2 Reservas bancárias	44,01
b.2 - Fontes	197,48
b.2.1 Saldos em 29.6.2012	198,86
b.2.1.1 Papel-moeda emitido	151,22
b.2.1.2 Reservas bancárias	47,64
b.2.2 Fluxos em julho/2012 ^{3/}	-1,38
b.2.2.1 Operações com o Tesouro Nacional	17,89
b.2.2.2 Operações com títulos públicos federais	-26,45
b.2.2.3 Operações com o setor externo	0,10
b.2.2.4 Operações com o sistema financeiro	7,09
C - Saldo de emissão (A - B)	26,82
D - Reservas internacionais disponíveis	771,06
E - Lastro monetário exigido (reservas internacionais vinculadas)	224,30
F - Reservas internacionais excedentes (D - E)	546,76

1/ Média dos valores nos dias úteis do último mês do trimestre.

2/ Média dos saldos nos dias úteis.

3/ Média dos fluxos acumulados nos dias úteis.

Base monetária e componentes
Média dos saldos nos dias úteis

Período	Papel-moeda emitido	Variação percentual		Reservas bancárias	Variação percentual		Base monetária	Variação percentual		R\$ milhões
		Mês	12 meses		Mês	12 meses		Mês	12 meses	
2010 Jan	124 317	-3,0	16,0	41 072	4,7	17,9	165 388	-1,2	19,4	
Fev	123 046	-1,0	18,0	38 933	-5,4	23,1	161 878	-2,1	19,2	
Mar	119 571	-2,8	18,3	36 150	0,8	26,0	158 721	-2,0	20,1	
Abr	119 462	-0,1	17,6	40 887	4,4	32,7	160 328	1,0	21,1	
Mai	119 764	0,3	16,9	40 133	-1,8	24,0	159 897	-0,3	19,6	
Jun	121 275	1,3	16,9	40 776	1,6	25,6	162 051	1,3	18,9	
Jul	123 287	1,7	17,5	43 087	5,7	28,8	166 374	2,7	20,2	
Ago	125 318	1,6	18,0	43 308	0,5	33,3	168 625	1,4	21,6	
Set	129 941	3,7	17,8	43 028	-0,8	23,4	172 969	2,6	19,2	
Out	132 105	1,7	18,4	44 838	4,2	31,8	176 942	2,3	21,6	
Nov	133 083	0,7	17,1	44 741	-0,2	27,8	177 834	0,5	19,6	
Dez	148 054	11,2	15,5	49 335	10,3	25,7	187 388	1,0	17,9	
2011 Jan	142 414	-3,8	14,6	48 633	0,6	20,8	182 047	-2,7	19,1	
Fev	137 384	-3,4	11,8	46 293	-6,7	18,2	183 877	-4,3	13,8	
Mar	135 629	-1,5	13,3	45 235	-2,3	15,5	180 765	-1,7	13,9	
Abr	135 615	-0,0	13,4	44 411	-1,8	8,7	179 925	-0,5	12,2	
Mai	133 836	-1,4	11,6	43 967	-1,0	9,6	177 603	-1,3	11,1	
Jun	135 309	1,3	11,8	44 718	1,7	8,7	180 028	1,4	11,1	
Jul	136 425	0,8	10,7	43 530	-2,7	1,0	179 855	0,0	8,2	
Ago	137 258	0,6	9,5	42 482	-2,6	-2,0	179 720	-0,1	8,8	
Set	141 885	3,4	9,2	42 382	-0,2	-1,5	184 278	2,5	6,5	
Out	143 731	1,3	8,8	41 740	-1,5	-6,9	185 471	0,6	4,8	
Nov	144 819	0,8	8,8	42 400	1,7	-5,1	187 279	1,0	5,3	
Dez	160 160	10,6	8,2	45 817	7,9	-7,1	205 977	10,0	4,4	
2012 Jan	163 970	-3,9	8,1	46 614	1,7	-6,1	200 585	-2,8	4,4	
Fev	161 623	-1,5	10,2	42 930	-7,9	-7,3	194 353	-3,0	5,8	
Mar	147 901	-2,5	9,1	42 503	-1,0	-8,0	190 404	-2,1	5,3	
Abr	147 515	-0,3	8,9	42 063	-1,0	-5,3	189 578	-0,4	6,4	
Mai	148 068	0,3	10,8	42 076	0,0	-4,3	190 064	0,3	7,0	
Jun	150 075	1,4	10,9	42 452	0,9	-5,1	192 526	1,3	6,9	
Jul	153 473	2,3	12,5	44 008	3,7	1,1	197 462	2,6	9,7	

Entre os fatores condicionantes da emissão monetária, sobressaiu a expansão de R\$15,9 bilhões referente a depósitos de instituições financeiras, resultante, sobretudo, da redução da exigibilidade adicional sobre recursos à vista, de 12% para 6%. As operações com títulos públicos federais, que incluem a atuação do Banco Central no ajuste da liquidez do mercado monetário, foram contracionistas em R\$5,8 bilhões e as operações do Tesouro Nacional, em R\$3,6 bilhões. O impacto dos títulos públicos refletiu vendas líquidas de R\$117,9 bilhões no mercado secundário e resgates líquidos de R\$112,1 bilhões no mercado primário.

Fatores condicionantes da base monetária
Fluxos acumulados no mês

Período	Operações com o Tesouro Nacional	Operações com títulos públicos federais	Operações com o setor externo	Operações com o sistema financeiro	Operações com derivativos ajustas	R\$ milhões Variação da base monetária
2010 Jan	5 879	- 18 835	3 077	- 544	0	- 10 423
Fev	- 12 288	8 978	749	242	0	- 1 316
Mar	2 544	82 893	5 256	- 88 317	0	2 378
Abr	- 8 077	63 586	5 409	- 82 001	0	- 2 093
Mai	- 8 052	5 114	7 387	- 388	0	4 060
Jun	177	- 1 268	3 665	- 1 835	0	941
Jul	8 087	- 1 831	2 763	- 4 128	0	2 800
Ago	- 6 596	10 593	7 213	- 498	0	10 714
Sep	- 2 503	- 8 858	18 609	- 4 379	0	2 769
Out	1 798	- 11 612	12 849	- 1 700	0	1 433
Nov	- 6 304	8 308	4 209	- 5 162	0	1 051
Dez	- 22 880	111 544	4 278	- 84 572	0	28 369
2011 Jan	16 919	- 35 551	13 502	- 8 164	- 12	- 13 308
Fev	- 18 839	- 8 037	16 236	1 505	183	- 7 940
Mar	- 13 063	- 7 127	14 793	- 680	436	- 5 688
Abr	- 9 826	- 6 175	9 771	- 1 855	922	- 7 183
Mai	- 15 886	11 439	7 158	2 929	- 256	5 572
Jun	- 5 602	12 726	3 912	802	355	12 213
Jul	- 7 600	- 5 442	10 505	- 5 999	125	- 8 412
Ago	- 23 183	13 687	7 932	- 4 448	- 4	- 2 614
Sep	- 8 101	25 737	775	- 5 979	- 2 213	9 218
Out	- 5 390	8 936	217	- 5 242	44	- 436
Nov	- 19 185	11 895	1 081	1 048	- 236	- 5 389
Dez	- 17 346	44 910	304	- 4 328	- 32	31 564
2012 Jan	5 232	- 22 620	193	13 911	165	- 2 099
Fev	- 23 613	- 16 425	1 576	17 730	84	- 20 647
Mar	- 9 071	- 14 661	17 719	18 844	- 344	10 487
Abr	- 13 291	- 10 142	- 3 487	4 325	- 132	- 8 772
Mai	- 14 894	13 739	2 224	- 1 063	- 528	- 1 521
Jun	- 4 226	12 447	422	- 1 701	253	7 195
Jul	- 3 524	- 5 773	215	14 233	- 281	4 789

(1) Não inclui operações com títulos.

II – A base monetária ampliada

A base monetária ampliada atingiu R\$2.812 bilhões, apresentando elevação de 0,2% no mês e de 7,4% nos últimos 12 meses. Dentre seus componentes, o estoque dos títulos públicos federais fora da carteira da Autoridade Monetária expandiu 0,7%, totalizando R\$2.296 bilhões. Esse resultado derivou, basicamente, da atualização da dívida mobiliária federal em poder do público.

Base monetária ampliada
Saldos em final de período

Período	Base monetá- ria	Depósitos computáveis em espécie		Títulos públicos federais ^{1/}			Total	R\$ milhões Variação percentual ^{2/}	
		Remune- rados ^{2/}	Não remune- rados ^{2/}	Títulos do Tesouro Nacional				Mês	12 meses
				Posição de car- teira	Finança- mento ^{4/}	Total			
2010 Jan	155 650	61 463	2 323	1351 778	568 708	1860 486	2079 923	1,4	16,0
Fev	154 334	61 703	2 355	1393 823	471 719	1865 542	2083 934	0,2	15,7
Mar	156 710	160 625	2 473	1398 035	404 767	1802 803	2112 511	1,4	15,8
Abr	154 627	213 980	2 413	1492 468	334 649	1827 317	2199 317	4,1	20,1
Mai	158 607	216 938	2 327	1516 959	326 904	1845 864	2222 916	1,1	20,5
Jun	159 628	219 364	2 335	1515 642	350 729	1866 371	2247 898	1,1	18,3
Jul	162 520	225 461	2 292	1507 843	375 858	1883 741	2274 042	1,2	16,8
Ago	173 243	235 002	3 565	1524 448	382 806	1887 054	2298 884	1,1	15,4
Sep	178 002	241 400	3 690	1533 217	377 685	1910 805	2331 937	1,4	15,5
Out	177 435	245 048	3 839	1550 667	388 815	1938 402	2365 804	1,4	16,1
Nov	178 486	252 681	3 638	1575 247	373 655	1950 902	2385 794	0,8	16,7
Dez	206 853	319 876	3 832	1805 139	259 248	1864 387	2394 948	0,4	16,7
2011 Jan	183 547	331 485	3 493	1542 312	375 235	1917 548	2446 093	2,1	17,6
Fev	185 607	333 181	3 588	1588 853	359 509	1948 362	2468 738	0,9	16,5
Mar	179 919	336 920	3 730	1610 614	386 811	1977 425	2497 894	1,2	18,2
Abr	172 725	341 841	3 648	1654 295	350 516	2004 771	2522 863	1,0	14,0
Mai	178 298	342 923	3 602	1866 182	349 525	2015 706	2540 228	0,7	14,3
Jun	190 511	344 629	3 895	1731 282	321 540	2052 822	2591 657	2,0	15,3
Jul	182 099	363 856	3 565	1662 527	416 237	2078 764	2618 184	1,0	15,1
Ago	179 285	354 187	4 124	1883 674	392 815	2085 269	2623 895	0,2	14,1
Sep	188 505	363 047	4 227	1724 988	387 385	2062 363	2638 142	0,5	13,1
Out	188 068	370 109	4 274	1733 343	358 630	2092 973	2655 425	0,7	12,2
Nov	182 671	370 832	4 215	1763 748	349 230	2102 978	2660 696	0,2	11,5
Dez	214 235	358 180	4 255	1783 258	311 865	2095 126	2682 798	0,8	12,0
2012 Jan	212 108	356 893	3 916	1718 941	424 504	2144 445	2717 485	1,3	11,1
Fev	191 489	341 760	4 058	1755 365	428 354	2183 729	2721 038	0,1	10,2
Mar	201 956	325 975	4 001	1768 095	451 119	2217 214	2749 148	1,0	10,1
Abr	153 184	323 157	3 958	1777 684	437 573	2245 387	2763 695	0,8	9,6
Mai	181 663	324 920	4 053	1815 478	438 544	2256 022	2776 658	0,4	9,3
Jun	198 858	322 419	4 095	1883 971	414 665	2280 636	2806 009	1,1	8,3
Jul	203 628	308 305	3 950	1781 485	534 258	2285 744	2811 825	0,2	7,4

1/ Títulos avaliados pela curva de rendimento do papel. Inclui emissões/resgates de títulos públicos federais sem impacto monetário.

2/ Depósitos vinculados ao SBPE: 6,17% a.a. + TR. Depósitos a prazo e originidade adicional sobre depósitos à vista, a prazo e de poupança: SELIC, recursos de poupança não direcionados ao financiamento imobiliário e rural: 60% (Remuneração: 6,17% a.a. + TR se meta Selic for maior que 8,5% a.a. ou 70% da meta Selic + TR se meta Selic igual ou menor que 8,5% a.a.).

3/ A partir de fevereiro/2003 inclui os recursos de depósitos prévios para compensação e a partir de agosto/2004 os recursos de depósitos à vista não aplicados em microfinanças e os decorrentes de diferenças de exigibilidades de aplicações em crédito rural.

4/ Inclui posições de financiamento líquido no dia, do DEMAB (-) oversold (+) undersold e posições da Res. n° 2308, de 28 de agosto de 1995.

III – Os meios de pagamento e o multiplicador

O saldo médio diário dos meios de pagamento restritos (M1) atingiu R\$268,5 bilhões em julho, refletindo acréscimos de 2,2% no mês e 5,9% em doze meses. Nas mesmas bases de

comparação, o saldo médio do papel-moeda em poder do público aumentou 2,1% e 12,4% e os depósitos à vista, 2,4% e 1%.

Meios de pagamento (M1) e componentes									
Média dos saldos nos dias úteis									
Período	Papel-moeda em poder do público	Variação percentual		Depósitos à vista	Variação percentual		Meios de pagamento	Variação percentual	
		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses
R\$ milhões									
2010 Jan	100 482	-2,7	15,7	135 157	-1,4	10,7	235 649	-2,9	12,7
Fev	98 871	-1,8	17,4	131 138	-3,0	14,3	229 806	-2,5	15,6
Mar	96 922	-1,8	18,2	130 512	-0,5	18,2	227 434	-1,0	17,0
Abr	96 649	-0,3	17,0	132 563	1,8	18,5	229 212	0,8	18,9
Mai	97 232	0,6	17,0	134 246	1,3	17,2	231 478	1,0	17,1
Jun	98 391	1,2	18,9	135 885	1,2	17,0	234 275	1,2	18,9
Jul	100 329	2,0	17,7	138 244	1,7	18,9	238 573	1,8	17,2
Ago	101 968	1,6	18,4	138 448	0,1	18,0	240 416	0,8	18,8
Set	105 676	3,5	19,2	141 578	2,3	19,1	247 154	2,8	18,7
Out	106 553	0,9	18,9	145 358	2,7	19,5	251 909	1,9	19,2
Nov	107 486	0,9	17,3	145 783	0,3	18,1	253 200	0,5	17,8
Dez	119 580	11,3	15,8	160 034	9,6	18,7	279 632	10,4	16,3
2011 Jan	115 342	-3,6	14,0	152 901	-4,5	13,1	268 242	-4,1	13,8
Fev	111 424	-3,4	12,9	145 814	-4,8	11,2	257 239	-4,1	11,9
Mar	108 998	-2,2	12,5	143 868	-1,5	10,1	252 688	-1,8	11,1
Abr	108 818	-0,2	12,6	142 524	-0,8	7,5	251 340	-0,5	9,7
Mai	108 017	-0,7	11,1	141 806	-0,5	5,8	249 823	-0,6	7,9
Jun	109 354	1,2	11,1	141 929	0,1	4,4	251 283	0,6	7,3
Jul	110 587	1,1	10,2	142 885	0,7	3,4	253 452	0,9	8,2
Ago	110 882	0,4	8,8	139 511	-2,4	0,8	250 473	-1,2	4,2
Set	113 912	2,7	7,8	139 458	0,0	-1,5	253 371	1,2	2,5
Out	114 858	0,8	7,8	140 860	1,0	-3,1	255 714	0,8	1,5
Nov	115 942	0,9	7,0	139 282	-1,1	-4,5	255 234	-0,2	0,8
Dez	129 053	11,3	7,9	151 438	8,7	-5,4	280 491	9,9	9,3
2012 Jan	124 375	-3,8	7,8	144 973	-4,3	-6,2	269 348	-4,0	0,4
Fev*	121 778	-2,1	8,3	139 597	-3,7	-4,3	261 315	-3,0	1,8
Mar*	119 748	-1,7	9,9	137 543	-1,4	-4,3	257 291	-1,5	1,8
Abr*	118 368	-0,3	9,7	136 741	0,9	-2,7	268 109	0,3	2,7
Mai*	118 790	0,4	10,9	138 075	0,2	-1,9	268 885	0,3	3,8
Jun*	121 716	1,5	11,3	140 928	1,3	-0,7	262 641	1,5	4,5
Jul*	124 246	2,1	12,4	144 284	2,4	1,0	268 510	2,2	5,8

* Dados preliminares.

O multiplicador monetário, com base no saldo médio diário, manteve-se constante em 1,36 no mês de julho.

Multiplicador e coeficientes de comportamento monetário^{1/}
Média dos dados nos dias úteis

Período	Comportamento do público		Comportamento dos bancos		Multiplicador
	$C = \frac{PMPP}{M1}$	$D = \frac{DV}{M1}$	$R_1 = \frac{CX}{DV}$	$R_2 = \frac{RB}{DV}$	$K = \frac{1}{C + D(R_1 + R_2)} = \frac{M1}{B}$
2010 Jan	0,43	0,57	0,19	0,30	1,42
Fev	0,43	0,57	0,19	0,30	1,42
Mar	0,43	0,57	0,17	0,30	1,43
Abr	0,42	0,58	0,17	0,31	1,43
Mai	0,42	0,58	0,17	0,30	1,45
Jun	0,42	0,58	0,17	0,30	1,45
Jul	0,42	0,58	0,17	0,31	1,43
Ago	0,42	0,58	0,17	0,31	1,43
Set	0,43	0,57	0,17	0,30	1,43
Out	0,42	0,58	0,18	0,31	1,42
Nov	0,42	0,58	0,18	0,31	1,42
Dez	0,43	0,57	0,18	0,31	1,42
2011 Jan	0,43	0,57	0,18	0,32	1,40
Fev	0,43	0,57	0,18	0,32	1,40
Mar	0,43	0,57	0,18	0,31	1,40
Abr	0,43	0,57	0,19	0,31	1,40
Mai	0,43	0,57	0,19	0,31	1,41
Jun	0,44	0,56	0,18	0,32	1,40
Jul	0,44	0,56	0,18	0,30	1,41
Ago	0,44	0,56	0,19	0,30	1,39
Set	0,45	0,55	0,20	0,30	1,37
Out	0,45	0,55	0,20	0,30	1,38
Nov	0,45	0,55	0,21	0,30	1,38
Dez	0,46	0,54	0,21	0,30	1,38
2012 Jan	0,46	0,54	0,20	0,32	1,34
Fev	0,47	0,53	0,21	0,31	1,34
Mar	0,47	0,53	0,20	0,31	1,35
Abr	0,46	0,54	0,20	0,30	1,36
Mai	0,46	0,54	0,20	0,30	1,36
Jun	0,46	0,54	0,20	0,30	1,36
Jul	0,46	0,54	0,20	0,31	1,36

1/ Onde:

C - Preferência do público por papel-moeda

PMPP - Papel-moeda em poder do público

M1 - Meios de pagamento

D - Preferência do público por depósitos à vista

DV - Depósitos à vista

R1 - Taxa de encalhe em moeda corrente

CX - Encalhe de moeda corrente

R2 - Taxa de reservas bancárias

RB - Reservas bancárias

K - Multiplicador da base monetária

B - Base monetária

IV – Os meios de pagamento amplos

Os meios de pagamento no conceito M2, que corresponde ao M1 acrescido dos depósitos de poupança e títulos privados, registraram elevação de 0,2% em julho, totalizando R\$1,7 trilhão. As cadernetas de poupança obtiveram captação líquida de R\$8,3 bilhões, atingindo saldo de R\$459,4 bilhões. O saldo dos títulos privados somou R\$938,5 bilhões, condicionado por resgates líquidos de R\$14,8 bilhões nos depósitos a prazo.

O conceito M3, que compreende o M2, as quotas de fundos de renda fixa e os títulos públicos que lastreiam as operações compromissadas entre o público e o setor financeiro, cresceu 1,4% no mês, alcançando R\$ 3,3 trilhões, impulsionado pelo aumento de 1,3% relativo às quotas de fundos de renda fixa, cujo saldo situou-se em R\$1,5 trilhão. O M4, que corresponde ao M3, somado aos títulos públicos de detentores não financeiros, subiu 1% no mês e 18,1% nos últimos doze meses, totalizando R\$3,9 trilhões.

Meios de pagamento ampliados											
Saldo em final de período											
Período	M1	Depósitos		Títulos privados ^{1/}	M2	Quotas de fundos de renda fixa ^{2/}	Operações compromissadas com títulos federais ^{3/}	M3	Títulos Federais (Setec)	M4	Variação percentual
		para investimento	de poupança								
											No mês set/2012
											Em 12 meses ago/2011
2010 Jan	227 475	3 100	323 609	591 545	1 146 429	944 503	104 053	2 194 984	401 416	2 596 400	-0,4
Fev	225 060	3 118	325 604	585 196	1 149 898	954 616	97 880	2 202 445	417 407	2 619 851	0,9
Mar	226 297	3 123	328 639	601 584	1 162 640	973 084	97 873	2 233 577	427 563	2 661 140	1,6
Abr	226 663	3 139	331 852	594 855	1 168 500	982 273	86 422	2 227 204	428 325	2 655 529	-0,2
Mai	231 208	3 133	335 901	602 022	1 172 282	993 111	88 470	2 253 644	439 232	2 693 083	1,4
Jun	234 717	3 192	341 890	611 355	1 191 153	1 010 200	82 204	2 283 558	456 252	2 739 808	1,7
Jul	225 838	3 010	350 682	612 487	1 202 008	1 029 875	90 076	2 321 858	454 592	2 776 450	1,3
Avg	242 749	2 981	354 499	626 278	1 229 484	1 046 881	97 102	2 379 446	487 922	2 867 368	2,2
Set	249 742	3 199	361 242	642 444	1 255 927	1 082 731	89 350	2 427 742	515 290	2 943 030	3,7
Out	249 714	3 288	366 720	649 505	1 288 278	1 111 383	87 845	2 467 634	490 347	2 957 981	0,5
Nov	259 186	3 328	371 210	668 575	1 300 270	1 116 498	79 555	2 495 328	481 636	2 987 964	1,0
Dez	261 878	3 251	379 604	697 668	1 362 389	1 119 779	70 571	2 549 738	480 758	3 040 495	1,8
2011 Jan	257 449	3 467	382 044	705 681	1 348 031	1 138 559	67 708	2 554 397	490 367	3 044 764	0,1
Fev	254 181	3 248	383 334	726 489	1 387 530	1 162 776	77 694	2 607 933	500 116	3 108 048	2,1
Mar	251 849	3 374	386 733	752 983	1 393 939	1 188 816	60 586	2 649 344	497 833	3 141 177	1,1
Abr	248 312	2 094	386 123	755 300	1 401 820	1 209 868	57 372	2 680 060	506 738	3 186 798	0,8
Mai	249 578	574	387 047	789 978	1 427 174	1 213 139	59 138	2 698 452	513 187	3 211 639	1,4
Jun	253 940	218	389 559	810 383	1 453 998	1 229 080	58 628	2 732 704	513 528	3 246 230	1,1
Jul	252 615	211	396 006	823 812	1 474 644	1 235 123	73 632	2 783 396	497 858	3 281 256	1,1
Ago	248 381	251	402 719	849 477	1 500 839	1 262 029	74 745	2 837 613	508 278	3 345 891	2,0
Set	255 030	237	409 311	888 512	1 531 092	1 279 760	69 328	2 880 181	501 545	3 381 726	1,1
Out	252 814	18	412 718	872 469	1 538 019	1 297 808	87 833	2 903 548	514 387	3 417 935	1,1
Nov	261 200	7	414 983	882 940	1 569 029	1 327 754	82 143	2 948 928	511 018	3 460 944	1,3
Dez	265 377	1	420 873	911 229	1 617 460	1 325 322	85 479	3 030 280	518 873	3 549 153	2,6
2012 Jan	269 833	2	423 252	908 706	1 591 003	1 365 116	126 850	3 085 589	514 019	3 599 609	1,4
Fev*	256 253	3	425 054	917 683	1 598 993	1 387 534	134 724	3 121 271	523 199	3 644 470	1,2
Mar*	258 767	3	429 851	928 960	1 613 621	1 448 611	124 290	3 186 523	532 115	3 718 637	2,0
Abr*	257 968	6	434 077	917 930	1 610 001	1 484 026	125 366	3 219 392	531 733	3 751 125	0,9
Mai*	258 891	0	442 627	935 060	1 636 509	1 491 369	126 287	3 254 384	530 738	3 805 122	1,4
Jun*	263 920	0	449 802	945 414	1 659 139	1 508 637	125 298	3 290 871	546 000	3 837 571	0,9
Jul*	264 551	0	458 408	938 549	1 682 509	1 525 765	148 658	3 338 831	539 201	3 878 122	1,0

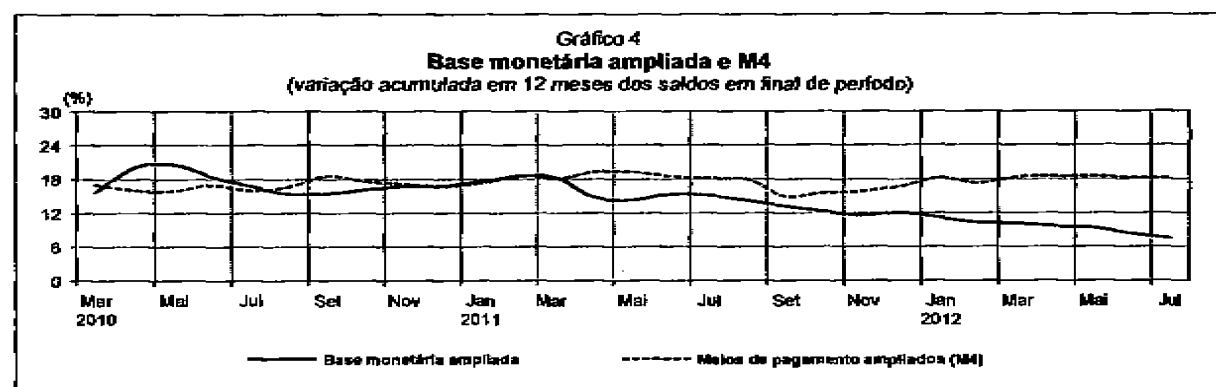
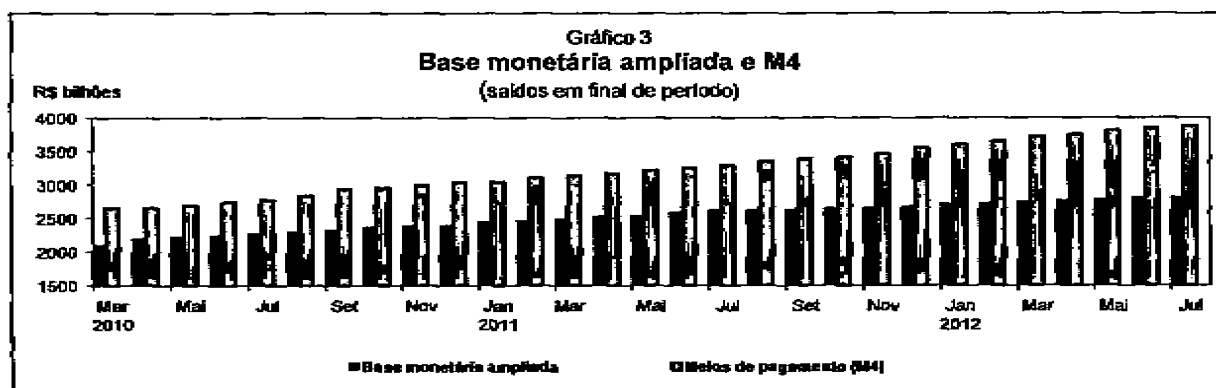
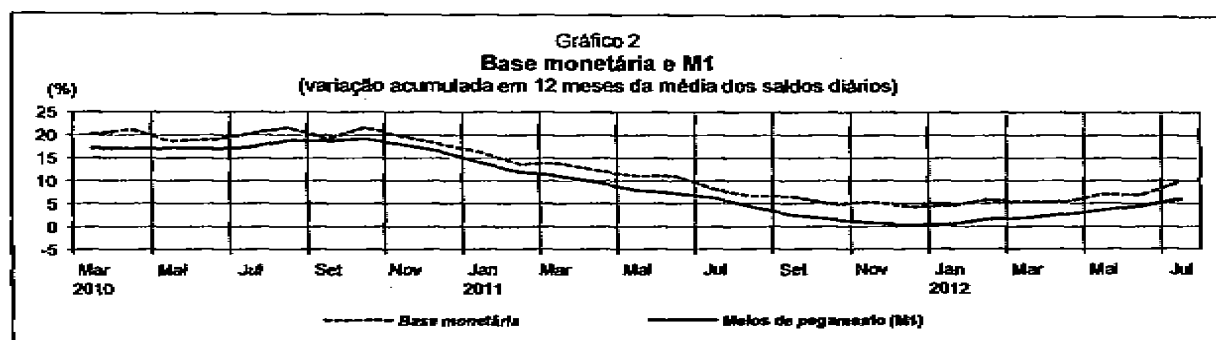
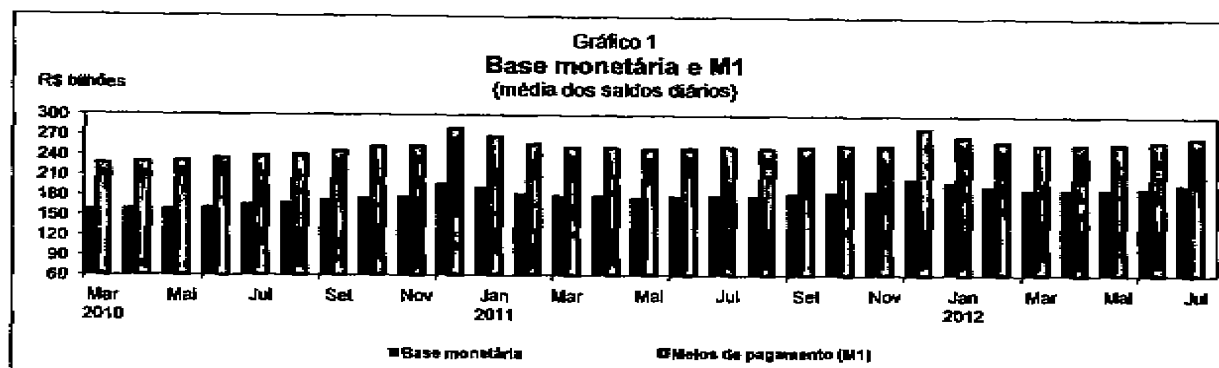
1/ - Inclui depósitos a prazo, letras de câmbio, letras hipotecárias e letras imobiliárias.

2/ - Exclui lastro em títulos emitidos primeiramente por instituição financeira.

3/ - As aplicações do setor não-financeiro em operações compromissadas estão incluídas no M3 a partir de agosto de 1999, quando eliminou-se o prazo mínimo de 30 dias, exigido em tais operações desde outubro de 1991.

* Dados preliminares

V – Anexo



Notas explicativas referentes ao demonstrativo de emissão do real

1. O Conselho Monetário Nacional, conforme Voto nº 011/99, aprovado em 28 de janeiro de 1999, utilizando a prerrogativa que lhe confere o artigo 3º, § 4º, inciso III da Lei nº 9069, de 29.6.95, alterou o parâmetro de vinculação entre a emissão do Real e seu lastro em reservas internacionais, passando a adotar a paridade cambial corrente.

2. Com relação à emissão de moeda, o Artigo 4º daquela lei estabelece que:
"Observado o disposto nos artigos anteriores, o Banco Central do Brasil deverá obedecer, no tocante às emissões de Real, o seguinte:

(I) limite de crescimento para o trimestre outubro-dezembro/94 de 13,33% (treze vírgula trinta e três por cento) para as emissões de REAL sobre o saldo de 30 de setembro de 1994;

(II) limite de crescimento percentual nulo no quarto trimestre de 1994 para as emissões de REAL no conceito ampliado;

(III) nos trimestres seguintes, obedecido o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda, a programação monetária de que trata o art. 6º desta Lei estimará os percentuais de alteração das emissões de REAL em ambos os conceitos mencionados acima."

No mesmo Artigo 4º, em seu § 2º, foi explicitado que o Conselho Monetário Nacional, para atender a situações extraordinárias, poderá autorizar o Banco Central do Brasil a exceder em até 20% (vinte por cento) os valores resultantes dos percentuais previstos.

3. A Exposição de Motivos nº 206, de 30.6.94, aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República fixou os critérios a serem adotados pelo Conselho Monetário Nacional na regulamentação dos eventuais ajustes nos limites de emissão necessários para atender circunstâncias excepcionais.

4. Em conformidade com o expresso no § 4º do artigo 4º da Lei nº 9.069, o Voto CMN nº 84/94, que deu origem a Resolução nº 2 082, de 30.6.94, dispôs sobre os limites de emissão e a manter forma de lastreamento da nova unidade do Sistema Monetário Brasileiro, determinando que, para efeito do cumprimento dos limites de emissões autorizadas, o volume de emissões realizadas será apurado pela média dos saldos diários da base monetária.

5. O papel-moeda emitido corresponde à soma das unidades monetárias (reais) que estão fora do Banco Central do Brasil.

6. As reservas bancárias expressam os depósitos compulsórios e possíveis excessos em espécie sobre depósitos à vista não remunerados, mantidos pelo sistema bancário no Banco Central do Brasil.

7. As operações com títulos federais referem-se ao resultado líquido das compras e vendas de títulos públicos federais, bem como aos financiamentos tomados e concedidos pelo Banco Central com lastro em títulos de emissão do próprio Banco Central do Brasil e do Tesouro Nacional. O conjunto dessas operações visa o controle da liquidez, a administração das taxas de juros no curto prazo e ainda a rolagem da dívida pública federal.

8. As operações do setor externo referem-se, principalmente, às compras e vendas de moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil, as quais resultam dos movimentos de

exportação, importação, pagamentos e recebimentos de serviços e das entradas e saídas de recursos de origem financeira, isto é, das aplicações e dos resgates dos investimentos de estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais, bem como dos rendimentos obtidos nessas aplicações.

9. As operações com instituições financeiras englobam todas as movimentações de reservas monetárias entre o Banco Central e o sistema financeiro, decorrentes do cumprimento de normas regulatórias estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, tais como:

- encaixes em espécie sobre depósitos de poupança;
- encaixes em espécie sobre depósitos a prazo;
- encaixes em espécie sobre depósitos à vista remunerados;
- encaixes em espécie sobre fundos de investimento;
- assistência financeira de liquidez;
- operações com derivativos;
- recolhimentos compulsórios sobre deficiências em aplicações de crédito rural;
- e
- outras contas.

10. As operações do Tesouro Nacional refletem os pagamentos e recebimentos de recursos primários do Tesouro, não incluindo, por conseguinte, as operações com títulos de emissão do Tesouro. Por dispositivo da Constituição - Artigo nº 164, § 3º - esses recursos devem estar depositados no Banco Central do Brasil.

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O **Aviso nº 51, de 2012**, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu do Presidente do Tribunal de Contas da União o **Aviso nº 26, de 2012-CN** (nº 1011-GP/TCU/2012, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 2º trimestre do exercício de 2012.

É o seguinte o Aviso:

AVISO Nº 26, DE 2012-CN
(Nº 1.011-D-GP-TCU, na origem)

Brasília, 30 de agosto de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o Relatório das Atividades deste Tribunal referente ao 2º trimestre do exercício de 2012.

Respeitosamente, – **Benjamin Zymler**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nos termos do art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação da matéria:

Leitura: 05-9-2012

- | | |
|----------|---|
| até 10/9 | prazo para publicação e distribuição dos avulsos da matéria; |
| até 25/9 | prazo para apresentação de relatório; |
| até 2/10 | prazo para apresentação de emendas ao relatório; e |
| até 9/10 | prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional. |

A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 6 de setembro do corrente.

O Aviso será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há oradores inscritos.

Há uma permuta entre o Senador Rodrigo Rollemberg e o Senador Eduardo Suplicy.

Passamos a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, ao Senador Rodrigo Rollemberg, a não ser que haja um líder ou uma comunicação parlamentar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezados Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores Rodrigo Rollemberg e Cristovam Buarque, prezadas Senadoras, como e quando a lei brasileira que institui a Renda Básica de Cidadania será implementada? Este é o tema da palestra que irei proferir na próxima semana no 14º Congresso Internacional da Rede Mundial da Renda Básica, da Basic Income Earth Network, para o qual fui convidado, inclusive como co-presidente de honra da Bien.

Em 8 de janeiro de 2004, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 10.835, de 2004, que institui a Renda Básica de Cidadania para todos os residentes no Brasil, incluindo os estrangeiros que vivem no País há cinco anos ou mais, independente de sua condição socioeconômica.

O §1º do art. 1º estabelece que a RBC será implementada por etapas, sob o critério do Poder Executivo, observando primeiro os mais necessitados. Um dia, o benefício será igual para todos, em valor suficiente para atender às necessidades vitais de cada pessoa, com alimentação, educação e saúde, considerando o grau de desenvolvimento econômico e a capacidade do Orçamento da Nação.

Foi uma bela cerimônia no Palácio Presidencial. Um dos principais fundadores da Basic Income Earth Network, o Professor Philippe Van Parijs, estava lá e foi convidado a falar. Atrás dele, um grande cartaz dizia: “Renda Básica de Cidadania para Todos”. Foi um dia muito especial. O então ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, havia explicado ao Presidente que, desde que implementado o passo a passo, esse programa era viável. Portanto, ele aconselhou o Presidente a sancioná-lo. O Programa Bolsa Família, que paga um benefício monetário a todas as famílias com renda mensal abaixo de um certo nível, foi e é considerado como um passo em direção à renda básica de cidadania.

Essa palestra eu irei proferir em Munique, na Alemanha, de 14 a 16 de setembro próximo.

O Programa Bolsa Família começou em outubro de 2003, quando o Presidente Lula unificou vários programas de transferência de renda existentes até aquele momento: o Programa Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Auxílio Gás e o Cartão Alimentação. Esses programas surgiram das discussões sobre uma proposta de garantia de renda mínima que tinha sido apresentada por vários economistas e cientistas sociais ao longo da história, em muitos países, inclusive no Brasil.

O debate sobre a garantia de renda mínima no mundo teve a sua origem no início da humanidade,

como se pode ver a partir das contribuições de Confúcio, Aristóteles, Jesus Cristo, a *Bíblia Sagrada*, *O Livro de Hadis*, os ensinamentos de Buda, Thomas More, Thomas Paine, Karl Marx, Joseph Charlier, Bertrand Russell, James Edward Meade, John Maynard Keynes, Milton Friedman, James Tobin, John Kenneth Galbraith, Martin Luther King Jr., Bispo Desmond Tutu, Philippe Van Parijs, Guy Standing, Claus Offe, Walter van Trier, Robert Van Der Veen e tantos outros.

Esse debate está em curso no Brasil. Especialmente porque, durante os anos 50 aos anos 90, ocorreram períodos alternados de crescimento econômico elevado e recessões. Essa época ficou conhecida pela concentração de renda e riqueza. Tal situação alçou o Brasil ao posto de um dos três países mais desiguais no mundo. Por essa razão, muitos intelectuais, como Milton Santos, Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Josué de Castro começaram a dizer que a erradicação da fome e da pobreza, o crescimento econômico e a justiça social poderiam ser perfeitamente harmonizados e estavam ao alcance de nossas mãos.

Josué de Castro, em 1956, quando era Deputado Federal, disse, em um discurso na Câmara dos Deputados sobre as disparidades de renda no Brasil – abre aspas: “Defendo a necessidade de darmos o mínimo a cada um, de acordo com o direito que têm todos os brasileiros de ter um mínimo necessário para sua subsistência”. Antonio Maria da Silveira, em 1975, escreveu uma primeira proposta em uma revista acadêmica para garantir uma renda mínima para todos os brasileiros através de um imposto de renda negativo. Ele mencionou que a nova injeção de dinheiro na economia deve ser feita por meio das mãos daqueles que não têm o suficiente para sua sobrevivência. Também Edmar Lisboa Bacha e Roberto Mangabeira Unger argumentaram a favor do rendimento mínimo garantido através de um imposto de Renda negativo em 1978.

Foi em 1991, no início de meu primeiro mandato como Senador representando o Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, que apresentei o primeiro projeto de lei para instituir uma renda mínima garantida através de um imposto de renda negativo, com a ajuda de Antonio Maria da Silveira. A proposta foi aprovada pelo Senado em dezembro de 1991. Recebeu um parecer favorável da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, onde houve um rico debate.

Já em agosto de 1991, em uma discussão sobre aquela iniciativa numa reunião de cerca de 50 economistas em Belo Horizonte, o professor José Márcio Carmargo mencionou que o rendimento mínimo garantido era uma boa proposta, mas que deveria ser pago às famílias pobres com crianças, de modo que os pais pudessem encaminhá-las para a escola, em vez de

enviá-las para trabalhar numa idade muito precoce. Isso contribuiria para cortar o círculo vicioso da pobreza. Ele publicou artigos explicando essa proposta em 1991 e em 1993, na *Folha de S. Paulo*. O Professor Cristovam Buarque também desenvolveu essa ideia e começou a aplicá-la quando eleito governador (PT na época) do Distrito Federal, 1995-1998, com o nome de Bolsa-Escola, ao mesmo tempo em que o prefeito de Campinas, José Roberto Magalhães Teixeira (PSDB) iniciou um Programa de Garantia de Renda Mínima veiculada às oportunidades educacionais. Ambos começaram em 1995. Todas as famílias com renda abaixo de certo nível teriam um complemento de renda, desde que seus filhos de 7 a 14 anos estivessem indo para a escola.

Devido aos resultados positivos, muitos outros Municípios seguiram o exemplo. Novos projetos de lei foram apresentados no Congresso Nacional para o Governo Federal apoiar os programas municipais naquela direção. Em agosto de 1996, levei o Professor Philippe Van Parijs para uma audiência com o Presidente Fernando Henrique Cardoso e com o Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza e sua equipe. Van Parijs explicou as vantagens da renda básica incondicional, mas mencionou que iniciar um rendimento mínimo garantido relacionando-o com as oportunidades educacionais seria um bom começo, uma vez que significaria um investimento em capital humano.

Assim, o Presidente Fernando Henrique deu luz verde para o Congresso Nacional aprovar proposições que deram origem à Lei nº 9.533, de 1997, que o Congressista Nelson Marchezan e outros cinco Parlamentares apresentaram, de forma semelhante, para permitir ao Governo Federal financiar 50% das despesas dos Municípios que iniciam programas de garantia de renda mínima relacionados com as oportunidades educacionais.

Primeiro, os Municípios com a menor renda *per capita* até que todos, ao longo de cinco anos, teriam esse apoio. Em 2001, o Presidente Fernando Henrique editou nova Medida Provisória, logo transformada na Lei nº 10.219, de 2001, aprovada por todos os partidos, instituindo que a União passaria a financiar 100% das despesas de todos os Municípios do Brasil com programas de Garantia de Renda Mínima relacionados à Educação, também chamado de Bolsa-Escola. Em 2002, o Presidente Fernando Henrique também criou o Programa Bolsa-Alimentação, instituindo um complemento de renda para as famílias pobres, com o mesmo limite do Programa Bolsa Escola, com as crianças de 0 a 6 anos, desde que elas fossem levadas por seus pais para obter as vacinas necessárias no Sistema de Saúde Pública, de acordo com o calendário

do Ministério da Saúde. Além disso, o Governo criou o Programa Auxílio Gás, de modo a proporcionar às famílias pobres uma ajuda de custo para comprar gás.

Em fevereiro de 2003, em seu primeiro ano, o Presidente Lula instituiu o Programa Cartão Alimentação, por meio do qual cada família pobre com renda abaixo de meio salário mínimo *per capita* teria o direito a um cartão de crédito de R\$50,00 por mês, que poderia ser gasto apenas em alimentos.

Os quatro programas descritos acima foram todos unificados em outubro de 2003 para o Programa Bolsa Família, que foi ampliado de 3,5 milhões de famílias beneficiadas em dezembro de 2003 para 13.520.000 famílias hoje, atingindo cerca de 50 milhões de pessoas, ou mais de um quarto dos 194 milhões de brasileiros hoje. As regras do Programa Bolsa Família no presente são as seguintes:

Cada família, em agosto de 2012, no Brasil, com uma renda mensal *per capita* inferior a R\$140,00 tem direito a receber os benefícios do Programa Bolsa Família. Em 26 de agosto de 2012, U\$1.00 era igual a R\$ 2,025 e 1 Euro, igual a R\$2,5377. Se a renda familiar mensal for inferior a R\$70,00, o benefício básico para a família é de R\$70,00 mais R\$32,00, R\$64,00, R\$96,00, R\$128,00 ou R\$160,00, respectivamente, se a família tem um, dois, três, quatro, cinco ou mais filhos de até 15 anos e 11 meses de idade; mais R\$38,00 e R\$38,00, completando R\$76,00, se a família tem um ou dois adolescentes de 16 a 18 anos de idade.

Há condicionalidades. Se a mãe está grávida, ela deve ir às unidades de saúde da rede pública para ter o seu exame pré-natal e fazer acompanhamento de sua saúde até o bebê nascer. Os pais devem levar seus filhos com idade até seis anos para o sistema público de saúde para ter suas vacinas de acordo com o calendário do Ministério da Saúde. As crianças de 7 a 15 anos e 11 meses devem comparecer a pelo menos 85% das aulas na escola, os adolescentes de 16 a 18 anos, a pelo menos 75% das aulas na escola.

A Presidenta Dilma Rousseff anunciou, desde o início de seu governo, em janeiro de 2011, que seu principal objetivo é erradicar a pobreza extrema no Brasil, no âmbito do Programa Brasil sem Miséria, por meio do Programa Bolsa Família, juntamente com várias outras medidas para garantir a inclusão social a todos. Essas medidas incluem a reforma agrária, o crédito para os agricultores familiares, a expansão de melhores oportunidades educacionais, mais creches, o estímulo para as cooperativas, a expansão do microcrédito, o programa de habitação popular, Minha Casa, Minha Vida, o Programa Bolsa Verde, que fornece uma renda de R\$300,00 por três meses para as famílias que vivem em áreas protegidas, tais como as

florestas, desde que contribuam para a sua conservação, o programa Luz para Todos, que traz energia elétrica para as áreas carentes, a construção de cisternas para as zonas de áreas secas, para recolher a água durante as estações de chuva em suas casas, bem como melhorias no Sistema Único de Saúde, especialmente com novas unidades em áreas onde vivem as pessoas pobres.

Com relação ao Programa Bolsa Família, em junho de 2011, a Presidenta Dilma anunciou o esforço “Busca Ativa”, por meio do qual, com a colaboração dos três níveis de governo – federal, agentes estaduais e municipais –, das organizações civis, de empresários, de trabalhadores, de ONGs, procurariam qualquer família em qualquer lugar no Brasil que teriam o direito de receber os benefícios do Programa Bolsa Família, mas ainda não recebem. Essas famílias devem ser informadas para onde ir, na respectiva administração municipal, para se inscrever no programa e receber seu benefício. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome estima que, desde junho de 2011, cerca de 670 mil famílias se inscreveram no programa, de um total de 800 mil que serão inscritas em 2013. O orçamento estimado do Programa Bolsa Família em 2012 é de R\$20 bilhões, cerca de 0,46% do Produto Interno Bruto. Em agosto de 2011, a Presidenta Dilma Rousseff assinou outros contratos com vários governos estaduais para melhorar ainda mais a Busca Ativa e para melhorar o Programa Bolsa Família. Por exemplo: com o Governador Geraldo Alckmin, do Estado de São Paulo, com a maior população, 41,5 milhões de habitantes, eles assinaram um acordo por meio do qual todas as famílias que estão beneficiadas pelo Programa Bolsa Família terão direito de receber um complemento de renda, tendo em conta a renda familiar a partir de qualquer remuneração acrescida do benefício do Bolsa Família, que garante pelo menos uma renda mensal de R\$70,00 *per capita*.

Em maio de 2012, a Presidenta Dilma Rousseff lançou o programa Brasil Carinhoso, por meio do qual todas as famílias que estão sendo beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, com crianças até seis anos de idade, terão o complemento necessário para que tenha uma renda mensal de pelo menos R\$70,00 por mês.

Observe que, no caso do Estado de São Paulo, segundo acordo assinado em agosto de 2011, o Estado começou a complementar o que estava faltando para todas as famílias receberem pelo menos R\$70,00 *per capita* por mês.

Novas medidas também foram anunciadas, como o aumento do número de creches, 1.512; além das escolas de educação infantil: 6.427 novas unidades até 2014; e as iniciativas na área de saúde, tais como

a suplementação de vitamina A e ferro para crianças de famílias pobres e medicação gratuita contra asma.

Junto com outros instrumentos de política econômica, o Programa Bolsa Família contribuiu muito para a redução da pobreza absoluta e do nível de desigualdade no Brasil. O coeficiente de Gini, que já havia atingido 0,599 em 1995 e 0,601 em 1996, diminuiu gradualmente, a cada ano, chegando a 0,594 em 2001, 0,587 em 2002, 0,581 em 2003, 0,569 em 2004, 0,566 em 2005, 0,559 em 2006, 0,544 em 2008, 0,530 em 2009, 0,526 em 2010 e 0,519 em 2012.

Apesar dos progressos alcançados, o Brasil ainda está entre os países mais desiguais do mundo. De acordo com o censo do IBGE de 2010, enquanto, no Brasil, os 10% mais pobres vivem com 1,1% da renda nacional, os 10% mais ricos vivem com mais de 44,5%. Na lista de 2012 dos países por igualdade de rendimentos do Banco Mundial, o Brasil é o 15º com o maior coeficiente de Gini ou a 15ª nação dentre as mais desiguais do mundo. A fim de avançar de forma mais eficiente para erradicar a pobreza absoluta, assim como para conseguir uma maior igualdade e garantir maior liberdade real para todos, o Brasil deve implementar a Renda Básica de Cidadania.

Em 1992, quando eu e Antônio Maria estávamos muito satisfeitos com a aprovação, pelo Senado, do projeto de lei para instituir uma renda mínima, garantida por meio de um imposto de renda negativo, depois do seu retorno de uma viagem aos Estados Unidos e à Europa, perguntei-lhe sobre o debate de nosso tema. Ele respondeu que, naquele momento, as pessoas estavam falando sobre a renda básica incondicional e me deu o livro editado por Philippe Van Parijs, “Defendendo uma Renda Básica. Fundamentos éticos para uma reforma radical”, de 1992. Minha primeira reação foi a de que devemos pagar uma renda mínima apenas para aqueles que não têm o suficiente. Mas, mais e mais, depois de estudar as vantagens da proposta na literatura mais enriquecedora e começando a participar de congressos – a partir do V Congresso Internacional da BIEN, em Londres, e em quase todos os seguintes –, tornei-me um entusiasta da Renda Básica de Cidadania – RBC, incondicional a ponto de dedicar grande parte de minha energia e tempo para a causa, até mesmo como Senador brasileiro, eleito três vezes para oito anos de mandato cada, em 1990, 1998 e 2006.

Como professor de Economia da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, onde continuo a lecionar todas as tardes de sexta-feira, ou como um Senador, eu tenho dado palestras sobre as vantagens da RBC, não só para os meus alunos ou os Senadores na tribuna do Senado ou nas Comissões, mas em centenas de auditórios em

todo o Brasil e em muitos países, onde os estudantes, trabalhadores, movimentos sociais, empresários, intelectuais, jornalistas, membros dos parlamentos, executivos e seus assistentes em todos níveis de governos estão dispostos a aprender sobre por que devemos pagar uma RBC para todos, não importa sua origem, raça, idade, sexo, condição civil ou sócioeconômica.

Nas últimas semanas, já que no Brasil as eleições municipais para prefeitos e representantes nas Câmaras serão realizadas em todos os 5.565 Municípios, venho tentando convencer todos os candidatos, especialmente do meu Partido dos Trabalhadores e dos nossos partidos coligados, que eles devem ter como objetivo fazer da sua própria cidade um exemplo pioneiro da Renda Básica de Cidadania.

De agosto a novembro de 2011, em São Paulo, a maior cidade do Brasil, com 11,3 milhões de habitantes, o PT organizou 33 reuniões plenárias em várias zonas diferentes do Município, para todos os afiliados e pessoas com afinidade para debater e ouvir os cinco pré-candidatos a prefeito. Eu era um deles. Em todas as reuniões usei metade do meu tempo de 15 minutos para explicar as vantagens da Renda Básica de Cidadania. Meus argumentos foram aproximadamente aqueles que estão aqui explicitados.

Sr. Presidente, como se aproxima o final de meu tempo, com mais dois minutos, pergunto se posso prosseguir. *(Pausa.)*

Agradeço muito.

Meus argumentos foram aproximadamente os seguintes: a Renda Básica de Cidadania será paga a todos incondicionalmente, mesmo àqueles que têm tanto sucesso em suas atividades e não precisam da renda básica. É claro que o importante é que todos nós que temos mais possamos contribuir para que nós mesmos e todos os demais venham a receber.

É muito mais fácil entendermos que todos terão direito igual de receber, quem sabe, primeiro R\$70,00, um dia R\$100,00, um dia R\$500,00, um dia R\$1 mil, como um direito de todos participarmos do progresso comum de nossa Nação.

Com a RBC vamos eliminar toda a burocracia envolvida em ter que saber quanto cada um ganha no mercado formal ou informal. Eliminaremos o estigma ou o sentimento de vergonha de a pessoa precisar declarar o quanto ganha. Eliminaremos o fenômeno da dependência que causa as armadilhas da pobreza e do desemprego.

Certamente, do ponto de vista da dignidade, da liberdade real do ser humano, teremos a maior vantagem, porque cada trabalhador, diante da única alternativa que lhe apareça e que venha a ferir a sua dignidade e a colocar a sua vida, a sua saúde em risco,

poderá passar a dizer: “Não. Eu não vou aceitar isso até que, felizmente, surja uma oportunidade mais de acordo com a minha vontade e vocação.”

Assim, mais e mais eu passei a interagir com professores como Philippe Van Parijs, que, em seu livro *Liberdade Real para Todos* – se é que há alguma coisa que possa justificar o capitalismo –, argumenta que, se quisermos implementar os princípios de justiça de John Rawls – o princípio de igual liberdade, de igualdade de oportunidades para todos –, o mais eficiente será instituímos uma renda básica de cidadania.

Após eu ter explicitado e explicado em detalhes o tema em todas essas reuniões nos diretórios municipais de São Paulo, eu perguntei aos presentes: “Quem daqui não recomenda a qualquer que seja o escolhido que se institua a renda básica, fazendo de São Paulo um exemplo pioneiro da renda básica?”. E ninguém levantou a mão.

E quando eu perguntei: Quem aqui recomenda? Inclusive, na última reunião, onde havia 1.300 pessoas na Assembleia de Deus de Guaianazes, perguntei a todos: Quem aqui recomenda, a qualquer de nós que seja o candidato escolhido, que faça de São Paulo o exemplo pioneiro da renda básica? Todos aplaudiram e levantaram a mão. E eis que, então, Fernando Haddad, o candidato a prefeito de São Paulo, hoje já escolhido, disse que ele abraçaria a proposta em seu programa, como realmente o fez. Então, eu disse que, como tenho mais dois anos e pouco aqui no Senado, eu passaria a abraçar, com toda a minha energia, a causa.

E em 13 de agosto passado, Fernando Haddad lançou o seu programa oficial, de excepcional qualidade, “Um Novo Tempo para São Paulo”, aprovado por consenso durante a Convenção Municipal do PT, com 124 páginas e, na página 75, no capítulo “Solidariedade Social”, há um subtítulo com as seguintes palavras:

Renda Básica de Cidadania

A Renda Básica de Cidadania – RBC – será implementada passo a passo, sob os critérios do Poder Executivo, em associação com os governos estadual e federal, beneficiando igualmente todos os habitantes, não importa origem, raça, sexo, idade, condição civil ou sócio-econômica. A implementação será gradual, passo a passo, até que um dia, no futuro, torne-se um benefício de caráter universal

Quero transmitir, Sr. Presidente, que amanhã, às 9h30min, fui convidado para tomar o café da manhã com o prefeito e candidato à reeleição do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, para exatamente mostrar também essa possibilidade. Eu, inclusive, tenho dito que todos os candidatos – inclusive, Maurício Fruet, do PSOL –

em quaisquer Municípios, de todas as cidades, que abraçarem essa causa, estou disposto a ajudar.

Quero dizer que, claro, a maior dificuldade para efetivamente implementar a renda básica de cidadania é o seu alto custo. Se hoje o Programa Bolsa Família paga cerca de R\$20 bilhões – 0,46% do PIB –, para iniciarmos um Programa da Renda Básica de Cidadania para os 194 milhões de brasileiros, começando pelo valor hoje garantido aos que recebem o Bolsa Família de R\$70,00, isso dará cerca R\$162 bilhões, 4% do PIB, algo bem mais significativo.

Então, é algo que terá que ser feito por etapas.

Finalmente, Sr. Presidente, apresento anexo projeto de lei protótipo, para que cada país da América Latina e do Caribe venham a implementar também e seguir este exemplo. Isto, para atender a um pedido do Parlatino.

Muito obrigado, Sr. Presidente, agradeço muito a oportunidade e requeiro seja publicado na íntegra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª será atendido.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador, por favor.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – O Senador Cristovam Buarque é parte dessa história, conforme aqui bem registrei.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Suplicy, eu não poderia deixar passar seu discurso sem um aparte. Primeiro, para lembrar duas coisas fundamentais que nós todos, brasileiros, devemos reconhecer em V. Exª. A primeira é o fato de ser um político com uma bandeira, com uma obstinação, além de tudo o mais, porque muitos dizem que V. Exª é de uma nota só, mas é falso. Quantos discursos já ouvi aqui V. Exª falando sobre política externa, sobre economia, sobre educação etc.? Mas tem uma marca: Suplicy igual renda mínima. Isso é raro hoje em dia. E fico feliz de saber que o senhor é um político desse tipo e, sobretudo, que tem obsessão. O senhor mesmo disse há pouco que gasta grande parte de sua energia, em décadas, para esse assunto. Isso é um mérito que a gente deve ter. A segunda é o fato em si da sua obsessão, porque podia ser por outra coisa, mas é um fato comprometido com a população carente, sem esquecer que a solução não deve dividir as pessoas, mas, sim, ser uma renda geral, de cada cidadão. Daí o nome que o senhor colocou: renda cidadã, renda mínima do cidadão. Então, essa ideia tem que prevalecer, tem que prevalecer um dia; não sei quanto tempo, mas não podemos demorar muito. Agora, um terceiro fato é a sua generosidade e capacidade de entender que, por um tempo, pelo menos, seria correto o uso de rendas condicionadas. Quando formulei a ideia da

Bolsa Escola, lá, escrevi que o nome era Renda Mínima Condicionada à Educação. Bolsa Escola surgiu, depois, no *marketing* político – criei esse nome. Lá era renda mínima, e reconheço a origem em V. Ex^a da concepção. E o senhor...

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sim? Com certeza.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – E o senhor adotou depois – como o seu discurso é pleno de condicionantes – esses condicionantes como um passo, até o dia em que a gente a sua renda mínima. Sou um aliado seu nessa renda básica da cidadania. Um dia nós vamos chegar lá.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. V. Ex^a é um personagem partícipe de tudo isso, e eu quero pedir à Taquigrafia que encaminhe a V. Ex^a uma cópia de meu pronunciamento, onde eu registro a importância da sua contribuição para essa proposta.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Como e quando a Lei Brasileira que institui a Renda Básica de Cidadania será implementada?

Em 8 de janeiro de 2004, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 10.835/2004 que institui a Renda Básica de Cidadania (RBC) para todos os residentes no Brasil, incluindo os estrangeiros que vivem no país há cinco anos ou mais, independente de sua condição socioeconômica. O parágrafo primeiro do artigo primeiro estabelece que a RBC será implementada por etapas, sob o critério do Poder Executivo, observando primeiro os mais necessitados. Um dia, o benefício será igual para todos, em valor suficiente para atender as necessidades básicas de cada pessoa, com alimentação, educação e saúde, considerando o grau de desenvolvimento econômico e a capacidade do orçamento da nação.

Foi uma bela cerimônia no Palácio Presidencial, Palácio do Planalto. Um dos principais fundadores da Basic Income Earth Network (BIEN), o professor Philippe Van Parijs estava lá e foi convidado a falar. Atrás dele, um grande cartaz dizia: “Renda Básica de Cidadania para Todos”. Foi um dia muito especial. O então ministro da Fazenda, Antônio Palocci Filho, havia explicado ao Presidente que, desde que implementado passo a passo⁷ esse programa era viável. Portanto,

ele aconselhou o presidente a sancioná-lo. O Programa Bolsa Família, que paga um benefício monetário a todas as famílias com renda mensal abaixo de um certo nível, foi e é considerado como um passo em direção à RBC.

O Programa Bolsa Família começou em outubro de 2003, quando o presidente Lula unificou vários programas de transferência de renda existentes até àquele momento: o Programa Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Auxílio Gás e o Cartão Alimentação. Esses programas surgiram das discussões sobre uma proposta de garantia de renda mínima que tinha sido apresentada por vários economistas e cientistas sociais ao longo da história, em muitos países, inclusive no Brasil.

O debate sobre a garantia de renda mínima no mundo teve a sua origem no início da humanidade, como se pode ver a partir das contribuições de Confúcio, Aristóteles, Jesus Cristo, a Bíblia Sagrada, O Livro de Hadis, os ensinamentos de Buda, Thomas More, Thomas Paine, Karl Marx, Joseph Charlier, Bertrand Russell, James Edward Meade, John Maynard Keynes, Milton Friedman, James Tobin, John Kenneth Galbraith, Martin Luther King, Bispo Desmond Tutu, Philippe Van Parijs, Guy Standing, Claus Offe, Walter van Trier, Robert Van Der Veen e tantos outros.

Esse debate está em curso no Brasil. Especialmente porque, durante os anos cinquenta aos anos noventa, ocorreram períodos alternados de crescimento econômico elevado e recessões. Essa época ficou conhecida pela concentração de renda e riqueza. Tal situação alçou o Brasil ao posto de um dos três países mais desiguais no mundo. Por essa razão, muitos intelectuais, como Milton Santos, Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Josué de Castro começaram a dizer que a erradicação da fome e da pobreza, o crescimento econômico e a justiça social poderiam ser perfeitamente harmonizados e estavam ao alcance de nossas mãos.

Josué de Castro, em 1956, quando era deputado federal, disse, em um discurso na Câmara dos Deputados sobre as disparidades de renda no Brasil: “Defendo a necessidade de darmos o mínimo a cada um, de acordo com o direito que têm todos os brasileiros de ter um mínimo necessário para sua subsistência”. Antônio Maria da Silveira, em 1975, escreveu uma primeira proposta em uma revista acadêmica para garantir uma renda mínima para todos os brasileiros através de um imposto de renda negativo. Ele mencionou que a nova injeção de dinheiro na economia deve ser feito por meio das mãos daqueles que não têm o suficiente para sua sobrevivência. Também Edmar Lisboa Bacha e Roberto Mangabeira Unger argumentaram a favor do

rendimento mínimo garantido através de um imposto de renda negativo em 1978.

Foi em 1991, no início de meu primeiro mandato como senador representando o Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, que apresentei o primeiro projeto de lei para instituir uma renda mínima garantida através de um imposto de renda negativo, com a ajuda de Antônio Maria da Silveira. A proposta foi aprovada pelo Senado em dezembro de 1991. Recebeu um parecer favorável da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, onde houve um rico debate.

Já em agosto de 1991, em uma discussão sobre aquela iniciativa numa reunião de cerca de 50 economistas em Belo Horizonte, o professor José Márcio Camargo mencionou que o rendimento mínimo garantido era uma boa proposta, mas que deveria ser pago às famílias pobres com crianças, de modo que os pais pudessem encaminhá-las para a escola em vez de enviá-las para trabalhar numa idade muito precoce. Isso contribuiria para cortar o círculo vicioso da pobreza. Ele publicou artigos explicando esta proposta em 1991 e em 1993, na Folha de S. Paulo. Professor Cristovam Buarque também desenvolveu essa ideia e começou a aplicá-la quando eleito governador (PT na época) do Distrito Federal, 1995-1998, com o nome de Bolsa-Escola, ao mesmo tempo que o prefeito de Campinas, José Roberto Magalhães Teixeira (PSDB) iniciou um Programa de Garantia de Renda Mínima vinculada às oportunidades educacionais. Ambos começaram em 1995. Todas as famílias com renda abaixo de um certo nível teriam um complemento de renda, desde que seus filhos de 7-14 anos estivessem indo para a escola.

Devido aos resultados positivos, muitos outros municípios seguiram o exemplo. Novos projetos de lei foram apresentados no Congresso Nacional para o Governo Federal apoiar os programas municipais naquela direção. Em agosto de 1996, levei o Professor Philippe Van Parijs para uma audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso e com o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza e sua equipe. Van Parijs explicou as vantagens da renda básica incondicional, mas mencionou que iniciar um rendimento mínimo garantido relacionando-o com as oportunidades educacionais seria um bom começo, uma vez que significaria um investimento em capital humano.

Assim, o Presidente deu luz verde para o Congresso Nacional aprovar proposições que deram origem à Lei 9.533/1997 que o congressista Nelson Marchezan e outros cinco parlamentares apresentaram, de forma semelhante, para permitir ao Governo Federal financiar 50% das despesas dos municípios que iniciam programas de garantia de renda mínima relacionados às oportu-

idades educacionais. Primeiro, os municípios com a menor renda per capita até que todos, ao longo de cinco anos, teriam esse apoio. Em 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso editou nova Medida Provisória, logo transformada na Lei 10.219/2001, aprovada por todos os partidos, instituindo que a União passaria a financiar 100% das despesas de todos os municípios do Brasil, com programas de Garantia de Renda Mínima relacionados à Educação, também chamado de Bolsa-Escola. Em 2002, o presidente Fernando Henrique também criou o Programa Bolsa-Alimentação instituindo um complemento de renda para as famílias pobres, com o mesmo limite do Programa Bolsa Escola, com as crianças de 0-6 anos, desde que elas fossem levadas por seus pais para obter as vacinas necessárias no Sistema de Saúde Pública de acordo com o calendário do Ministério da Saúde. Além disso, o governo criou o Programa Auxílio Gás, de modo a proporcionar às famílias pobres uma ajuda de custo para comprar gás.

Em fevereiro de 2003, em seu primeiro ano, o presidente Lula instituiu o Programa Cartão Alimentação, por meio do qual cada família pobre, com renda abaixo de meio salário mínimo per capita, teria o direito a um cartão de crédito de R\$ 50 por mês, que poderia ser gasto apenas em alimentos.

Os quatro programas descritos acima foram todos unificados em outubro de 2003 para o Programa Bolsa Família, que foi ampliado de 3,5 milhões de famílias beneficiadas em dezembro de 2003 para 13.520.000 famílias em agosto de 2012, atingindo cerca de 50 milhões de pessoas, ou mais de um quarto dos 194 milhões de brasileiros hoje. As regras do Programa Bolsa Família no presente são as seguintes:

Cada família, em agosto de 2012, no Brasil, com uma renda mensal per capita inferior a R\$ 140,00 tem direito a receber os benefícios do Programa Bolsa Família. Em 26 de agosto de 2012, U\$ 1,00 era igual a R\$ 2,025 e 1 Euro igual a R\$ 2,5377. Se a renda familiar mensal for inferior a R\$ 70,00, o benefício básico para a família é de R\$ 70,00 mais R\$ 32,00, R\$ 64,00, R\$ 96,00, R\$ 128,00 ou R\$ 160,00, respectivamente, se a família tem um, dois, três, quatro, cinco, ou mais filhos de até 15 anos e 11 meses de idade; mais R\$ 38,00 e R\$ 38,00, completando R\$ 76,00, se a família tem um ou dois adolescentes de 16 a 18 anos de idade. Há condicionalidades. Se a mãe está grávida, ela deve ir às unidades de saúde da rede pública para ter o seu exame pré-natal e fazer acompanhamento de sua saúde até o bebê nascer. Os pais devem levar seus filhos com idade até seis anos para o sistema público de saúde para ter suas vacinas de acordo com o calendário do Ministério da Saúde. As crianças de sete a 15 anos e

11 meses de idade devem comparecer a pelo menos 85% das aulas na escola, os adolescentes de 16 a 18 anos de idade devem comparecer a pelo menos 75% das aulas na escola.

A Presidenta Dilma Rousseff anunciou, desde o início de seu governo, em janeiro de 2011, que seu principal objetivo é erradicar a pobreza extrema no Brasil, no âmbito do Programa Brasil sem Miséria, por meio do Programa Bolsa Família, juntamente com várias outras medidas para garantir a inclusão social a todos. Essas medidas incluem a reforma agrária, o crédito para os agricultores familiares, a expansão de melhores oportunidades educacionais, mais creches, o estímulo para as cooperativas, a expansão do micro-crédito, o programa de habitação popular, Minha Casa, Minha Vida, o Programa Bolsa Verde, que fornece uma renda de R\$ 300,00 por três meses para as famílias que vivem em áreas protegidas, tais como florestas, desde que contribuam para a sua conservação, o programa Luz para Todos, que traz energia elétrica para áreas distantes, a construção de cisternas para as zonas de áreas secas para recolher a água durante as estações de chuva em suas casas, bem como melhorias no Sistema Único de Saúde, especialmente com novas unidades em áreas onde vivem as pessoas pobres.

Com relação ao Programa Bolsa Família, em junho de 2011, a presidenta Dilma anunciou o esforço “Busca Ativa”, por meio do qual, com a colaboração dos três níveis de governo, federal, agentes estaduais e municipais; bem como das organizações cívicas, empresários, trabalhadores, e das organizações não-governamentais; procurariam qualquer família em qualquer lugar no Brasil que teriam o direito de receber os benefícios do Programa Bolsa Família, mas ainda não recebem. Essas famílias devem ser informadas para onde ir na respectiva administração municipal para se inscrever no programa e receber seu benefício. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome estima que, desde junho de 2011, cerca de 670 mil famílias se inscreveram no programa, de um total de 800 mil que serão inscritas em 2013. O orçamento estimado do Programa Bolsa Família em 2012 é de R\$ 20 bilhões, cerca de 0,46 do Produto Interno Bruto.

Em agosto de 2011, a presidenta Dilma Rousseff assinou alguns contratos com vários governos estaduais para melhorar ainda mais a Busca Ativa e para melhorar o Programa Bolsa Família. Por exemplo: com o governador Geraldo Alckmin do Estado de São Paulo, com a maior população de 41,5 milhões de habitantes, eles assinaram um acordo por meio do qual todas as famílias que estão sendo beneficiadas pelo Programa Bolsa Família terão o direito de receber um complemento de renda, tendo em conta a renda

familiar a partir de qualquer remuneração acrescida do benefício do Bolsa família, que garante pelo menos uma renda mensal de R\$ 70,00 per capita.

Em maio de 2012, a presidenta Dilma Rousseff lançou o Programa Brasil Carinhoso, por meio do qual todas as famílias que estão sendo beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, com crianças de até seis anos de idade, terão o complemento necessário para que tenham uma renda mensal de pelo menos R\$ 70,00 por mês. Observe que no caso do Estado de São Paulo, segundo o acordo assinado em agosto de 2011, o Estado começou a complementar o que estaria faltando para todas as famílias receberem pelo menos R\$ 70,00 per capita por mês. Novas medidas também foram anunciadas, como o aumento do número de creches, 1.512; além de escolas de educação infantil, 6.427 novas unidades até 2014; e as iniciativas na área de saúde, tais como a suplementação de vitamina A, ferro para crianças de famílias pobres e medicação gratuita contra asma.

Junto com outros instrumentos de política econômica, o Programa Bolsa Família contribuiu muito para a redução da pobreza absoluta e do nível de desigualdade no Brasil. O coeficiente de Gini, que havia atingido 0,599, em 1995, 0,601, em 1996, diminuiu gradualmente, a cada ano, chegando a 0,594 em 2001, 0,587 em 2002, 0,581 em 2003, 0,569 em 2004, 0,566 em 2005, 0,559 em 2006, 0,544 em 2008, 0,530 em 2009, 0,526 em 2010 e 0,519 em 2012.

Apesar dos progressos alcançados, o Brasil ainda está entre os países mais desiguais do mundo. De acordo com o censo do IBGE de 2010, enquanto no Brasil 10% mais pobres vivem com 1,1% da renda nacional, 10% mais ricos vivem com mais de 44,5%. Na lista de 2012 dos países por igualdade de rendimentos do Banco Mundial, o Brasil é o 15º com o maior coeficiente de Gini ou a 15ª nação das mais desiguais do mundo. A fim de avançar de forma mais eficiente para erradicar a pobreza absoluta, assim como para conseguir uma maior igualdade e garantir maior liberdade real para todos, o Brasil deve implementar a Renda Básica de Cidadania.

Em 1992, quando eu e Antônio Maria da Silveira estávamos muito satisfeitos com a aprovação pelo Senado do projeto de lei para instituir uma renda mínima garantida a por meio de um imposto de renda negativo, depois de seu retorno de uma viagem aos EUA e Europa, perguntei-lhe sobre o debate do nosso tema. Ele respondeu que naquele momento as pessoas estavam falando sobre a renda básica incondicional e me deu o livro editado por Philippe Van Parijs, “Defendendo uma Renda Básica. Fundamentos éticos para uma reforma radical” (1992). Minha primeira reação foi a de que de-

vemos pagar uma renda mínima apenas para aqueles que não têm o suficiente. Mas, mais e mais, depois de estudar as vantagens da proposta na literatura mais enriquecedora e começando a participar de congressos – a partir do V Congresso Internacional da BIEN, em Londres, e em quase todos os seguintes -tornei-me um entusiasta da Renda Básica de Cidadania – RBC, incondicional a ponto de dedicar grande parte da minha energia e tempo para a causa, até mesmo como senador brasileiro, eleito três vezes para oito anos cada, em 1990, com 4,2 milhões de votos ou 30% dos votos válidos, em 1998, com 6,72 milhões de votos ou 43%, em 2006, com 8.986.803 votos, ou 47,82%.

Como professor de Economia da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, onde continuo a lecionar todas as tardes de sexta-feira, ou como um senador, eu tenho dado palestras sobre as vantagens da RBC, não só para os meus alunos ou os senadores na Tribuna do Senado ou nas Comissões, mas em centenas de auditórios em todo o Brasil e em muitos países, onde os estudantes, trabalhadores, movimentos sociais, empresários, intelectuais, jornalistas, membros dos parlamentos, executivos e seus assistentes em todos níveis de governos estão dispostos a aprender sobre por que devemos pagar uma RBC para todos, não importa origem, raça, idade, sexo, condição civil ou sócio-econômica.

Nas últimas semanas, já que no Brasil as eleições municipais para prefeitos e representantes nas Câmaras serão realizadas em todos os 5.565 municípios, venho tentando convencer todos os candidatos, especialmente do meu Partido dos Trabalhadores e dos nossos partidos coligados, que eles devem ter como objetivo fazer na sua própria cidade um exemplo pioneiro da Renda Básica de Cidadania.

De agosto a novembro de 2011, em São Paulo, a maior cidade do Brasil, com 11,3 milhões de habitantes, o Partido PT organizou 33 reuniões plenárias em várias zonas diferentes do município, para todas as afiliadas e pessoas com afinidade para debater e ouvir os cinco pré-candidatos a prefeito. Eu era um deles. Em todas as reuniões usei metade do meu tempo de 15 minutos para explicar as vantagens da Renda Básica de Cidadania. Meus argumentos foram aproximadamente os seguintes:

A Renda Básica de Cidadania será paga a todos incondicionalmente. Mas mesmo para aqueles que têm tanto sucesso em suas atividades, muito bem de vida e que não precisam de uma renda básica para a sua sobrevivência? Sim. Mas, e claro, aqueles de nós que temos mais do que o suficiente para a nossa sobrevi-

vência contribuiremos para que nós mesmos e todos os demais venham a receber.

É muito mais fácil para todo mundo entender que todos terão o direito de receber, por exemplo, a partir de janeiro, uma renda mensal que pode começar a partir de um valor, digamos, de R\$ 70,00 por mês, que nos próximos anos será R\$ 100,00, R\$ 150,00, R\$ 300,00, R\$ 700,00, mais e mais com o progresso da cidade e do Brasil, como o direito de todos participarem, pelo menos parcialmente, do desenvolvimento da Nação. É muito mais fácil de entender do que o Programa Bolsa Família que exigia pelo menos três minutos para explicar todas as suas exigências e regras

Com a RBC vamos eliminar toda a burocracia envolvida em ter que saber quanto cada pessoa está ganhando no mercado formal ou informal.

Vamos suprimir também o estigma ou sentimento de vergonha de ter de dizer que uma pessoa recebe apenas um determinado valor e é por isso que ele ou ela precisa de um complemento de renda.

Eliminaremos o fenômeno da dependência que ocorre quando você tem um sistema que diz: se uma pessoa não recebe uma determinada importância, ela vai ter um complemento de renda de tanto. A pessoa, então, está considerando a possibilidade de aceitar ou não uma atividade econômica que irá resultar nesse rendimento. Mas se ela aceitar a atividade e receber aquela quantia, o governo corta o que ela estava recebendo naquele programa de transferência de renda, então ela pode decidir não trabalhar e entrar nas armadilhas do desemprego ou da pobreza. Mas se todas as pessoas recebem a RBC, a pessoa vai sempre progredir em qualquer atividade econômica que executar.

Mas as pessoas não vão se tornar preguiçosas? O que vamos fazer com aqueles que não estão empregados e que não estão interessados em se empregar, se receberem uma RBC? O que vamos fazer com aqueles que têm uma tendência natural a serem vagabundos? Normalmente, eu pergunto se no auditório existem pessoas com essa tendência. Muitas vezes, ninguém levanta a mão. Quando isso acontece, normalmente um ou dois, peço-lhes para ter uma conversa comigo diante da audiência. Como é que eles podem ser considerados vagabundos se neste momento do dia ou da noite, eles estão lá para discutir ideias sobre como melhorar a qualidade de vida de todos?

Vamos pensar sobre a nossa natureza humana. Cada um de nós gosta de fazer muitas coisas, mesmo sem receber qualquer remuneração no mercado. Por exemplo, as mães, quando elas estão amamentando os seus bebês. Ou, nós pais e mães, quando estamos cuidando dos nossos filhos, para que eles sejam bem alimentados, não se machuquem, sejam bem-educados.

dos, fazemo-lo com amor. Ou quando os nossos pais e avós são mais velhos e precisam ter a nossa ajuda. Em todas as associações de bairros, municipais ou igrejas de todas as religiões ou nos diretórios estudantis, como muitos de nós gostaríamos de fazer tantas atividades pelos simples fato de que gostamos de nos sentir úteis? Quando os grandes pintores Vincent Van Gogh e Amedeo Modigliani pintaram as suas obras, costumavam sair nas ruas para tentar vendê-las, para obterem a sua sobrevivência, mas eles não podiam ganhar o suficiente. Ambos ficaram doentes e morreram precocemente e hoje os seus quadros são vendidos por milhões de dólares.

A nossa Constituição, como a de muitos países, diz que respeitamos a propriedade privada. Isto significa que se uma pessoa é proprietária de uma fábrica, uma fazenda, um banco, um hotel, um restaurante, um título financeiro, um imóvel, a pessoa tem o direito de receber a renda de sua propriedade na forma de lucros, juros ou aluguéis. Será que a nossa Lei Maior diz que, a fim de receber os rendimentos da propriedade, a pessoa deve, necessariamente, mostrar que ela está trabalhando, e que ela está enviando as suas crianças e os seus adolescentes para a escola? Não. E normalmente aqueles que estão em melhor situação financeira, trabalham até mesmo voluntariamente durante parte do dia, além de enviar suas crianças e adolescentes para as melhores escolas.

Portanto, se nós permitimos que aqueles que estão em melhor situação para receber sua renda da propriedade sem qualquer desses requisitos, por que não permitir que todos, ricos e pobres, possam receber uma RBC como um direito de todos participarem de uma parte da riqueza comum de nossa cidade, estado e nossa nação? É uma proposta de bom senso, ainda mais quando consideramos certos aspectos de nossa história. Permita-me tomar como exemplo o fato de que por mais de três séculos, milhões de pessoas foram retiradas de seu país de origem, na África, para contribuir para a acumulação de capital de tantas famílias, sem qualquer remuneração, exceto viver na senzala e ter uma nutrição que fez os escravos terem uma expectativa de vida de um pouco mais de 30 anos de idade. Ou quando consideramos aspectos recentes da nossa vida, como o fato de que o ex-presidente Lula dizer que Deus é brasileiro, veio morar no Brasil e que ajudou a Petrobras, a companhia petrolífera brasileira, para encontrar enormes reservas de petróleo no fundo do Oceano Atlântico, na camada pré-sal, e que vai permitir que o Brasil, em um futuro próximo, possa realmente erradicar a pobreza absoluta, proporcionar boas oportunidades de educação para todos, promover o progresso científico, cultural e técnico, ter

um bom sistema de saúde pública e também cuidar do meio ambiente.

A vantagem mais importante da RBC, no entanto, é do ponto de vista da dignidade e da liberdade de cada pessoa. Do ponto de vista do que o professor Amartya Sen, prêmio Nobel de Economia diz em “Desenvolvimento como Liberdade” (1999). Que o desenvolvimento, para ser significativo e pleno, deve significar um maior grau de liberdade para toda a população. Por exemplo, para o trabalhador nas áreas rurais ou na Floresta Amazônica, que às vezes não tem outra alternativa a não ser aceitar as condições de trabalho que nos lembram da época da escravidão, ou do ponto de vista da jovem que, por não ter alternativa para comprar comida para seus filhos e sua família e decide, então, vender o seu corpo, ou para o jovem, tão bem caracterizado por exemplo, no rap ou hip-hop do “Racionais MC”, como o “Homem na Estrada”, de Mano Brown, que não tem outra alternativa para sustentar sua família, exceto se tornar um membro da gangue do tráfico de drogas, todos eles, se eles começarem a receber a RBC, assim como todos os membros da sua família, serão capazes de dizer NÃO ante as únicas alternativas que vão afetar a sua dignidade, saúde e colocar as suas vidas em risco. Eles serão capazes de esperar e, talvez, se matricular em um curso de qualificação, até que possam encontrar uma oportunidade mais adequada à sua vocação e vontade.

Como muito bem explicou Philippe Van Parijs em “Liberdade Real para Todos. O que (ou nada) Pode Justificar o Capitalismo?”. A RBC vai elevar o grau de liberdade para todos. Mais do que isso, ele vai ajudar a sociedade para melhor aplicar os princípios de justiça, formulada por John Rawls, em sua “Teoria da Justiça” (1971). O princípio da igual liberdade, segundo o qual todos devem ter um conjunto de liberdades básicas que devem ser estendidas a todas as pessoas na sociedade; o princípio da diferença, segundo o qual qualquer diferença sócio-econômica que existe em uma sociedade só pode ser justificada se for para o benefício dos que menos têm, e de modo a proporcionar a igualdade de oportunidades para todos. Esse é o princípio da igualdade de oportunidades. Van Parijs argumenta que muito melhor do que o rendimento mínimo garantido, através de um imposto de renda negativo defendido por John Rawls, a RBC será um instrumento que ajudará a aplicação dos três princípios, por todas as vantagens listadas acima, principalmente a eliminação de estigma. Será muito mais eficiente para colocá-los em prática.

Normalmente, depois de explicar os argumentos acima tenho solicitado ao público nos auditórios: “Por favor, levante a mão quem não gostou da proposta e

não recomenda a qualquer um dos nossos candidatos.” Ninguém tem levantado a mão.

“Agora, por favor, levantem as mãos aqueles que recomendariam a qualquer um de nós que for escolhido para ser o nosso candidato a prefeito para fazer de São Paulo um exemplo da aplicação da Renda Básica de Cidadania.” Normalmente, toda a plateia tem levantado suas mãos. Na nossa última reunião plenária, em 5 de novembro de 2011, o ex-ministro da Educação, tanto do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidenta Dilma Rousseff, Fernando Haddad, que estudou Direito e Economia, disse antes da minha palestra que se ele fosse indicado candidato, ele iria incorporar esse objetivo em sua plataforma. Logo depois, eu disse para esse público de 1.300 pessoas, o maior das 33 reuniões plenárias, que gostaria de apoiá-lo com toda a minha energia como nosso candidato a prefeito do PT. Ele foi escolhido. Os outros candidatos, a senadora Marta Suplicy já havia desistido alguns dias antes como uma pré-candidata, atendendo ao apelo do ex-Presidente Lula e da Presidenta Dilma, e os deputados federais Gilmar Tatto e Carlos Zarattini também decidiram apoiar Fernando Haddad dias depois.

Em 13 de agosto passado, Fernando Haddad lançou o seu programa oficial, “Um Novo Tempo para São Paulo”, aprovado por consenso durante a Convenção Municipal PT, com 124 páginas. No capítulo “Solidariedade Social” há um sub título com as seguintes palavras:

“Renda Básica de Cidadania

A Renda Básica de Cidadania – RBC – será implementada passo a passo, sob os critérios do Poder Executivo, em associação com os governos estadual e federal, beneficiando igualmente todos os habitantes, não importa origem, raça, sexo, idade, condição civil ou sócio-econômica. A implementação será gradual, passo a passo, até que um dia, no futuro, torne-se um benefício de caráter universal”

Já existe um município no Estado de São Paulo, Santo Antônio do Pinhal, com 6,600 habitantes, onde o prefeito, José Augusto de Guarnieri Pereira, enviou um projeto de lei à Câmara Municipal que foi aprovado por unanimidade pelos nove vereadores, em outubro de 2009, a Lei 1090/2009, que diz que a RBC será instituída passo a passo para todos os cidadãos que vivem lá, nascido ou vivido lá por cinco anos ou mais. O Conselho Municipal da RBC agora está discutindo quais serão os passos conforme explicado no documento apresentado na XIV Conferência Internacional da BIEN por Marina e Francisco Nóbrega, Tereza Nakagawa e eu.

Da mesma forma que o Programa Bolsa Família começou localmente, nos municípios, é perfeitamente possível que a RBC tenha o seu início em várias localidades como na Namíbia, onde estamos tendo a experiência brilhante de Otjiviero, que visitei em fevereiro de 2011. É uma experiência muito encorajadora.

A principal dificuldade para a Renda Básica de Cidadania a ser realmente estabelecida, é claro, apesar de todas as qualidades acima mencionadas, é o seu custo alto. Mesmo começando com uma RBC bastante modesta de R\$ 70,00 por mês, para ficar no mesmo nível per capita do Programa Bolsa Família, pago atualmente aos beneficiários, isto significaria um custo anual de R\$ 840,00 vezes cerca de 194 milhões de habitantes (exatamente 193.946.886 em 1o de julho de 2012), ou R\$ 162.960.000.000,00. Esta soma é de aproximadamente oito vezes o orçamento anual do Programa Bolsa Família para 2012 de R\$ 20 bilhões, o que equivale a 0,46 do Produto interno Bruto brasileiro. Um salto para cerca de 4% do PIB não pode ser feito em um curto período. Especialmente quando considerarmos todas as reivindicações de todos os setores da sociedade brasileira ao Governo Federal, como na educação, saúde, infra-estrutura, saneamento, habitação, proteção do meio ambiente, da segurança pública, e melhorias de salários no setor público, onde muitos funcionários estão em greve, quando este artigo é escrito, em agosto de 2012, e assim por diante.

Apresentei Projeto de Lei n. 82/1999, já aprovado pelo Senado, mas está por um longo período de tempo em análise pela Câmara dos Deputados para criar um Fundo Brasileiro de Cidadania, que seria formado de maneira semelhante ao Fundo Permanente do Alasca, de uma parte dos royalties da exploração de recursos naturais, bem como das receitas de serviços públicos, de aluguéis de imóveis públicos e outras fontes. Mas é difícil para um projeto como este ter sinal verde do Executivo para sua aprovação à luz de tantas demandas da sociedade brasileira. Neste momento, no Congresso Nacional há um forte debate e disputa por deputados e senadores dos 26 estados e do Distrito Federal sobre o destino dos recursos que resultarão da exploração das ricas reservas de petróleo que foram encontradas no fundo da área do pré-sal do Oceano Atlântico.

Durante o IV Congresso Nacional do PT, em fevereiro de 2010, quando o partido escolheu Dilma Rousseff como a sua candidata à eleição presidencial! daquele ano, também foi aprovada, por consenso de todos os 1.350 delegados, que durante seu governo, haverá a transição do Programa Bolsa Família para a Renda Básica de Cidadania. Muita energia e esforço tem que ser feito para que isso se torne uma realidade.

Estou convencido de que uma vez que um país da América Latina implemente a Renda Básica de Cidadania, ele terá uma vantagem competitiva em relação aos outros países. Isso pode induzir os outros a seguirem o exemplo. Da mesma forma que a introdução do EITC – Earned Income Tax Credit nos EUA levou outros países, como o Reino Unido e muitos outros para criar o Family Tax Credit e Programas de Transferência de Renda semelhantes. No dia em que as três Américas instituírem a Renda Básica de Cidadania, do Alasca à Patagônia, seguindo o exemplo positivo do Alasca, que tem um dividendo igual pago a todos os seus cidadãos incondicionalmente desde 1982, o que contribuiu para torná-lo o mais igual do 50 Estados norte-americanos, não precisaremos de nenhum muro separando os EUA do resto dos países latino-americanos. A Renda Básica de Cidadania pode se tornar um poderoso instrumento de integração da América Latina.

Anexado a este documento estão as propostas para os 23 países da América Latina e do Caribe que eu e a deputada federal do Equador, Maria Soledad Vela Cheroni vamos apresentar na próxima reunião do Parlatino sobre a possível implementação da Renda Básica de Cidadania em nosso continente. Durante a última reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Parlatino, em Curaçao, em 26 de julho / 27, de 2012, o presidente da Comissão e deputado Rodrigo Cabezas Morales, da Venezuela, formou um grupo com a participação de Maria Soledad Vela Cheroni, Eduardo Matarazzo Suplicy e Rodrigo Cabezas Morales com o objetivo de consolidar as duas propostas em uma única a ser apresentada na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Parlatino, a ser realizada em Buenos Aires, em novembro próximo. Uma vez aprovada, será apresentada à Sessão Plenária do Parlatino como uma iniciativa a ser considerada por todos os 23 países, em dezembro próximo, na Cidade do Panamá.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUP LICY EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, § 2º do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica às Sr^{as} e aos Srs. Parlamentares que a sessão solene do Congresso Nacional, anteriormente convocada para o dia 10 de setembro do corrente, segunda-feira, às dezessete horas, destinada a reverenciar a vida e a trajetória política de Ulysses Guimarães, será realizada dia 15 de outubro, segunda-feira, às dezessete horas, no Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência designa o Deputado Wladimir Costa, como membro titular, em substituição ao Deputado Henrique Eduardo Alves, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 577, de 2012, conforme o **Ofício nº 910, de 2012**, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

O Ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

Of/GAB/I/nº 910

Brasília, 4 de setembro de 2012

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Wladimir Costa passa a integrar, na qualidade de titular, a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à Medida Provisória nº 577/2012, que “Dispõe sobre a extinção das concessões de serviço público de energia elétrica e a prestação temporária do serviço, sobre a intervenção para adequação do serviço público de energia elétrica, e dá outras providências, em minha substituição.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Henrique Eduardo Alves**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência designa o Deputado Alfredo Kaefer, como membro titular, em substituição ao Deputado Bruno Araújo, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 577, de 2012, conforme o **Ofício nº 833, de 2012**, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

O Ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 833/2012/PSDB

Brasília, 5 de setembro de 2012

Assunto: Indicação de Membro de Comissão

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado ALFREDO KAEFER, como membro titular, para integrar a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 577/12, que dispõe sobre a extinção das concessões de serviço público de energia elétrica e a prestação temporária do serviço, sobre a intervenção para adequação do serviço público de energia elétrica, e dá outras providências.

Respeitosamente, – Deputado **Bruno Araújo**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, neste momento, ao nobre Senador Cristovam Buarque como Líder.

E em seguida, orador inscrito, o Senador Rodrigo Rollemberg, conforme ofício que chegou à mesa, assinado pelo Senador Pedro Taques.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu tenho ultimamente falado aqui sobre equívocos, Senador Tomás, do Governo Federal, da Presidenta Dilma, quando a gente olha o sonho que a gente tem de um Brasil futuro.

Quando a gente analisa as medidas econômicas do Governo Dilma nos últimas semanas, e até meses, não dá para reconhecer que são corretas do ponto de vista imediato, mas absolutamente insuficientes, e as vezes incorretas, do ponto de vista de um sonho diferente de país.

Ela vai bem como gerente, mas vai mal como estadista. Eu fico triste por dizer isso. Mas a diferença do gerente para o estadista é que o gerente tem que resolver e se concentra na solução dos problemas de hoje; o estadista resolve os problemas de hoje, construindo o amanhã.

Analisemos a política econômica do Presidente Obama, que, inclusive por causa disso, perde muitos votos. O Presidente Obama, na hora de fazer o seu programa de recuperação da crise que ele herdou do governo anterior, não teve dúvida de que precisava gastar US\$800 bilhões no setor produtivo.

Mas onde ele colocou esse dinheiro? Não colocou nas indústrias tradicionais, Senador Paim. Ele começou a investir no desenvolvimento de fontes alternativas de energia. Ele começou a colocar no setor social, pagando melhores salários aos professores que, com isso, dinamizavam a economia pela renda. Ele teve a solução de gerente, com a visão de estadista.

Hoje, nós não vemos isso no Governo da Presidenta Dilma. Ela dá uma solução de gerente, reduzindo os impostos que pesam sobre os automóveis para vender mais carros. Ela não tem a sensibilidade de reorientar a indústria automobilística para outros produtos, uma vez que essa não é mais compatível com o médio e longo prazo da economia.

E eu tenho chamado isso, Senador Paim, de qual é o sabor que queremos para o bolo que a economia brasileira produz? Qual é o retrato que nós queremos para o País? Qual é o retrato que nós queremos para o País? Não apenas qual é o tamanho do produto que nós queremos cada vez maior para o País. Por exemplo, Senador Paim, nós queremos mais riqueza – ponto – ou queremos menos pobreza? É diferente.

Os economistas venderam por muitos anos a ideia de que se investindo na cúpula, essa renda se distribuiria. Foi falso, demonstrou falsidade isso. Essa ideia não acontece na dimensão suficiente.

Outro exemplo, Senador Paim, eu vejo todo mundo comemorando – e aqui acabou de sair o Senador Sulpicy, que falou sobre a importância dos programas de transferência de renda –, mas, como gerente, a saída é aumentar o número de famílias com Bolsa Família; mas, como estadista, é diminuir a necessidade de famílias receberem Bolsa Família. É uma diferença radical.

O gerente, preocupado com a pobreza de hoje, aumenta o Bolsa Família – tudo bem, e tem que fazer isso –, mas o estadista, preocupado com o futuro, toma as medidas para que daqui a 20 anos a gente tenha o Bolsa Família como uma coisa da história. O Bolsa Escola também. São opções diferentes entre gerente e entre estadista.

Nós optamos, nesses últimos poucos anos – eu digo nós, o Brasil, através do Presidente Lula –, por termos Copa e Olimpíadas. Mas qual é o retrato que a gente quer do Brasil? Um país que faz as Olimpíadas ou um país que tem medalhas? É completamente diferente o que se tem que fazer para ter medalhas do que se tem que fazer para ter os estádios e as outras instalações das Olimpíadas. Como gerente, basta cuidar da Copa; como estadista, precisa-se cuidar da taça, precisa-se cuidar das medalhas de ouro, precisa-se cuidar de uma juventude com alto desempenho atlético.

Nós queremos mais viadutos – como todos os governantes comemoram –, ou nós queremos mais jardins, mais água encanada, mais esgoto, saneamento? O que nós queremos? Qual é o retrato que a gente quer? Como é que a gente quer que um satélite veja o Brasil, uma quantidade de viadutos ou um País com jardins, onde todos tenham água, onde todos tenham saneamento?

Nós queremos – e essa aqui, Senador Paim, é importante para mostrar a diferença entre o gerente e o estadista –, nós queremos mais cadeias para colocar os bandidos ou nós queremos um país onde não haja mais crime, onde tenhamos paz? É diferente a visão do estadista e do gerente. O gerente tem que dar solução para os bandidos de hoje, então se constroem mais cadeias; o estadista constrói uma sociedade com paz, uma sociedade em que possamos até um dia derrubar as cadeias. Gerente constrói cadeia; estadista faz um país que permite derrubar as cadeias porque o crime acabou.

Nós queremos mais consumo ou queremos menos endividamento? O gerente aumenta o endividamento para aumentar o consumo para o PIB parecer maior, mas o estadista deve construir um país, cujo

retrato é o de uma sociedade sem endividamento, em que as famílias possam dormir tranquilas, como não dormem hoje 60% das famílias brasileiras com medo da conta do banco.

Nós estamos bem de gerência, mas estamos péssimos de estadismo. O gerente tem que recuperar a perda de competitividade do Brasil. O que faz ele? O gerente reduz impostos, pressiona a Previdência, reduz os gastos sociais que pesam sobre o salário, para reduzir o chamado custo Brasil. O que faz um estadista? Ele cria um sistema do conhecimento e da inovação, para que a competitividade volte pela inventividade, pela capacidade de inovação.

É completamente diferente a solução gerencial de reduzir o custo Brasil pela diminuição dos custos e a solução estadista para aumentar a quantidade de bens novos, com alto conhecimento, com alta taxa de tecnologia, que faça com o Brasil inteiro fique dependente de nós, em vez de nós dependentes deles.

O que a gente quer? Um Estado maior ou um Estado mais eficiente? É completamente diferente uma alternativa e outra.

Eu não falo daqueles que defendem o fim do Estado, porque aí é um estadismo inconsequente e sem compaixão pela parte pobre da população. Nós precisamos de um Estado atuante, presente. Mas a gente tem que comemorar cada vez mais o Estado maior ou cada vez mais o Estado eficiente?

Senador Paim, surpreende-me cada vez que vejo governantes que querem dizer que são bons em educação, dizendo que gastam mais em educação. Eu não quero saber se eles gastam mais, Senador, eu quero saber se eles têm mais meninos terminando o ensino médio com qualidade.

Um gestor é aquele que reduz os gastos para fazer o melhor possível. O estadista é aquele que busca o melhor olhando o futuro.

No Brasil, a gente perdeu essa perspectiva. Um prefeito diz que merece prêmios de educação porque gasta mais. Ele tem que gastar é melhor, e não mais.

Nós queremos cada brasileiro com carro ou queremos mais brasileiros com livros? Nós queremos, aliás, um País em que o satélite o mostre coalhado de automóveis ou nós queremos um País onde as pessoas riem porque conseguem ir depressa de um lugar para outro?

É completamente diferente a solução gerencial de fazer o possível para vender mais carros hoje e a solução de estadista de fazer com que, no futuro, as pessoas consigam se mover mais rapidamente e, mais que isso, consigam viver bem sem precisar de grandes locomoções dentro da cidade, por uma reorganização do espaço urbano, especialmente do setor produtivo

ao mesmo tempo com o setor habitacional, em que as pessoas não precisem andar tanto.

Hoje, com as novas tecnologias, é perfeitamente possível uma parte dos nossos trabalhadores produzirem em casa, mesmo com relação aos produtos mais tradicionais, como móveis. Não precisa mais o trabalhador ir para a fábrica de móveis, Senador Paim; ele pode fazer uma parte dos móveis em uma oficina perto da casa dele e mandar por caminhão para uma indústria onde esses móveis vão ser feitos, aliás, como a indústria automobilística faz: ela monta o produto aqui no País com base em insumos recebidos do mundo inteiro.

Por que a gente não pode fazer isso de uma maneira muito maior? Posso fazer uma lista grande, mas vou colocar pelo menos mais um: nós queremos um país mais rico ou um país com melhor bem-estar? São duas coisas diferentes. Um país mais rico é aquele em que as pessoas têm mais dinheiro na conta bancária. Um país com maior bem-estar é aquele em que as pessoas sabem que, se ficarem doentes, não vão ficar pobres para pagar a conta; que, se ficarem sem dinheiro, o menino não vai ficar sem uma boa escola; que, no final do mês, ele pode caminhar tranquilo nas ruas. Nós queremos um país em que as pessoas tenham mais dinheiro ou mais tempo para andar de casa para um passeio, à noite, sem medo de serem assaltadas? Nós queremos um país com mais riqueza ou com menos mortos por violência? Nós queremos ter dinheiro para fazer casas com mais muralhas ou ter até menos dinheiro e uma casa não grande, mas saber que ninguém vai entrar nela, surpreender sua família com um revólver e levar o que você tem?

A Presidenta Dilma está acertando como gerente, mas está errando como estadista, e ela não foi eleita para ser gerente, porque, aí, a gente não elegeria, faríamos concurso público! Ela foi eleita para ser uma estadista num momento fundamental da nossa história, em que se precisa dar uma virada, como deu Getúlio Vargas, como deu Juscelino! É isso que a gente espera dela, uma estadista que traga um novo projeto de país, um retrato novo, que acabem as vergonhas brasileiras do analfabetismo, de crianças fora da escola, nas ruas, pedindo dinheiro, das notas do Ideb, das greves de universidades por 110 dias, ontem, de greves de trabalhadores da educação de base por meses seguidos.

Este é um País em que, cada vez em que aumenta a sua riqueza, não diminuem suas vergonhas. Nós precisamos de um estadista que acabe com as nossas vergonhas. Para isso, a Presidenta Dilma deveria trazer um discurso completamente diferente dos seus pacotes econômicos que lança a cada semana – e agora está lançando um de aumentar os impostos

de importação sobre bens de capital; ainda não foi tomada a decisão, mas, se for, aí é um erro ainda mais grave, não só de estadista, como de gerente, porque são esses bens que vão gerar a possibilidade de a gente crescer. Tem que aumentar impostos é sobre bens de consumo, que estão tirando o emprego das nossas indústrias, e não só dos bens de capital, que viriam para cá e permitiriam que os trabalhadores produzissem os bens de consumo aqui dentro.

A Presidenta Dilma pode estar acertando como “gerentona”, mas eu não votei nela, para ser gerente: eu votei nela para ser estadista, e, nisso, nesses dois anos, ela está frustrando a população brasileira.

Sr. Presidente, antes de concluir, eu gostaria de dar um aparte ao Senador Rodrigo Rollemberg, que pediu a palavra.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a traz aqui uma preocupação em relação à qualidade do desenvolvimento brasileiro e a mudança dos paradigmas do desenvolvimento. É claro que esse é um esforço extraordinário, que não é um esforço, que não pode ser um esforço, apenas, de uma Presidenta, mas é o esforço de toda uma Nação. E o Senado tem um papel importante nessa reflexão sobre novos paradigmas para o desenvolvimento. Nós tivemos – e V. Ex^a presidiu – as duas Subcomissões que buscaram acompanhar a realização da Rio+20, Subcomissão essa que se transformou numa subcomissão que vai acompanhar os desdobramentos da Rio+20. E, nesse sentido, nós tivemos uma audiência pública – já me referi a ela neste plenário, e quero agora com mais profundidade – e tivemos a presença do Prof. Ladislau Dowbor, que trouxe uma reflexão importante sobre o PIB, sobre o modelo do PIB como medição do desenvolvimento, absolutamente inapropriado até para medir o desenvolvimento econômico. Eu citei aqui, eu registrei aqui alguns exemplos de algumas questões que foram levantadas naquele debate, para acrescentar outra questão. Por exemplo, se hoje nós tivermos determinados produtores que desmatem apenas para fazer carvão, por exemplo, desmatem o bioma Cerrado ou a Amazônia, e mesmo que aquela área fique degradada, fique destruída, ele terá contribuído para melhorar o PIB, para aumentar – para melhorar, não, para aumentar – o Produto Interno Bruto, porque ali houve uma movimentação econômica, sem resultado qualitativo nenhum para um conjunto da sociedade. Quando uma pessoa, em uma cidade grande como São Paulo, perde duas ou três horas do seu dia no transporte, nos engarrafamentos, ela está gastando combustível, mas está também movimentando a economia, e isso vai também ampliar o Produto Interno Bruto. A utilização de agrotóxico na agricultura

brasileira, ainda que de forma exagerada e desnecessária, também está contribuindo para aumentar o Produto Interno Bruto, embora esteja intoxicando as pessoas que consomem aqueles alimentos. A doença, a busca do atendimento médico, seja pelo Sistema Único de Saúde, seja pelos hospitais privados, também acaba contribuindo para o aumento do PIB, quando a promoção da saúde implica menos o aumento do PIB do que o tratamento da doença. Vejam quais contradições precisamos enfrentar para construir efetivamente novos parâmetros para medir o desenvolvimento! De forma que precisamos medir também a qualidade do desenvolvimento e a quem serve o desenvolvimento. Ou seja, estamos fazendo com que os benefícios do desenvolvimento sejam distribuídos pelo conjunto da sociedade? Essa é uma questão. E digo isso para incluir um novo componente nesse debate. Toda vez que nós falamos em transporte, em mobilidade urbana, é um tema da maior importância, porque grande parte da população precisa disso diariamente, principalmente para nós, que representamos o Distrito Federal e vivemos em uma capital que talvez tenha o pior transporte público do País. O transporte é caro, e as pessoas perdem nele grande parte do seu tempo, do seu dia, tempo esse que poderia ser dedicado ao estudo, ao trabalho, ao lazer, à companhia da família. As pessoas perdem esse tempo em um transporte de péssima qualidade, muitas vezes com ônibus quebrados. E, toda vez em que buscamos uma solução, tendemos a pensar apenas em construir alternativas mais modernas de mobilidade urbana – que são importantes, não quero descartá-las, mas, em uma cidade administrativa como é Brasília, no Distrito Federal, temos de pensar que o teletrabalho, a utilização da tecnologia pode e deve permitir que muitas pessoas trabalhem em casa, sem precisar fazer grandes deslocamentos para o seu local de trabalho, emitindo menos gases de efeito estufa, descongestionando o trânsito, podendo trabalhar na companhia dos seus filhos, convivendo com a família. Portanto, esse debate precisa ser feito também. Nós não devemos nos limitar apenas às alternativas que estão postas, mas criar novos paradigmas para o desenvolvimento. E eu creio que Brasília, por ser a Capital do País, por ter nascido sob o signo da singularidade e da vanguarda quando foi concebida, deveria inaugurar uma experiência desse tipo, regulamentando o teletrabalho nesta cidade. Quantas pessoas no Distrito Federal, especialmente no serviço público, gastam grande parte do seu dia ou das suas horas de trabalho, durante toda a semana, em frente a um computador? Muitas dessas pessoas poderiam trabalhar na sua casa, tendo o acompanhamento da sua produtividade, das consequências desse trabalho

de forma muito transparente. Enfim, nós precisamos fazer um exercício de construção de novos paradigmas para o desenvolvimento. E, nesse sentido, eu quero cumprimentar, mais uma vez, a inquietação de V. Ex^a e a preocupação que traz aqui para a reflexão sobre a qualidade do nosso desenvolvimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu agradeço, Senador Rodrigo Rollemberg, pelo lado de colocar o desafio ambiental.

O gerente é aquele que porta a motosserra. O estadista é aquele que carrega as crianças nos ombros. É completamente diferente!

O gerente tem que derrubar o máximo de árvores, o mais rápido possível, para aumentar o Produto Interno Bruto. O estadista se preocupa em como deixar que a economia produza sem destruir um patrimônio que pertence às gerações futuras – e é aí que está a diferença.

O gerente pensa em ganhar a próxima eleição. O estadista pensa em servir à próxima geração.

O gerente que saber como aumentar o Produto Interno Bruto. O estadista que saber como melhorar a qualidade do Produto Interno Bruto.

Há momentos em que esse problema de melhorar não se coloca, porque está indo tudo muito bem. Nós estamos em uma encruzilhada. As coisas não estão indo bem! A violência, a degradação ambiental, a falta de empregabilidade dos jovens, a perplexidade geral, o atraso do Brasil, mesmo produzindo mais, está mostrando que nós não estamos no bom caminho. Não é que nós estamos paralisados pelo pequeno PIB. Isso daí não é o mais grave! O mais grave é que, se o PIB crescer, nos leva a um caminho ruim; e, se ficar parado, sabemos que é uma tragédia.

Nós precisamos de uma proposta que melhore o PIB. Mas eu creio, Senador, que, neste momento, está havendo um esgotamento da visão tradicional de busca de projeto nacional. O projeto nacional, que vem desde os anos 30, com algumas modificações, se esgotou. E, nas próximas eleições, nós vamos querer saber quem é estadista e quem é gerente; quem promete continuar o mesmo, eficientemente; e quem promete fazer o novo, competentemente.

Eu espero que, nestas próximas eleições – porque num país não se vive pensando em uma eleição, tem que se pensar em dez eleições –, a geração inclusive que virá depois da atual aqui no Senado, a geração de crianças hoje jovens que nem ainda pensam em fazer política – e até por causa de uma das vergonhas nacionais querem fugir da política, por causa do vazio de ideias e da corrupção no comportamento –, que esses jovens, pelo menos eles, tragam aqui para esta Casa, levem para o Palácio do Planalto uma geração em que

elejamos um estadista ou uma estadista, e não mais gerente, porque, para gerente, a gente faz concurso público, não faz eleição.

Era isso, Sr. Presidente, que eu tinha para colocar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Cristovam, pelo seu pronunciamento, muito preciso, claro e didático, o que é muito importante para que todos entendam a mensagem que V. Ex^a passa com muita clareza e o brilhantismo de sempre. Parabéns.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou passar a Presidência para o Senador Tomás Correia, que vai chamar o próximo orador inscrito, o Senador Rodrigo Rollemberg. E eu vou até a Comissão de Direitos Humanos porque vou receber 80 alunos da USP de São Paulo e sete professores. Em seguida, recebo o representante da General Motors aqui no Congresso e também o pastor mundial da Igreja Batista.

Por favor, Senador Tomás Correia.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tomás Correia.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Com a palavra o nobre Senador Rodrigo Rollemberg, pelo prazo de 20 minutos.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezados Senador Tomás Correia, que preside esta sessão, prezadas Senadoras, prezados Senadores, venho à tribuna na tarde de hoje para fazer um registro da maior importância para o Brasil, especialmente para o Distrito Federal, e para fazer vários agradecimentos.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar os Senadores Walter Pinheiro, Relator da Medida Provisória 565, que se transformou no Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2012, e o Senador José Pimentel, Líder do Governo no Congresso, pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 20, especialmente no que se refere à modificação do art. 4º da Lei nº 7.827, de 1989, para incluir as atividades de comércio e serviços, sem limites de percentual, entre as atividades a serem financiadas com recursos dos fundos constitucionais, de acordo com as prioridades estabelecidas nos respectivos planos regionais de desenvolvimento.

Quero agradecer a esses dois Senadores pela visão que tiveram e pela sensibilidade – ao longo do meu pronunciamento direi por quê. Quero também agradecer ao Ministro da Integração Nacional Fernando Bezerra pela sensibilidade, assim como ao Presidente

da Sudeco, Marcelo Dourado, e a um conjunto de representantes do GDF e do empresariado local que me procuraram no ano passado, o que acabou provocando esse debate e essa modificação na lei.

Agradeço, de forma especial, ao Sr. José Sobrinho Barros, Presidente do Sebrae no Distrito Federal; ao Sr. Miguel Setembrino, representante da Fecomércio; cumprimentando também o Presidente da Fecomércio, ex-Senador Adelmir Santana; ao Sr. Valdeci Machado, representante da Federação das Associações Comerciais do Distrito Federal; ao Sr. Jair, representante da Feira de Comércio e Indústria de Sobradinho, ao então Secretário de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal Jacques Pena, hoje Presidente do BRB, e ao atual Secretário de Desenvolvimento Econômico Abdon Henrique, que, no dia 19 de outubro de 2011, estiveram em meu gabinete com esses representantes do setor do comércio e de serviços e outros representantes, para fazer um pleito de modificação do FCO, o que nos levou, no dia 21 de novembro, a uma audiência com o Ministro Fernando Bezerra que resultou numa melhoria, numa ampliação dos recursos do FCO para o comércio e serviços para este ano, em torno de 60 milhões, e originou um projeto de lei que apresentei na Comissão de Desenvolvimento Regional que depois foi transformado num substitutivo pelo Senador José Pimentel, que o aperfeiçoou, permitindo que aquele texto aprovado como substitutivo fosse incluído nessa medida provisória, o que trará enormes benefícios para o Distrito Federal, para toda a sua região metropolitana e para todo o Brasil, especialmente para as micro e pequenas empresas. E passo a explicar por quê.

A regulamentação dos fundos constitucionais definia um limite de 20% para o financiamento das atividades de comércio e serviços, o que produzia distorções muito grandes, especialmente no Distrito Federal, que tem grande parte, mais de 90% da sua economia centrada na área de comércio, serviços e administração pública, contribuindo a indústria com 5,6% e a agropecuária com 0,37%.

E, no caso do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, ao qual vou me ater neste pronunciamento, nós temos uma divisão em que Goiás tem direito a 29% dos recursos, Mato Grosso, 29% dos recursos, Mato Grosso do Sul, 23% e o Distrito Federal, compreendendo toda a região metropolitana, o que é absolutamente correto, 19%.

No entanto, em função dessa limitação de utilização de no máximo 20% para o financiamento das atividades de comércio e serviços, o Distrito Federal, historicamente, vinha executando menos da metade, vinha perdendo mais da metade dos recursos a que tinha direito anualmente.

Para que V. Ex^{as} tenham uma ideia, apenas no ano passado, o ano de 2011, o Distrito Federal perdeu R\$502 milhões, recursos que deveriam estar fomentando a atividade produtiva, as atividades comerciais, as atividades de serviços, a geração de empregos não apenas no Distrito Federal, mas em toda a região metropolitana.

Dos 19% a que tínhamos direito, em 2009 utilizamos apenas 8,9%, em 2010, 8,7% e, em 2011, algo em torno disso, o que representa, como disse, um déficit de R\$502 milhões.

O que aconteceu? Fizemos uma articulação com o Senador José Pimentel, dono de uma costumeira habilidade e de um compromisso histórico em defesa das micro e pequenas empresas, e o Senador Walter Pinheiro introduziu na Medida Provisória, no Projeto de Lei de Conversão, essa modificação que vem corrigir essa distorção, permitindo que essa definição de quanto vai para a indústria, quanto vai para a agropecuária, quanto vai para a atividade de comércio e serviços seja fixada pelos planos de desenvolvimento regional, o que é absolutamente correto, inclusive fortalecendo as superintendências, tanto a Sudene, como a Sudam e a Sudeco, que são as gestoras desses fundos constitucionais.

É importante registrar que em Brasília a atividade de informática – nós estamos construindo um polo digital que é também um polo de oferta de serviços na área de tecnologia da informação –, a vocação turística do Distrito Federal para se transformar num grande centro de eventos de caráter científico, de caráter profissional, de caráter político, de caráter médico, enfim, essa é a vocação da nossa cidade. Nós estamos no centro do país. Setenta por cento dos voos nacionais fazem escala no Distrito Federal. Nós temos uma rede hoteleira muito próxima do Congresso Nacional e da Presidência da República, o que facilita a participação de autoridades nos grandes congressos e convenções, sejam eles de caráter político, administrativo ou científico. Portanto essa atividade do turismo será beneficiada com a ampliação dos recursos do FCO.

Na atividade de entretenimento, Brasília já é um grande polo gastronômico, concorre com São Paulo e Rio de Janeiro como um dos grandes polos gastronômicos do País. É um setor que tende a se desenvolver com a realização de grandes eventos que acontecerão na cidade, como a Copa das Confederações, como a Copa do Mundo, como parte das Olimpíadas.

Brasília tem uma vocação de ser um grande polo de formação de mão de obra qualificada na área de educação, de educação tecnológica, de educação científica, de educação de uma forma geral. Esse seg-

mento também será extremamente beneficiado com esses recursos.

E o que dizer da área de saúde também?

Enfim, toda a área de serviços, de comércio e serviços do Distrito Federal e, repito, de toda a região metropolitana do Distrito Federal, ou seja, toda a região da Ride, que inclui 21 Municípios em Goiás e dois em Minas Gerais, será beneficiada por essa medida.

O que está acontecendo, todos os anos, no Distrito Federal? Quando o Ministério da Integração Nacional – e, agora, a Sudeco – define, em função da legislação, desses percentuais a que me referi, qual montante que caberá a cada Estado, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal, o Banco do Brasil, que é o operador do FCO, com uma parceria pequena ainda com o BRB, abre as suas linhas de crédito. Quando chega o mês de maio, a área de comércio e serviços já esgotou os 20% disponíveis até então para ela, e não tinha mais como buscar recursos.

Apesar de a atividade agropecuária no Distrito Federal ser pequena, em função da nossa pequena extensão territorial, embora tenhamos uma agricultura de alta tecnologia, de alta precisão, extremamente produtiva, convivemos historicamente com um problema que tenho buscado resolver, pois sou autor da lei que permite a titulação direta das áreas rurais do Distrito Federal. Então, além de ser um segmento econômico que tem um impacto pequeno no conjunto da economia do Distrito Federal, ele ainda convive com o problema da falta de titulação das áreas rurais, o que dificulta e muitas vezes impossibilita que o produtor rural, por não ter a escritura da terra e não ter como dá-la em garantia, consiga recursos para financiar a sua atividade produtiva. Além disso, a indústria no Distrito Federal não tem a pujança que existe em outros Estados e também não consegue captar esses recursos.

Quando chega o final do mês de setembro, o Banco do Brasil visita as contas, as destinações de cada unidade da Federação e refaz essa distribuição em função do seu nível de execução. Ora, é claro que o Distrito Federal, com mais de 90% da sua economia ancorada no setor de comércio e serviço, quando chega o dia 30 de setembro, pela limitação de 20%, não executou grande parte desse recurso.

Para que se tenha uma ideia, isso fez com que o Distrito Federal, em 2009, dos R\$585 milhões a que tinha direito, contratasse apenas R\$283 milhões, 48,4% do que tinha direito; em 2010, dos R\$930 milhões, contratou R\$370 milhões apenas, 39,8% do que tinha direito; em 2011, dos R\$909 milhões a que tinha direito, executou apenas R\$407 milhões.

Agora, em 2012, até junho, nós temos direito a R\$ 945 milhões, e já foram executados R\$ 321 mi-

lhões. E no nosso entendimento, a partir da sanção da Presidenta Dilma – e eu tenho confiança de que a Presidenta Dilma, em função do seu compromisso com o desenvolvimento regional, sancionará esse projeto de lei de conversão com essa modificação introduzida pelo eminente Senador Walter Pinheiro e pelo eminente Senador José Pimentel –, nós vamos poder fazer uma redefinição ainda para este ano. Como esse projeto de lei de conversão deverá ser sancionado nas próximas semanas, antes do final do mês e como apenas no dia 30 de setembro o Banco do Brasil reavalia a execução orçamentária para fazer a redistribuição, ele deverá fazer essa reavaliação à luz da nova legislação aprovada, o que permitirá que o Distrito Federal possa utilizar outra parcela dos recursos ainda não utilizados em função da limitação, para financiar atividades de comércio e serviços ainda este ano, promovendo uma melhora na economia local, especialmente no Distrito Federal e em toda a região metropolitana.

É importante registrar isso porque nós precisamos criar mecanismos cada vez maiores e mais eficientes de promoção da atividade econômica privada no Distrito Federal, para que possamos reduzir cada vez mais a dependência da economia do Distrito Federal da administração pública.

Somos a capital, gostamos de ser a capital. O peso da administração pública sempre será importante na economia do Distrito Federal e nós ressaltamos a importância de uma administração pública bem organizada, bem estruturada, bem remunerada, para estar à altura dos serviços públicos que oferece ao conjunto da população brasileira. Mas, ao lado disso, nós devemos sempre ter em mente a necessidade de também promover o desenvolvimento das atividades econômicas privadas, reduzindo a dependência do setor público e fomentando a geração de empregos no Distrito Federal e em toda a região metropolitana. Cidades como Águas Lindas, Valparaíso, Cidade Ocidental, Santo Antônio do Descoberto, Planaltina de Goiás, Novo Gama e várias outras que têm a sua economia muito dependente da economia do Distrito Federal serão beneficiadas também com a ampliação desses recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste.

É importante registrar que há, em toda essa região, se analisarmos o Distrito Federal com toda a região do Entorno, uma das maiores disparidades de renda, umas das maiores diferenças de renda do Brasil. E uma das alternativas mais eficazes, mais eficientes, mais sustentáveis para reduzir essa desigualdade social é exatamente fomentar a atividade econômica de forma descentralizada, ou seja, fomentar as atividades econômicas em todas as cidades do Distrito Federal e

em todas as cidades do Entorno, na chamada Região Metropolitana do Distrito Federal.

Portanto quero cumprimentar, mais uma vez o Senador José Pimentel pela habilidade de perceber, a partir de um projeto de nossa iniciativa, que esse era um problema grave no Distrito Federal, mas que não se resumia ao Distrito Federal, de modo que, numa construção coletiva, fizesse com que o Senador Walter Pinheiro, com a sua sensibilidade em relação aos micro e pequenos empresários, incluísse isso no projeto de lei de conversão. Haverá com isso uma mudança fundamental, estruturante, eu diria, para a economia no Distrito Federal.

Quero registrar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o que vamos construir a partir da sanção da Presidenta Dilma é um sonho de todo o setor produtivo do Distrito Federal, de todo o Distrito Federal. Aqui não há governo, aqui não há partidos. Aqui está a sociedade do Distrito Federal, de toda a sua região metropolitana, que aguarda há anos, com muita expectativa, uma mudança como essa, que, sem dúvida, vai contribuir para mudar a face da economia do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg. Parabéns pelo pronunciamento.

Registro a presença do Presidente do Porto de Porto Velho, Dr. Ricardo de Sá, que nos honra com a sua presença nas galerias.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o drama enfrentado pelos mais de 10 mil aposentados e pensionistas do Aerus ganhou contornos ainda mais trágicos e cruéis. O Governo não cumpre a decisão judicial que determina o pagamento imediato daquilo que contribuíram para assegurar uma terceira idade com dignidade. São aproximadamente R\$23 milhões mensais. A multa acumulada por descumprimento da sentença já passa de R\$2,5 milhões.

É preciso afirmar que essa decisão judicial é do Supremo Tribunal Federal. O Governo não cumpre e dá um péssimo exemplo, mas fere mortalmente idosos que se dedicaram, uma vida inteira, a servir o País.

Nós já viemos a esta tribuna inúmeras vezes, porque nesse itinerário, que se arrasta desde 2006, os valores recebidos pelos aposentados do Aerus foram sendo depreciados, alcançando o patamar de 8% do valor devido. A média de idade do contingente de aposentados é de 72 anos. Desde 2006, mais de

700 dos beneficiários já faleceram; faleceram sem que os benefícios a que tinham direito lhes fossem pagos.

Diante da intransigência das instâncias governamentais, só restou aos aposentados recorrer à Justiça. Mas o Governo, em desrespeito frontal à própria Carta Magna, não cumpre a lei nem a decisão judicial.

Eu imagino a infelicidade desses pensionistas e aposentados do Aerus e a revolta que acalenta ao verificarem que a mídia nacional informa milhões desviados pelo “valerioduto”, milhões de reais para os mensaleiros, no maior escândalo de corrupção dos últimos tempos no Brasil, o mensalão; milhões de reais para a empresa Delta, milhões de reais no esquema Cachoeira, milhões do dinheiro público desviados desonestamente, e, para os aposentados e pensionistas, resta o descumprimento de uma decisão judicial. Não há sensibilidade humana.

Em 13 de julho passado, o Juiz da 14ª Vara Federal de Brasília determinou:

Julgo procedente o pedido de condenação da União a indenizar os participantes e os dependentes titulares dos Planos de Benefícios da Varig e da Transbrasil, por omissão no poder-dever de fiscalização e proteção dos participantes dos planos de previdência complementar (art. 3º, item I, da Lei nº 6.435, de 1977, c/c art. 3º, itens V e VI, da Lei Complementar nº 109, de 2001). Indenização que consistirá em montantes individuais apurados nos termos declinados no tópico próprio (itens 140 a 142) desta sentença.

Em 2 de agosto último – primeiro pagamento pós-sentença –, a União não cumpriu a decisão judicial de pagamento imediato.

Em 21 de agosto – no âmbito do Tribunal Regional Federal de Brasília –, a União não conseguiu derrubar a sentença e o tribunal decidiu:

Diante disso, uma vez prolatada, não há motivos para que a sentença não produza seus efeitos, frustrando, mais uma vez, justas expectativas de aposentados e pensionistas de perceberem a complementação de seus proventos após o julgamento do mérito da Ação Civil Pública 2004.34.00.010.319-2 na primeira instância, como decidiu a Suprema Corte no Agravo Regimental na Suspensão de Liminar 127-2, em 14/04/2010. Isto posto, indefiro o pedido da União.

No dia 26 de agosto passado – Tribunal Regional de Brasília – registro no itinerário judicial: agravo regimental interposto pela Advocacia Geral da União ao Pleno do citado Tribunal. Aguardando julgamento.

Em 4 de setembro, segundo pagamento. Mais uma vez, a União não cumpriu a sentença que determina o pagamento imediato.

Ao arrepio da Lei Maior, o Governo não cumpre o que a justiça determina. A crueldade nesse caso tem requintes trágicos.

É bom frisar que, num primeiro momento, o Governo passou a ideia de que não recorrerá e que atenderia a decisão judicial. Como se vê, no relato que apresento, várias foram as decisões judiciais, porque o Governo recorreu, não cumpriu a palavra. Recorreu, perdeu nas várias instâncias e não cumpre a decisão judicial. Péssimo exemplo aos brasileiros. Se o Governo, que tem poder, que tem recursos, que tem caixa, não cumpre uma decisão judicial, como se pode desejar que brasileiros possam cumpri-las? Ocorre que, diante dos fracos, o poder se impõe.

Neste caso, é o poder que se impõe diante de idosos, aposentados e pensionistas, familiares de trabalhadores que aguardam o cumprimento, agora, de uma sentença judicial. Não se pede favor algum ao Governo, não se pede concessão alguma, não se exige benesse alguma, não se está pedindo ao Governo que cometa uma irregularidade, uma injustiça. O que se pede nesse caso é que o Governo cumpra uma decisão judicial.

A nossa solidariedade aos aposentados do Aerus, por meio do amigo Ivan, de Curitiba, que, mais uma vez, nos pediu para que nos manifestássemos desta tribuna em defesa dos direitos das famílias desses aposentados do Aerus.

Em relação a esse tema, Sr. Presidente, era o que tinha a dizer. Quem sabe, imaginando a hipótese de o Governo mudar de postura; quem sabe, desejando que o Governo se sensibilize diante da tragédia humana que proporciona e cumpra a decisão judicial. Quem sabe, viemos à tribuna, mais uma vez, para alimentar esperanças daqueles que ainda acreditam na justiça. E nós, que acreditamos na justiça, esperamos que o Governo não a desrespeite, descumprindo essa decisão judicial.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria também de ecoar desta tribuna o reclamo de outros brasileiros. Ontem recebi a visita de um ex-Parlamentar, o ex-Deputado Antonio Mazurek, que representava Cascavel, do Paraná, no Congresso Nacional e hoje atua como uma liderança na área de gestão de seguros. E ele traz um pleito que vou procurar reproduzir desta tribuna.

Há reparo a ser feito no que diz respeito à criação da Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias, também denominada de Segurobras.

Tive oportunidade de apresentar várias emendas à medida provisória que criou a Segurobras. E essas emendas foram rejeitadas.

Ao sancionar a Medida Provisória nº 564, concernente ao Plano Brasil Maior, a Presidente Dilma manteve a possibilidade de a referida agência concorrer com as empresas privadas do setor.

A crítica é baseada no fato de a Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias estar autorizada, eventualmente, a fornecer seguros ou garantias a órgãos públicos com dispensa de licitação. Em que pese a ressalva de que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado, sabemos que dispensar licitação é no mínimo temerário. Uma porta larga e generosa para os descaminhos que o Brasil assistiu e ainda é expectador.

O Governo tem sido generoso com os desonestos, adotando alterações legislativas ou propondo medidas legislativas que realmente abrem portas para a corrupção; oferecendo facilidades para aqueles que atuam, muitas vezes, não em razão da competência e concorrem de forma competente, mas atuam em razão de determinados artifícios escusos que acabam derrotando a competência dos seus concorrentes.

Vale ressaltar que as demais seguradoras estatais – como Caixa e BB Seguros – não desfrutam desse privilégio atualmente.

A Confederação Nacional das Empresas de Seguros havia se manifestado sobre um acordo firmado com o Ministério da Fazenda no sentido de que a ABGF circunscrevesse sua atuação apenas complementarmente

às empresas privadas, oferecendo, por exemplo, garantias a obras do PAC ou fazendo seguros direcionados para crédito estudantil ou financiamentos imobiliários para baixa renda, esferas poucos atrativas para o setor privado.

Há uma preocupação generalizada no setor de empresas seguradoras de que a concorrência imposta pela Segurobras afete o balanço de riscos do mercado e pressione as margens de lucros. Sem dúvida, como argumenta a CNSeg, a dispensa de licitações instalará uma “situação de privilégio e assimetria de direitos e obrigações”.

Não é saudável nem recomendável que uma agência estatal opere num setor tão sensível e estratégico como o de seguros e possa celebrar contratos sem o crivo e a exigência licitatórios.

Eu insisto, estamos falando de um mercado rigorosamente estratégico, que cresce em média 20% ao ano desde 2007. No ano passado, as seguradoras brasileiras faturaram R\$105 bilhões, volume 16,6% superior ao de 2010. Apenas o seguro de risco en-

genharia, por exemplo, um dos que mais prosperou, girou R\$912 milhões em 2011 – 98,4% mais do que no ano anterior. E a previsão é de que cresça nessa escala até 2016.

Infelizmente, a Presidente da República, que fez vetos parciais à medida provisória, deixou essa brecha a eventuais “realizações” pouco republicanas. Isentar da exigência de licitação um setor estratégico é um chamariz à ilicitude.

A criação da “Segurobras” personifica um retrocesso ao mercado de seguros e resseguros do País.

Portanto, Sr. Presidente, são esses dois registros que pretendia fazer e os fiz da tribuna do Senado Federal.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Eu chamarei o Senador Anibal Diniz para presidir.

O Sr. Tomás Correia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Tomás Correia, do PMDB de Rondônia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, senhores ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, queria aproveitar a presença do Senador Alvaro Dias aqui para agradecer a sua gentileza por ter-me indicado para compor a Comissão do Código Penal.

Muito obrigado a V. Ex^a e à sua Bancada, a Bancada do PSDB.

Sr. Presidente, é com imensa satisfação que, como Senador da República, compareço hoje a esta Casa, a esta tribuna, para falar sobre a hidrovía do Rio Madeira e o papel do Porto Organizado de Porto Velho para o fortalecimento da economia não só do Estado de Rondônia, mas da região, Região Norte, Centro-Oeste, enfim, um porto altamente significativo para toda a nossa economia, incluindo o Estado de Rondônia, o Estado do Mato Grosso, o Estado do Amazonas, o Estado do Acre, de V. Ex^a, o Estado do Pará, Amapá, Roraima.

É um porto estratégico, portanto, fundamental para a economia dessa região.

Para se ter ideia da importância dessa hidrovía e do Porto Organizado de Porto Velho, registro que, durante o ano de 2011, foram exportados por esse modal de transporte, a partir de Porto Velho, em torno de 4 milhões de toneladas de grãos, principalmente de soja, produzidas no norte do Estado de Mato Grosso e também no meu Estado de Rondônia. Além disso,

também temos, por aquela hidrovía, o transporte de açúcar, de gado, de madeira. É uma hidrovía altamente utilizada para o transporte em nossa região.

Todo o combustível e derivados de petróleo que abastecem o Acre, Rondônia e parte do Mato Grosso chegam por essa hidrovía. Em torno de 2,8 bilhões de litros de óleo diesel são transportados pela hidrovía do rio Madeira por ano.

Registro, Sr. Presidente, que o valor do frete pelo modal hidroviário é equivalente a 1/5 do valor do frete rodoviário; portanto, é altamente econômico usar esse meio de transporte para frete de carga, segundo dados, inclusive, fornecidos pela CNI.

Por isso, acredito ser oportuno enfatizar um breve relato sobre nossa luta, juntamente com a Bancada Federal de Rondônia, com o Governador Confúcio Moura, o Presidente da Sociedade de Portos e Hidrovias de Rondônia, Dr. Ricardo Sá – que nos prestigia, neste momento, com a sua presença na tribuna de honra do Senado Federal –, o Sindicato das Empresas de Navegação de Rondônia e o Sindarma, do Amazonas, para que sejam realizadas pelo DNIT a drenagem e a sinalização da hidrovía do Madeira, e para a aquisição de equipamentos modernos para nosso o Porto Organizado.

Devo dizer, Sr. Presidente, que os recursos para essa drenagem e para a aquisição desses equipamentos já estão previstos no PAC. Portanto, é perfeitamente viável que se faça o mais rápido possível, em face, sobretudo, de que, num certo período do ano, não havendo a drenagem, colocamos em risco o frete, o transporte naquela hidrovía. Os recursos para esse empreendimento, como disse, já estão previstos no PAC. É preciso apenas que sejam executados.

Por último, registro, com alegria, que a exportação de carne de Rondônia e do norte do Mato Grosso para a Ásia, Europa e América será feita, no máximo em 90 dias, pelo Porto de Porto Velho, e isso graças à visão do nosso Governador Confúcio Moura, que determinou ao presidente do Porto que realizasse investimentos para que se pudesse exportar nossa carne pela hidrovía do Madeira, para o Amazonas e para o exterior, porque ela hoje ainda é feita pelo Porto de Santos. Imagine S. Ex^a que poderemos usar um trajeto muito mais curto, muito mais viável economicamente do que termos que exportar por Santos, que é inegavelmente mais distante, comparando com essa hidrovía.

Essa exportação de carne, pelo Porto Organizado de Porto Velho, significa diminuirmos não só distância, mas também custos, custos de frete, conseqüentemente o custo do valor final da carne de Rondônia, tornando nossa produção muito mais competitiva com os mercados internacionais.

Desse modo, Sr. Presidente, quero parabenizar o Governador Confúcio Moura e o Diretor da Sociedade de Portos e Hidrovias de Rondônia pelos investimentos, com recursos próprios do Porto, e solicito ao Diretor-Geral do DNIT que faça a dragagem e a sinalização da Hidrovia do Madeira de Porto Velho à foz do rio Madeira, onde se encontra com o rio Amazonas, para viabilizar de vez esse importante modal de transporte no nosso Estado e de toda a nossa Região Amazônica.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que o Porto de Porto Velho tem uma verdadeira ligação lógica com a BR-364. Fui agora informado de que já está sendo licitada, já está sendo dada a ordem de serviço de restauração da BR-364. E nós teríamos uma BR restaurada, melhorada, e teríamos, em frente, o estrangulamento exatamente no Porto de Porto Velho.

É importante que se faça esse registro, porque nós temos reconhecido que tem sido uma luta muito grande da Bancada do Estado de Rondônia, no sentido de lutarmos pela restauração da BR-364. Aqui, os Senadores de todos os partidos têm falado sobre a BR-364, a Bancada na Câmara Federal tem falado também. Enfim, é uma luta do Estado de Rondônia, sem dizer que o Governador Confúcio Moura, em diversas oportunidades, tem ido ao DNIT – como, daqui a pouco, estaremos eu e o Governador Confúcio Moura no DNIT e no Ministério dos Transportes, juntamente com o Diretor do Porto, Dr. Ricardo Sá, para exatamente tratarmos dessa questão do Porto de Porto Velho.

Mas também queremos, mais uma vez, pedir a atenção especial para a BR-364, porque nós lamentamos muito, e é com tristeza que eu registro que a BR-364 é tida hoje, nacionalmente, como a Rodovia da Morte, em razão, sobretudo, da sua má conservação, que tem causado enormes acidentes, causando mortes e danos materiais. E o que é mais grave: tirando a vida de pessoas, o que, lamentavelmente, ocorre naquela BR.

Nós também, Sr. Presidente... Sei que V. Ex^a já até me anunciou que falará, daqui a pouco, sobre a ponte do rio Madeira, ligando o Estado do Acre com o Estado de Rondônia, o que também, sem dúvida, representa um estrangulamento. Imagine V. Ex^a que nós temos a BR restaurada, nós temos todo o trecho da Rodovia Transoceânica pronto, nós temos toda essa infraestrutura já realizada, mas, quando chegamos a Vista Alegre do Abunã, nós temos o estrangulamento de uma ponte que não é feita, que é a ponte do rio Madeira, interligando o nosso Estado com o Estado do Acre. Nós, de Rondônia, temos quatro comunidades grandes, após o rio Madeira, que são Vista Alegre do Abunã, Nova Califórnia, Extrema e Fortaleza do Abunã. Ora, nós temos aquela população que vem sofrendo

há anos, e sabemos que o custo do frete aumenta significativamente em razão do valor que se paga pelas balsas para fazer a travessia.

No ano passado, fui para o Estado de V. Ex^a, o Acre, para participar da exposição agropecuária – por sinal, muito bem organizada; eu gostaria até de saudar os dirigentes do Estado e da feira agropecuária, porque fizeram uma grande festa. Nós fomos lá com uma equipe de Rondônia prestigiar esse evento no Acre, e passamos mais de uma hora aguardando para fazer a travessia pela balsa. Além do tempo de espera, temos o custo, que é de R\$20,00 por caminhonete. Esse custo quem paga é a sociedade, é o morador de qualquer dos lados, que tem de trafegar indo ou voltando, desembolsando esse valor enorme.

Então, eu queria deixar aqui a nossa preocupação em relação ao estado de conservação da BR-364, de que temos falado incansavelmente.

E eu queria dizer que hoje, com muita alegria, ouço o anúncio de que estará sendo dada a ordem de serviço para o primeiro trecho de 122 quilômetros, que vai de Rio Preto até o Município de Itapuã do Oeste. Também tenho informações de que em breve será dada a ordem de serviço para o segundo trecho, que será de Pimenta Bueno até Ouro Preto. Esse, inclusive, é o trecho mais danificado, é o mais deteriorado.

De qualquer modo, fica aqui a nossa preocupação e também a nossa alegria por saber que o DNIT já está tomando todas as providências para restaurar a BR-364. Não é uma recuperação, como aliás já está sendo feita, mas a restauração de todo o trecho da BR-364, que virá inclusive com a terceira faixa, permitindo a trafegabilidade e a ultrapassagem de carretas pesadas por carros mais leves. Além disso, vão fazer a recuperação dos trevos, iluminação, de modo a que os trevos que interligam as cidades fora da BR-364 possam também dar mais condições de segurança para aqueles que por ali trafegam.

Quero também, Sr. Presidente, finalizando, registrar – aliás, V. Ex^a também estava lá – a homenagem feita aos soldados da borracha do Brasil, já que a nossa região, no caso Amazonas, Rondônia e Acre, tem muito a ver com essas pessoas e foi uma justa homenagem a esses brasileiros que, muitas vezes, são esquecidos, não são lembrados. E nós queríamos aqui registrar. Vi lá alguns amigos de Rondônia, como é o caso do Clóvis, que, inclusive com 80 anos, estava lá ontem e é nosso candidato a vereador lá em Porto Velho, pelo PMDB.

Então, quero aqui fazer o registro de que tive o prazer de estar presente nesse evento. Foi uma homenagem de uma Parlamentar do Estado do Acre, e foi uma lembrança que nós não gostaríamos de esquecer,

uma vez que esses homens tiveram um momento tão importante da vida da nossa região, vieram com o sacrifício das suas próprias vidas, com sacrifício da sua segurança e deram uma contribuição enorme para o País, mas hoje, infelizmente, não são tão lembrados. A homenagem foi justa, e quero, neste momento, saudar, de forma efusiva, os soldados da borracha no País, de modo muito especial aos soldados da borracha do meu querido Estado de Rondônia.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Tomás Correia.

Estou vendo chegar aqui, pronto para falar, o Senador Paulo Paim. Logo em seguida, daremos sequência à lista de oradores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Anibal Diniz, agradeço a V. Ex^a. Sei que o Senador Tomás Correia vai presidir para que V. Ex^a use a palavra em seguida, porque vou ter que, Senador Anibal Diniz, agora, às 16h20, atender a uma turma de 80 jovens estudantes da USP de São Paulo para falar um pouco da Comissão de Direitos Humanos. Eles também estarão acompanhados de sete professores daquela Universidade.

Mas quero dizer também, Sr. Presidente, que eu havia anunciado antes ali, do plenário, que eu ia receber um representante da General Motors e de algumas montadoras, porque estávamos prevendo uma audiência pública, já para a próxima terça-feira, para discutir prováveis demissões nas montadoras.

Mas conversei com representantes dos trabalhadores e das montadoras e ajustamos em entendimento que essa audiência será no dia 16 de outubro. Estarão, então, aqui no Senado, na Comissão de Direitos Humanos, representantes do Ministério do Trabalho, das montadoras e das centrais sindicais, que serão todas convocadas, para dialogarmos sobre esse anúncio feito de prováveis demissões nas montadoras entre o mês de dezembro e novembro.

Quero também dizer, Sr. Presidente, que recebi há pouco tempo, na Comissão, e pude retornar em tempo, o Ex^{mo} Sr. Pastor Eliéser Corrêa de Souza, Presidente da Convenção das Igrejas Batistas Independentes do Brasil, junto também com o Pastor Getulio Vargas. Vieram me convidar para o centenário da Cibi (Convenção das Igrejas Batistas Independentes do Brasil), que será realizado numa grande audiência pública – não é nem audiência pública, vai ser no plenário da Câmara –, no dia 19 de outubro, numa sessão de homenagens. Estarão lá representantes e líderes de todo o Brasil, hoje são 916 igrejas e 10 convenções, conforme o termo que eles usaram, em outros países.

Fazendo esse rápido informe, Sr. Presidente, eu venho ao meu texto: primeiro, dizer que, mais uma vez, V. Ex^a estava presidindo, Senador, num momento em que eu já falei desse tema, e sei que o Senador Alvaro Dias também se pronunciou sobre o mesmo tema, que é a situação do Aerus. Estamos muito preocupados com a situação do Aerus. Enfim, os sindicatos e o escritório do Dr. Maia... Falo do escritório do Dr. Maia numa homenagem. Ele já faleceu, ele foi o principal lutador na defesa dos aposentados e pensionistas do Aerus. Hoje, seus filhos que atuam nesse escritório continuam peleando e conseguiram uma decisão favorável no Tribunal Regional Federal. Esperamos, então, que a União proceda ao devido pagamento para essas cerca de 10 mil pessoas, correspondente à folha de pagamento mensal, em torno de R\$21 milhões. É uma dívida do antigo governo, antes do Governo Lula, mas, uma vez que é por decisão da Justiça, vai ter que ser mantido o pagamento, porque não houve a devida fiscalização na época.

Eu recebi aqui um documento assinado pela Central Única dos Trabalhadores, pelo SNA, pela AAPT, pela Fentac, pela Graziella Baggio, pelo Celso, que são sindicalistas que cuidam dessa área junto ao Sindicato Nacional dos Aeronautas.

Eu estou esperançoso de que o Governo vai cumprir a decisão, não vai protelar mais uma vez, porque eram, até pouco tempo atrás, Senador, 11 mil aposentados e pensionistas. Hoje, são em torno de dez mil porque mil já morreram e não receberam os seus vencimentos.

Eu sempre dou um exemplo. Um comandante do avião da Varig, por exemplo, se atualizássemos o salário, hoje ele estaria ganhando, aposentado, com a complementação que teria que ser feita pelo fundo Aerus, algo em torno de 12 a 13 mil. Sabe quando ele ganha? Menos de um salário mínimo. Porque o fundo, por falta de fiscalização dos governantes da época, não fez o dever de casa e o dinheiro acabou sendo desviado.

Felizmente, a Justiça deu parecer favorável. Eu peço a V. Ex^a que considere na íntegra o documento que eu recebi da Central Única, das outras centrais e das entidades que apoiam o pagamento imediato.

Por outro lado, Sr. Presidente, antes que eu me desloque para a Comissão de Direitos Humanos, eu quero fazer aqui uma pequena homenagem à Juventude de São Leopoldo, Município gaúcho. Eles comemoram no mês de agosto a Semana da Juventude no Município, lá no meu Rio Grande.

Na carta enviada, eles comentam que experimentaram diversas realidades, ou seja, o debate sobre a importância de avançarmos em políticas públicas para

a juventude, debatendo inclusive como se deve aplicar corretamente os recursos dos Municípios e, no caso São Leopoldo, eles levaram as oficinas, debates e também foram para as escolas públicas. Eles relatam aqui também terem encontrado muita dificuldade nos encontros, mas, ao mesmo tempo, eles mesmos apontaram caminhos para as políticas públicas da juventude.

Segundo a Diretoria Municipal da Juventude, existe um grande número de jovens que têm um profundo desejo de mudar de vida, porque a violência tem sido uma realidade constante.

Eu devo conversar, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Eu quero só interromper V. Ex^a, se me permite...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, eu faço questão de que V. Ex^a homenageie os nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Eu quero só registrar, para honra da Casa, a presença em nossas galerias de estudantes de vários de vários cursos da conceituada Universidade de São Paulo (USP), que nos brindam com a sua presença.

Eu agradeço a presença de todos e devolvo a palavra a V. Ex^a com o pedido de desculpas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E eu estou aqui acelerando a minha fala por culpa de vocês, porque depois vou ter que recebê-los. Mas o farei com muito carinho, podem ter certeza. Nosso encontro está marcado, se não me engano, para as 16h30, na Comissão de Direitos Humanos, quando falarei um pouco do Senado e do trabalho daquela Comissão nessa política que entendo correta e adequada de que o Congresso cumpra o seu dever com o olhar sempre para as pessoas, defendendo causas e não coisas. Estarei lá esperando vocês.

Mas, enfim, aqui eu falava da nossa Juventude. Segundo a Diretoria municipal, eles falam que um dos problemas é a violência. E quero também dizer que fiquei muito feliz com a carta que recebi desses jovens, que mostra todo o empenho em vencer as dificuldades impostas pela própria conjuntura.

Eles dizem que estão conscientes de que os programas que o Governo Federal e municipal apresentaram nos últimos oito anos ajudaram a diminuir as desigualdades, avançaram na garantia de direitos, mas eles entendem que, embora tendo feito muito, temos que fazer ainda mais. Ou melhor, não só os investimentos, mas também a participação juvenil e o compromisso do Estado com a juventude. Eles aqui fazem uma série de considerações. Lembrem, entre aspas, do tempo sombrio. Porque segundo eles aquele tempo

do chamado neoliberalismo colocava as pessoas em situação muito distante da realidade de cada jovem.

Eles terminam a carta dizendo:

Nós da Diretoria Municipal da Juventude Leopoldense vimos pedir seu apoio [nobre Senador], e o de quem mais quiser [se] somar e se comprometer com a vida e a emancipação da juventude brasileira.

Já aqui eles referem que sou o Relator do Estatuto da Juventude na Comissão de Assuntos Sociais. Dizem eles:

Apoio no sentido de dar cada vez mais visibilidade para a nossa pauta não somente denunciando o fato de sermos a maioria das vítimas desse sistema, mas também afirmando que somos sujeitos de direitos e das nossas histórias. O Estatuto da Juventude já é uma vitória.

Já foi aprovado na Câmara, agora está nas mãos dos senhores no Senado da República. Sabemos da sua participação nessa luta, contamos com V. Ex^a. É apenas mais uma batalha na grande guerra contra a opressão e na busca da justiça, da liberdade e da igualdade para todos.

Na mesma linha, Sr. Presidente, porque ainda tenho 11 minutos, quero falar um pouco da violência específica contra os jovens.

O Brasil é o país do futuro, como a gente costuma dizer. Mas é bom refletir sobre a situação da nossa juventude. E, como eles dizem, não queremos ser somente o país do futuro, mas queremos ser também o país do presente. Criança de hoje, homem de amanhã. Essa é uma frase que ouvimos desde tenra idade, mas estamos observando que muitas crianças não chegarão a tornar-se adultas, porque a morte ceifa suas vidas praticamente no começo da trajetória de suas existências. É uma constatação triste, constrangedora e chocante.

Há pouco tempo deparamo-nos com uma matéria que nos chocou, publicada pela *Folhapress*, cujo início soa como um grito de alerta:

Era 26 de março de 2010, quando [o jovem] Rafael Souza de Abreu, 16 [anos], virou mais um número para pesquisadores de segurança pública.

Nessa data ele foi morto com oito tiros, perto da casa de um amigo, em Santos, São Paulo. Segundo seu pai, o operador portuário José de Abreu, e a Promotoria, o rapaz foi confundido com um ladrão de [...] roupas e foi morto em represália a um furto que não cometeu.

Essa narrativa apenas serve para contextualizar a matéria, que pretende retratar o estado de violência, principalmente contra adolescentes e jovens, que existe nos dias atuais.

A matéria destaca que ele passou a ser mais um número, um dos 8.686 adolescentes e crianças assassinados neste ano, número que aumentou 376% se pegarmos o parâmetro 1980/2012. Ou seja, nesses 32 anos, houve um crescimento de assassinatos da nossa juventude de 376%. Os homicídios, no total, aumentaram 259%, o que demonstra que é maior o crescimento mortes entre os jovens.

Sr. Presidente, os dados, de fato, chocam. Consta do Mapa da Violência 2012 – Crianças e Adolescentes do Brasil estudo que analisa informações do Ministério da Saúde sobre causas da morte de brasileiros com idade entre zero e dezenove anos.

Esse trabalho foi coordenado pelo sociólogo Júlio Jacobo Waiselfisz e apresenta conclusões que impressionam por evidenciarem que a violência atinge brasileiros de idade cada vez menor.

Em 1980, os homicídios de jovens representavam mais de 11% do total; em 2010, chegaram a 43%.

O coordenador do estudo afirmou que esse aumento demonstra que crianças e adolescentes não constituem prioridade para o nosso País.

Os Estados campeões de violência são Alagoas, com uma taxa de 34,8 assassinatos de jovens por 100 mil habitantes; Espírito Santo, com 33,8; e Bahia, com 23,8 por 100 mil habitantes.

Já os Estados com as menores taxas de violência contra os nossos jovens foram Santa Catarina – olhem a diferença! –, de 34,8, com 6,4, São Paulo, com 5,4 e Piauí, do nosso Wellington Dias, que governou com muita sabedoria, que tem o menor índice, de 3,6 mortes por cem mil habitantes.

De acordo com o sociólogo Julio, vários fatores influenciaram o crescimento da violência em algumas regiões, com destaque para a interiorização dos homicídios. Isso se deve à melhor distribuição de renda. A população migrou, e os governos não conseguem implantar políticas públicas em tempo hábil para atender ao segmento social que entra nos Municípios ou nos Estados em questão. Ou seja, as pessoas vêm do interior para os grandes centros na esperança de uma vida melhor, e encontram a morte e a violência. Por isso a volta para o interior com estrutura para que a nossa juventude... E por isso eu insisto tanto nas escolas técnicas com qualidade em todo o País. Chego a dizer que o sonho seria termos pelo menos uma escola técnica em cada Município do nosso País e claro que nos grandes centros teríamos muito mais.

Mas, enfim, Sr. Presidente, antes a maior parte dos crimes ocorria somente nos grandes centros. Agora está havendo também... À medida que a cidade vai crescendo, e não precisa ser uma capital, o cinturão de miséria aumenta. Poderíamos lembrar de algumas cidades em que o cinturão de miséria aumenta, mas não vou discorrer sobre elas por falta de tempo. Na cidade, embora não capital, mas um grande centro, a esperança de uma nova vida faz com que a juventude venha para as cidades-polo, onde se verifica que a violência também aumenta.

Casos que apareciam como “outras violências” nos dados oficiais passaram para a classificação de “homicídios”. É o que esclarece a antropóloga Alba Zaluar, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que se dedica a esse tema.

Mas o que choca mesmo, Sr. Presidente, é ver que tantos jovens são mortos ainda no desabrochar de suas vidas, pois, em idade muito tenra, o que poderia ser um amplo horizonte acaba se transformando em uma linha de chegada para o fim do percurso da existência.

Talvez o mais correto seja pensar-se em aperfeiçoamentos no Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, como uma forma de coibir atos cometidos dentro de certa expectativa de impunidade, protegidos que estão pela prerrogativa da menoridade e pela impossibilidade de serem tratados com uma lei mais adequada.

É claro que ninguém está pensando em aumentar a idade mínima. Ninguém está pensando nisso, mas em aprimorar a legislação. O ECA foi instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Portanto essa lei existe há mais de 20 anos e tem que ser aprimorada.

Sr. Presidente, o ECA, com certeza, nós que atuamos em política de direitos humanos o fizemos com muito carinho. Eu estava lá, Sr. Presidente.

Não fui nem o autor nem o relator, mas ajudei no debate e na construção. Entendo que ele pode ser aprimorado.

Houve, portanto, o maior cuidado em relação à natureza diferenciada da faixa etária a que se destinava a lei. Atualmente, são apontados alguns caminhos que poderão mudar a redação original.

Ainda são poucos estudos, é claro, no Brasil, sobre o assunto. Mas uma pesquisa realizada pelo Instituto Latinoamericano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e o Tratamento do Delinquente (Ilanud), entre junho de 2000 e abril de 2001, abrangendo adolescentes acusados da prática de ato infracional no Estado de São Paulo, indicou que apenas 1,4% desses adolescentes eram acusados da prática de homicídio.

Depois, com base em ocorrências havidas em 2004 e 2005, levantadas pelas políticas estaduais, a Secretaria de Segurança Pública elaborou uma estatística que revela o seguinte: jovens entre 18 e 24 anos foram os responsáveis por cerca de 40% dos homicídios dolosos ocorridos no País. Outro dado: aproximadamente 11% do total de ocorrências foram de responsabilidade de adolescentes com idade entre 12 e 17 anos. Aliás, as vítimas, em sua grande maioria, também são adolescentes. São jovens, crianças, o que deve ser motivo de grande preocupação para nós, que somos os legisladores.

Sr. Presidente, podemos realmente dar motivos de esperança aos brasileiros que dentro de pouco adentrarão o mundo profissional e assumirão o futuro do País se nos debruçarmos, com a responsabilidade que o momento exige, sobre esse tema. Os números apresentados escancaram o problema da violência entre os jovens.

Portanto, consegue-se apontar no máximo alguma vinculação empírica, difundida por muitos veículos de comunicação, entre a insegurança e a delinquência juvenil. Daí surge a conclusão de que esse modelo repressor está falido e torna-se responsável pela produção de delinquentes cada vez mais agressivos, até porque o sistema carcerário brasileiro é uma vergonha, sem querer imitar aquele famoso comentarista de uma TV. Quem tem um mínimo de noção de direitos humanos sabe que o sistema carcerário brasileiro – o termo é este – é um caso de polícia! Por mais que tenhamos uma visão clara de que temos de punir os criminosos, nós não podemos botar 100 pessoas numa sala em que cabem 10! Se entrarem como aprendizes, eles sairão dali como profissionais do crime. E a responsabilidade é de todos nós.

Para se ter uma ideia da gravidade do problema, é importante esclarecer que o Brasil apresenta o segundo maior número de menores de 18 anos encarcerados. A prisão de adolescentes acaba produzindo um efeito contrário ao esperado, pois eles ficam ali revoltados e voltam a cometer crimes ainda maiores quando em liberdade.

Deixamos claro que nós não queremos que todos sejam presos. Queremos um sistema de recuperação. É isso que temos de fazer com a nossa juventude.

Revista de caráter nacional, no dia 25 de julho de 2012, traz um destaque de capa com a chamada para uma densa reportagem sobre a violência no País. Ali fala: “A perspectiva de uma queda generalizada dos assassinatos no Brasil leva em conta fatores de natureza diversa: há os consolidados e positivos, como o aumento da renda da população; os não tão consolidados, mas desejáveis...” É nisso que temos de avançar,

conforme a matéria, investindo ainda mais do que os Presidentes Lula e Dilma investiram no ensino técnico.

Para terminar, Sr. Presidente, alguns estudiosos como Cláudio Beato, Coordenador do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Túlio Kahn, Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e Júlio Jacobo, organizador do Mapa da Violência, expressam a esperança de o Brasil poder estampar, num futuro não muito distante, números decentes como os de um país desenvolvido. Os números do Mapa da Violência são chocantes, mas temos caminhos, Sr. Presidente, para avançar, a fim de que esses números, hoje negativos, sejam transformados em números positivos.

Só os últimos dados, Sr. Presidente.

Dessa forma, as causas externas de mortes nessa faixa etária são: 43,3% das crianças e jovens são assassinados; 27,2% morrem em acidentes de transporte; 19,7% morrem em outros tipos de acidentes. Mais de 90% do total das mortes de crianças e adolescentes ocorrem por causas externas e quase a metade dentre essas se dá por assassinatos. Triste realidade que podemos reverter.

A nossa intenção com este pronunciamento é chamar a atenção das autoridades responsáveis pelas políticas de proteção à infância e à adolescência, que começam também com o combate às drogas lícitas e ilícitas, ou seja, ao álcool e a todos os outros componentes dessa máfia – porque é uma máfia – de quadrilhas montadas no Brasil que vivem da venda de drogas para a nossa juventude.

É bom lembrar a todos os pais... Permitam-me, porque esses dias fiquei chocado. É claro que não vou citar números nem dados. Quando visitei, lá no meu Rio Grande, a casa de uns amigos, estavam lá diversos amigos com os filhos, quando vi um menino de 11 anos com um copo de uísque na mão, como se estivesse tomando guaraná. É claro que eu não vou citar o nome de ninguém, mas quero alertar aos pais que não tiverem esse cuidado: a criança que começa com um copinho de uísque ou de cachaça, aos 10 ou 11 anos – podem escrever o que estou dizendo –, chegará a um limite em que vai entender que aquela droga não a satisfaz mais e vai passar para as chamadas drogas ilícitas. E para chegar ao crack, não vai demorar muito.

Por isso eu faço esta minha fala muito mais no estado de alerta de alguém que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos e recebe milhares de denúncias de todo o País contra principalmente drogas lícitas e ilícitas. As lícitas são – nós sabemos todos – as drogas que lidam com o álcool.

Era isso. Obrigado, Sr. Presidente. Se V. Exª puder publicar na íntegra, eu agradeço.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero registrar a correspondência que recebi da Diretoria Municipal da Juventude Leopoldense. Município gaúcho de São Leopoldo.

Eles comemoraram, no mês de agosto, a Semana da Juventude em seu Município; São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.

Na carta enviada eles comentam que experimentaram diversas realidades, ou seja, da juventude do centro, da juventude das periferias, da juventude que acessa direitos básicos e daquela que não acessa.

Eles levaram oficinas e debates às escolas públicas de São Leopoldo. Eles relatam também terem encontrado muitas dificuldades nestes encontros, mas ao mesmo tempo, muitas possibilidades.

Segundo a Diretoria Municipal da Juventude, existe um grande número de jovens que tem um profundo desejo de mudar de vida, porque a violência tem sido uma realidade constante para eles.

Eu devo confessar, Senhoras e Senhores Senadores, que fiquei muito feliz em receber essa carta. Fiquei feliz em ver a juventude empenhada em vencer as dificuldades impostas pela conjuntura.

Eles dizem estar conscientes de que os programas que o governo federal e municipal proporcionaram nos últimos 8 anos ajudaram muito a diminuir as desigualdades e garantir direitos, mas eles acham necessário ampliar os investimentos. Ou melhor, não só os investimentos, mas também a participação juvenil e o compromisso do Estado com a juventude.

Eles chamam o neoliberalismo de “tempo sobrio”, porque, segundo eles, o neoliberalismo coloca as pessoas numa situação de exploração e cria a ilusão de que eles não podem mudar a realidade que aí está.

Na carta consta um pedido muito sincero e que considero justo:

“... nós da Diretoria Municipal da Juventude Leopoldense vimos pedir seu apoio e de quem mais quiser somar e se comprometer com a vida e a emancipação da juventude brasileira. Apoio no sentido de dar cada vez mais visibilidade para a nossa pauta, não somente denunciando o fato de sermos a maioria das vítimas desse sistema, mas também afirmando que somos sujeitos de Direitos e das nossas histórias. O Estatuto da Juventude já é uma vitória. Sabemos de seu protagonismo nesta

luta. E contamos contigo nessa luta, que é apenas mais uma batalha na grande guerra contra o capitalismo, contra as opressões e as injustiças que o sustentam”.

Sr. Presidente, eu quero agradecer a esses jovens pela carta enviada, pelo exemplo de postura diante da vida e pela confiança que depositam em mim.

Envio a todos o meu abraço fraternal e reitero minha disposição em compartilhar dessa luta que é pautada na justiça, no trabalho e na esperança da construção de um futuro mais promissor para nossos jovens.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Pronunciamento sobre a violência contra os jovens.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Brasil é realmente o “País do Futuro”, como se costumava dizer até algum tempo atrás? Que futuro?

“Crianças de hoje, homens de amanhã” – essa é uma frase que ouvimos desde a mais tenra idade.

Mas estamos observando que muitas crianças não chegarão a tornar-se homens, porque a morte ceifa suas existências praticamente no começo de suas trajetórias de vida.

É uma constatação triste, constrangedora e chocante!

Há pouco tempo, deparamo-nos com uma matéria da agência de notícias Folhapress cujo início soa como mais um grito de alerta:

“Era 26 de março de 2010 quando o jovem Rafael Souza de Abreu, 16, virou mais um número para pesquisadores de segurança pública. Nessa data, ele foi morto com oito tiros perto da casa de um amigo em Santos (SP).

Segundo seu pai, o operador portuário José de Abreu, e a Promotoria, o rapaz foi confundido com um ladrão de roupas e foi morto em represália a um furto que não cometeu.”

Essa narrativa apenas serve para contextualizar a matéria, que pretende retratar o estado de violência, principalmente contra adolescentes e jovens, existente nos dias atuais em nosso País.

A matéria destaca que ele passou a ser apenas mais um dos 8.686 adolescentes e crianças assassinados no ano mencionado, número que aumentou 376% desde 1980.

Os homicídios, no total, aumentaram 259% no mesmo período, o que demonstra que o crescimento do número de mortes foi muito maior entre os jovens.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, os dados chocantes constam do Mapa da Violência 2012

– Crianças e Adolescentes do Brasil, um estudo que analisa informações do Ministério da Saúde sobre as causas das mortes de brasileiros com idade entre zero e 19 anos.

Esse trabalho foi coordenado pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz e apresenta conclusões que impressionam por evidenciarem que a violência atinge brasileiros de idade cada vez menor.

Em 1980, os homicídios de jovens representavam pouco mais de 11% do total; em 2010, atingiram 43%.

O coordenador do estudo afirmou que esse aumento demonstra que crianças e adolescentes não constituem prioridade para os governos.

Os Estados campeões de violência são Alagoas, com uma taxa de 34,8 assassinatos de jovens por 100 mil habitantes; Espírito Santo, com 33,8; e Bahia, com 23,8.

Já os Estados com as menores taxas de violência foram: Santa Catarina, com 6,4; São Paulo, com 5,4; e Piauí, com 3,6 mortes por 100 mil habitantes.

De acordo com o sociólogo Julio Waiselfisz, vários fatores influenciaram o crescimento da violência em algumas regiões, com destaque para a interiorização dos homicídios.

E isso se deve a melhor distribuição de renda.

A população migrou, e os governos não conseguem implantar políticas públicas em tempo hábil para atender o segmento social que entra nos Municípios ou nos Estados em questão.

Antes, a maior parte dos crimes ocorria nos grandes centros populacionais. Agora está havendo uma interiorização da criminalidade, além do que se tem observado uma melhora na qualidade das estatísticas sobre mortes.

Casos que antes apareciam como “outras violências” nos dados oficiais passaram para a classificação de “homicídios”. É o que esclarece a antropóloga Alba Zaluar, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que se dedica ao estudo desse assunto.

Mas o que choca mesmo, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, é ver que tantos jovens são mortos ainda no desabrochar da vida, pois em idade muito tenra, e o que poderia ser um amplo horizonte acaba por transformar-se em linha de chegada para o fim do percurso da existência.

Talvez o mais correto seja pensar-se em aperfeiçoamentos da legislação como uma forma de coibir atos cometidos dentro de certa expectativa de impunidade, aumentando em mais que o dobro a pena do adulto que usar menores em crimes. Redução da idade penal é inaceitável!

O ECA foi instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e sua ementa é a seguinte:

“Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.”

Certamente muitos menores são instrumentos de delinquentes adultos irrecuperáveis, que se aproveitam da participação de menores.

E um outro dado estarrecedor: aproximadamente 11% do total de ocorrências foi de responsabilidade de adolescentes com idades entre 12 e 17 anos.

Aliás, as vítimas dessas ocorrências, em sua grande maioria, também são adolescentes e jovens, o que deve ser motivo de grande preocupação para nós, os representantes do povo, com o futuro que daremos para os jovens.

Podemos, realmente, dar motivos de esperança aos brasileiros que dentro em pouco adentrarão o mundo profissional e assumirão o futuro do País?

O atual sistema é incapaz de ressocializar os menores sob sua responsabilidade.

Para se ter uma ideia da gravidade do problema, é importante esclarecer que o Brasil apresenta o segundo maior número de menores de 18 anos encarcerados, apesar de o ECA desestimular a internação com privação de liberdade.

A prisão de adolescentes acaba produzindo um efeito contrário ao esperado, pois eles ficam estigmatizados e voltam a cometer infrações, cada vez com maior gravidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a revista Veja, edição de 25 de julho de 2012, traz, como destaque de capa, a chamada para uma densa reportagem sobre a violência no País.

A matéria aponta a morte de jovens como fonte de preocupação no seguinte trecho:

“A perspectiva de uma queda – generalizada – dos assassinatos no Brasil leva em conta fatores de natureza diversa: há os consolidados, e positivos, como o aumento da renda da população; os não tão consolidados, mas desejáveis, como o aprimoramento dos mecanismos de segurança; e os inviáveis, embora não tão positivos assim, como a redução da proporção de jovens no total da população. Isso porque é nessa faixa etária, que vai até os 25 anos, que ocorre a maior parte dos homicídios.”

Alguns estudiosos – como Cláudio Beato, coordenador do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Túlio Kahn, doutor em Ciência Política

pela Universidade de São Paulo (USP); e Júlio Jacobo Waiselfisz, organizador do Mapa da Violência – expressam a esperança de o Brasil poder estampar, num futuro não muito distante, números condizentes com os de um país desenvolvido.

A explicação, segundo eles, é a de que o assassinato é um delito relacionado à pobreza, não porque a miséria leve ao crime, mas porque, nos bairros pobres, o poder público é mais ausente ou desorganizado, permitindo a instalação de uma cultura que os especialistas chamam de resolução violenta de conflitos.

São famílias desestruturadas, jovens com menor escolaridade, com menos opções de lazer e acesso mais fácil a armas e ao álcool, o que facilita a ocorrência de mortes violentas.

Se a pobreza diminuir – entendem eles –, diminuirão também os assassinatos nesses locais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os números do Mapa da Violência apresentam outras informações estarrecedoras, notadamente as relacionadas à faixa etária que vai de menos de 1 a 19 anos (crianças e adolescentes).

O trabalho, nesse ponto específico, assim se manifesta:

“Se acidentes de transporte, suicídios e homicídios de jovens e adolescentes cresceram ao longo do tempo, outros acidentes e outras violências diminuíram.”

Dessa forma, assim ficam distribuídas as causas externas de mortes nessa faixa etária:

- 43,3% das crianças e jovens são assassinadas;
- 27,2% morrem em acidentes de transporte;
- 19,7% morrem em outros tipos de acidentes.

Mais de 90% do total de mortes de crianças e adolescentes ocorrem por causas externas, e quase a metade, dentre estas, se dá por assassinatos.

Triste realidade, Sr^{as} e Srs. Senadores!

A minha intenção, com este pronunciamento, é chamar a atenção das autoridades responsáveis pelas políticas de proteção à infância e à adolescência.

Precisamos oferecer proteção e oportunidades de desenvolvimento aos brasileiros que farão deste País uma grande nação no futuro.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tomás Correia.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – V. Ex^a será atendido na forma regimental. Eu parabeno V. Ex^a, que chegou a esta Casa como Senador pelo Rio Grande do Sul, mas, hoje, é

um Senador do País, em face dos temas que aborda. Parabéns a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz, do PT do Estado do Acre, pelo prazo regimental de 20 minutos.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ex^{mo} Sr. Presidente, Senador Tomás Correia, telespectadores da TV, ouvintes da Rádio Senado, aproveito este primeiro momento do meu pronunciamento para reafirmar aquilo que fez o Senador Jorge Viana na sessão de ontem, ao retratar a importância da audiência que o Governador Tião Viana, o Senador Jorge Viana e eu tivemos com a nossa Presidenta Dilma Rousseff.

Nós estivemos, por quase uma hora, com a Presidenta Dilma. Pudemos tratar das questões do Acre, falar dos programas que estão acontecendo no Estado e fazer um convite especial para que a Presidenta esteja entre nós ainda neste ano de 2012 ou no início do ano de 2013 para celebrarmos um pouco dos avanços conquistados e, ao mesmo tempo, refletirmos sobre os desafios que teremos pela frente, seja na área de educação, de saúde, de infraestrutura, seja no setor produtivo. Foi muito importante entabularmos uma conversa demorada com a nossa Presidenta sobre todos os passos dados ao longo desses quase 14 anos que se passaram desde que Jorge Viana assumiu o Governo do Estado, em 1989. Foram dois mandatos consecutivos, ou seja, oito anos administrando o Estado do Acre, no início sob a Presidência de Fernando Henrique e, depois, sob a Presidência do Presidente Lula. Depois foram quatro anos com o Governador Binho, também com o Presidente Lula; e agora, há 1 ano e 8 meses, estamos sob a administração do Governador Tião Viana com a nossa Presidenta Dilma.

Entre os vários assuntos tratados, o que considero da maior relevância para o momento foi o compromisso firmado pela nossa Presidenta Dilma no sentido de determinar a imediata licitação e o início das obras da ponte do Abunã, sobre o Rio Madeira, que separa o Estado do Acre do Estado de Rondônia através da BR-364.

A Presidenta Dilma demonstrou muito interesse em saber como está a ligação com o Pacífico através da Interoceânica, que é a rodovia do Pacífico, através da BR-364 e da BR-317, no Acre, e da rodovia do Pacífico ou carreteira do Pacífico no lado peruano.

E nós dissemos para a Presidenta Dilma que os trechos todos estavam concluídos, tanto do lado peruano, quanto dentro do Estado do Acre, mas que tínhamos um gargalo a ser superado, que era exatamente a ponte sobre o Rio Madeira, que, por razões que não conhecemos, até agora não foi executada.

Sabemos que existe um serviço de balsa operando naquele local e que há um interesse explícito dos balseiros, das pessoas que operam o sistema de balsa, de que a ponte não aconteça. Mas não é possível que os interesses desses empresários estejam acima do interesse de toda a população do Estado do Acre, do Estado de Rondônia e dos demais Estados do Centro e do Sul do Brasil que podem depender da BR-364 e da carretera do Pacífico para chegar aos portos do Peru.

E a Presidenta Dilma demonstrou absoluta disposição em ter essa situação superada. Ligou imediatamente para o Ministro dos Transportes, Ministro Paulo Passos, e exigiu providências imediatas. Inclusive ela quis saber, de imediato, o que estava havendo, por que essa ponte estava tão atrasada, uma vez que estava incluída no PAC, que já havia sido definida no Orçamento Geral da União – ela estava incluída como obra prioritária –, e por que não aconteceu.

Dessa maneira, quero relatar aqui a minha felicidade, a minha alegria, de ter a Presidenta Dilma hoje como uma aliada na construção da ponte sobre o Rio Madeira. Isso dá uma resposta importante para a população do Estado do Acre, para os empresários, comerciantes, caminhoneiros, transportadores, todos que dependem da BR-364, e que sofrem com aquela travessia do Rio Madeira, onde o serviço de balsa, principalmente nessa fase mais seca do ano, é muito complicado e gera um transtorno terrível para as pessoas.

Ficamos na esperança de que, após essa audiência com a Presidenta Dilma, tenhamos de fato essa obra “startada”. Estou muito confiante de que o Ministro Paulo Passos vai dar os encaminhamentos necessários, reportá-los todos à Presidenta Dilma e vamos ter, sim, essa obra realizada daqui para 2014.

Essa é a esperança do povo do Acre. Nós fomos, inclusive, delegados pela Presidenta Dilma – o Senador Jorge Viana e eu – para cobrar do Ministro Paulo Passos os andamentos. Se algo não acontecer como o esperado é para fazermos chegar ao conhecimento da Presidenta.

De tal maneira que podemos revelar aqui, com total segurança, para a população do Estado do Acre, que a Presidenta Dilma está completamente comprometida com a causa da construção da ponte sobre o Rio Madeira e, desta maneira, de acabar com aquele transtorno causado no sistema de travessia através de balsas.

Quero revelar também que, ontem, tive a honra de participar de um evento no Panteão dos Heróis Nacionais, onde foram incluídos diversos nomes no Livro de Aço do Panteão dos Heróis Nacionais Tancredo Neves. Entre os nomes incluídos, estavam dois per-

sonagens acreanos. E fui delegado pelo Governador Tião Viana para representá-lo nesse ato, juntamente com o Governador do Distrito Federal, o companheiro Agnelo Queiroz; estavam também presentes a Deputada Perpétua Almeida, do Acre, e vários outros Parlamentares, que propuseram e tiveram seus projetos aprovados de inclusão de personalidades no Panteão dos Heróis Nacionais, que é o Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves.

Eu queria, aqui, fazer um registro a mais dos nomes do Acre que constam do Livro de Aço do Panteão dos Heróis Nacionais. Fiz questão de ressaltar que o Acre é um Estado que foi conquistado para o Brasil há apenas 109 anos, e, hoje, já temos três personagens incluídos entre os heróis nacionais, o que é motivo de muito orgulho para todos os acreanos. O primeiro deles foi o gaúcho José Plácido de Castro, por proposição do então Senador Tião Viana. José Plácido de Castro foi o líder da Revolução Acreana, ele que chefiou o exército de seringueiros, que conquistou esses 15 milhões de hectares de Floresta Amazônica para o Brasil e onde se formou o Estado do Acre. Então, esse foi o primeiro herói do Acre para o Brasil, incluído por indicação, por projeto aprovado do Senador Tião Viana.

Depois, tivemos a proposição da Senadora Marina Silva, que incluiu o nome do ambientalista Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes, que liderou o movimento dos empates, chamou a atenção para a causa ambiental e a defesa da floresta e a defesa dos povos da floresta. Chico Mendes é o principal inspirador do governo da floresta e do projeto de desenvolvimento sustentável que passou a ser implantado no Acre, a partir de 1999. É um dos personagens, digamos assim, mais conhecidos no Brasil e no exterior por conta da sua luta ambiental, e por isso ele merece estar no Panteão dos Heróis Nacionais e incluído no Livro de Aço, por proposição, de maneira acertada, da ex-senadora Marina Silva.

E o terceiro personagem é um personagem coletivo. São os Soldados da Borracha, a partir de uma proposição da Deputada Federal Perpétua Almeida. Por que são Soldados da Borracha? Porque ao mesmo em que foram recrutados Pracinhas para as frentes de combate que aconteceram na Itália durante a Segunda Guerra Mundial, também foram mobilizados milhares de jovens nordestinos para o serviço da extração de borracha na Amazônia. Esses Soldados da Borracha, como foram chamados, tiveram um papel anônimo; morreram aos milhares pelas intempéries da Região Amazônica e foram praticamente esquecidos. Enquanto os Pracinhas que foram para a Itália acabaram condecorados com medalhas e com a pen-

são vitalícia equivalente a de um segundo-tenente, os Soldados da Borracha foram praticamente esquecidos. Para se ter uma ideia da dicotomia, enquanto as baixas dos Pracinhas na Itália foram em torno de 6% a 10% do contingente, os Soldados da Borracha, que foram para a Amazônia em número muito maior, tiveram uma baixa de aproximadamente 50% dos cerca de 70 mil homens e mulheres que para lá foram no período da década de 40 durante a Segunda Guerra Mundial.

Então, por isso, a Deputada Perpétua Almeida teve uma iniciativa muito acertada de incluir os seringueiros, os Soldados da Borracha, enquanto personagem coletivo, no Livro de Aço do Panteão dos Heróis Nacionais.

Tive muita honra de representar o Governo do Estado do Acre nesse ato e gostaria de fazer com que todos os nossos telespectadores e ouvintes da Rádio Senado tomassem conhecimento dessa iniciativa.

O meu pronunciamento para esta tarde, Sr. Presidente, é uma reflexão sobre um assunto de muita relevância para a área social do Estado do Acre, extensiva a outros Estados da Federação.

O Plano de Reordenamento e Reestruturação da Conab, Companhia Nacional de Abastecimento, de julho de 2012, prevê a extinção de algumas superintendências regionais ainda este ano.

O documento diz o seguinte:

“deverá ser estudado o quantitativo de Superintendências Regionais, com a extinção daquelas que não forem objeto de estudo de viabilidade, com pouca representatividade no contexto da Companhia e baixo volume de operações (a exemplo de Alagoas, Sergipe, Acre, Amapá, Roraima e Distrito Federal), sendo transferida a jurisdição para outras regionais. Também será considerada a alternativa de manutenção de escritórios de representação nas Unidades da Federação citadas”.

É importante alertar, Sr. Presidente, para a grave consequência dessa medida que, se concretizada, traz o risco de anular grande parte do trabalho social construído e implantado pelo governo do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Estado do Acre e nas outras Unidades da Federação, onde hoje funciona a Superintendência da Conab, que corre o risco de ter essa Superintendência fechada.

Parece-me que, no plano de reordenamento, o que está no centro é a ideia do lucro, ou seja, a Superintendência da Conab que não der resultado positivo, em termos de dividendos, corre o risco de ser fechada. E essa lógica é uma lógica que não está afinada com a lógica do desenvolvimento social proposta pelo Pre-

sidente Lula e que foi completamente encampada pela nossa Presidenta Dilma. Por exemplo, o Bolsa Família não é um programa que dá lucro, no entanto, contribuiu para a ascensão de 40 milhões de brasileiros.

Então, é sabido que, desde quando passou a operar de forma autônoma, a Conab, no Acre, vem trabalhando em perfeita sintonia e de forma articulada com as Secretarias do Estado e dos Municípios, tornando mais ágil a tomada de decisões importantes.

Também tem apresentado e desenvolvido projetos muito relevantes para a comunidade, principalmente, para os segmentos produtivos do agronegócio e, de forma diferenciada, para os pequenos agricultores e extrativistas familiares, culminando no atendimento às famílias mais pobres e que estão na linha de vulnerabilidade e insegurança alimentar e nutricional.

Para tanto, a Conab tem atuado em eixos fundamentais, que passo a citar a seguir:

1 – Atua na Sustentação da Renda, no atendimento aos produtores e na identificação de necessidades de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos ou do Programa de Aquisição de Alimentos. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola. O público-alvo dessa iniciativa são os produtores rurais, cooperativas de produtores e associações e grupos formais ou informais de produtores.

2 – Outro ponto importante de atuação é a Promoção do Abastecimento, que, na prática, é caracterizada pelo atendimento aos consumidores, desde comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. É a CONAB quem gerencia o estoque regulador dos produtos no Estado.

3 – Quero citar, ainda, o trabalho desenvolvido no Atendimento a Parceiros, que é o atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos, entre eles ministérios, órgãos estaduais e municipais.

4 – Na Prestação de Serviços, outra linha de ação, temos os serviços de armazenagem de produtos de terceiros, a realização de leilões privados ou a classificação de produtos.

5 – E também na Administração de Estoques Públicos temos o trabalho de suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos ou de terceiros.

A Conab responde, ainda, pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Vale a pena ressaltar que muitos agricultores tomam a decisão de plantar um ou outro produto agrícola de acordo com o preço mínimo estabelecido, que é gerenciado pela Conab.

Essa política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caíam a um patamar que possa trazer prejuízos para o setor. Sua execução, no entanto, é realizada sem monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, mantendo como necessário o espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o Governo intervir em momentos de reais dificuldades.

No Acre, contamos com várias ações importantes da Conab desde 2009.

Historicamente, a economia acreana baseia-se no extrativismo vegetal, sobretudo na exploração da borracha, que foi responsável pelo povoamento da região. Atualmente, a madeira é o principal produto de exportação do Estado, que também é grande produtor de castanha-do-brasil, fruto do açaí e óleo da copaíba e outros produtos da floresta.

O Acre apresenta dois grandes polos econômicos: o vale do Rio Juruá, que tem a cidade de Cruzeiro do Sul como principal núcleo urbano; e o Vale do Rio Acre, que tem a capital Rio Branco como principal núcleo, que é mais industrializado, possui maior grau de mecanização e modernização no campo, apresenta maior potencial nas atividades agrícolas, é grande produtor de borracha, castanha e também de alimentos.

Os cultivos de produtos agrícolas, no Vale do Acre, cresceram significativamente nos últimos anos. E a parceria com a Conab é fundamental para dar garantia aos nossos produtores.

No período de 2009/2011, por exemplo, no Programa de Aquisição de Alimentos, foi operacionalizado o montante de R\$7,5 milhões, beneficiando dois mil extrativistas e pequenos agricultores familiares com a formação de estoque de castanha em casca, queijo mussarela, café em grãos e manteiga.

Na Cédula do produtor rural – Doação, a Conab do Acre operacionalizou aproximadamente R\$7 milhões, apoiando a comercialização de cerca de dois mil agricultores familiares, pescadores artesanais, com aquisição de produtos hortifrutigranjeiros, farinha de banana, rapadura, polpa de fruta e pescados.

Foram beneficiadas cerca de 90 mil pessoas cadastradas junto às entidades socioassistenciais e que se encontravam em estado de vulnerabilidade alimentar.

Temos ainda a citar a Política de Garantia de Preço Mínimo, que, de abril de 2009 a março de 2011, subvencionou 542.385 quilos de borracha nativa, ou

seja, mais de 540 toneladas de borracha, beneficiando 713 extrativistas. O valor total da subvenção foi de R\$887 mil.

Outro destaque relevante é o Programa Vendas em Balcão. Dados do período de janeiro de 2011 a junho de 2012 mostram que a Conab comercializou, a preços acessíveis ao pequeno produtor, 872.610 quilos de milho ensacado na Unidade Armazenadora de Rio Branco, atendendo a 705 clientes cadastrados.

A Conab atuou também na linha de distribuição de produtos. No período de janeiro de 2010 a março de 2011, a Superintendência da Conab, no Acre, por meio do convênio Conab e Ministério do Desenvolvimento Social, fez a doação de 4.149 cestas de alimentos, o que beneficiou aproximadamente 1.583 famílias.

Dessa maneira, Sr. Presidente, eu gostaria de reafirmar, como consideração final, que a atuação da Superintendência da Conab no Acre é essencial, não apenas por seu forte papel indutor de desenvolvimento econômico regional, mas também pela importância do trabalho social que desempenha.

Para citar um exemplo a mais da importância da Conab para os extrativistas locais: por meio da Política de Garantia de Preço Mínimo, a castanha, que custava entre R\$6,00 e R\$8,00 a lata, passou a ser comercializada entre R\$18,00 e R\$20,00 a lata. Antes, os extrativistas não tinham a garantia do preço mínimo.

Temos de pontuar que a Conab trabalha somente com cooperativas e associações, o que contribui para a organização dos trabalhadores extrativistas e agricultores familiares.

Além de garantir o abastecimento da mesa do consumidor urbano, a Conab garante que o produtor rural possa comercializar sua produção, fazendo assim com que os produtos sejam vendidos a preço justo e com que haja alimento na mesa dos menos favorecidos.

Ressalto ainda que, no caso específico do Acre, a Superintendência Regional da Conab desenvolve trabalho de atendimento voltado para os indígenas, que é outro segmento muito importante.

Por todo o exposto, Sr. Presidente, senhores telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, fica registrada a minha defesa desse trabalho elogiável da Superintendência da Conab no Acre e o meu apelo ao Sr. Presidente da Conab para que a Superintendência do Acre, bem como as superintendências de Estados como Alagoas, Sergipe, Amapá, Roraima e Distrito Federal, não sejam fechadas, porque, se forem, haverá um grande prejuízo para agricultores familiares e para a população pobre, que demanda segurança alimentar e nutricional. E a Conab contribui imensamente para isso na medida em que administra

o estoque regulador de alimentos e, ao mesmo tempo, mantém a Política de Garantia de Preços Mínimos para os agricultores familiares e extrativistas.

Dessa forma, fica o meu apelo ao Presidente da Conab para que não haja o fechamento da Superintendência do Acre. E quero dizer também que vou mobilizar os parlamentares do Acre, como o Deputado Sibá Machado, que é um parlamentar muito comprometido com o cooperativismo.

As cooperativas, no Acre, têm um papel fundamental, aliás, a nossa segunda maior exportadora do Acre é a Cooperacre, uma cooperativa que tem convênio direto com a Superintendência da Conab. E nós sabemos que, se porventura a Superintendência da Conab no Acre for fechada, com certeza esses convênios firmados e essa parceria serão dificultados imensamente. Por isso, antes que aconteça esse desastre do fechamento da Superintendência da Conab no Acre, eu faço aqui o apelo para que haja uma reflexão por parte do Sr. Presidente da instituição no sentido procurar meios de preservar essas superintendências, não com foco no lucro, porque este é o foco das empresas, que já cumprem esse papel. A Conab, por sua vez, cumpre um papel regulador e de garantia alimentar e, ao mesmo tempo, de garantia do preço mínimo para o pequeno produtor.

É esse o meu apelo, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela tolerância com relação ao tempo.

Durante o discurso do Sr. Anibal Diniz, o Sr. Tomás Correia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cidinho Santos.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Anibal Diniz.

Desejo também registrar a importância da Conab para o Brasil, em especial para a Região Norte. O programa Compra Direta, da Conab, para mim, é um exemplo de como se pode apoiar o pequeno produtor. E, ao tempo em que apoia o pequeno produtor, a Conab leva a entidades assistenciais, como a APAE e creches, merenda a um custo mais barato, praticamente zero.

Esse, um trabalho maravilhoso, iniciado no governo do Presidente Lula e que continua na administração da Presidente Dilma, que dá à atividade do pequeno produtor uma sustentabilidade, uma vez que o pequeno produtor tem para quem vender o seu produto e as entidades têm a garantia de receber esses itens que melhoram a sua cesta de alimentos.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Exatamente. Obrigado pela contribuição. Esse é o sentido da reflexão que a gente faz.

A Superintendência não pode fechar! O seu fechamento significaria um grande prejuízo para os pequenos produtores e para essas entidades socioassistenciais.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco/PR – MT) – Exatamente.

Eu queria aproveitar a oportunidade também e registrar que, hoje, dia 5 de setembro, comemora-se o Dia da Amazônia, oportunidade de se fazer uma reflexão sobre a importância da Amazônia brasileira para o nosso projeto de vida. Esse santuário que temos é cada vez mais devastado, e nós temos que nos preocupar mais e mais com a preservação da nossa Floresta Amazônica.

Então fica o registro: hoje, dia 5 de setembro, Dia da Amazônia, é uma oportunidade para que todos os brasileiros reflitam sobre a importância desse ecossistema para o nosso Brasil.

Solicito ao Senador Anibal Diniz que ocupe a Presidência para que eu possa fazer uso da palavra.

O Sr. Cidinho Santos deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco/PR – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, eu queria fazer uma reflexão hoje aqui, Sr. Presidente, seguindo basicamente a linha em que o senhor estava falando.

Uma das principais economias do Acre é a cultura da seringueira, o extrativismo. No Estado de Mato Grosso, fui Secretário de Estado e fui gestor de um programa denominado MT Regional, que busca alternativas para a geração de emprego e de renda para os pequenos produtores, principalmente para os assentamentos.

Durante o período em que estive na Presidência do MT Regional, pude constatar praticamente a falência dos assentamentos rurais no Estado de Mato Grosso. E a situação não é diferente em outros Estados da Federação. Basicamente por quê? Porque o Governo Federal compra áreas, que, geralmente, estão longe dos grandes centros urbanos, e se colocam as pessoas assentadas lá sem qualificação, sem assistência. E, muitas vezes, demora a chegar o crédito para a instalação, o crédito para o fomento. Isso gera a desmotivação desses assentados, que saem do assentamento e que, muitas vezes, vendem seu lote de forma irregular, vão para as cidades e, depois, buscam outro assentamento em outras áreas.

Defendo e vou defender aqui a municipalização da reforma agrária no Brasil. Eu acho que, só através da municipalização da reforma agrária, vamos encontrar um caminho para a questão dos assentamentos rurais. No final, o Governo gasta uma fortuna de dinheiro, mas não há objetividade, não há um resultado prático para transformar e mudar a vida das pessoas. Raros são os assentamentos em que as pessoas se instalam, em que as pessoas estão produzindo e residindo. Com o passar do tempo, a tendência é a de que as pessoas, em sua maioria, vendam seus lotes, procurem empregos na cidade, procurem alternativas. Isso se dá muito em função de quê? Da falta de alternativa, da falta de qualificação técnica, da falta de assistência técnica e da falta de uma atividade que possa trazer renda para o pequeno produtor. Hoje, basicamente, onde ainda há êxito é na área de produção de leite.

Esse trabalho nosso, do MT Regional, contou com o apoio do então Governador Blairo Maggi e agora Senador, da Secretaria de Desenvolvimento Rural e da Emater. Quero registrar também o apoio que tivemos do Secretário de Estado José Domingos Fraga Filho; do Subsecretário Reinaldo Loff, o Alemão; e também do Coordenador da Cadeia Produtiva da Seringa, Israel Antunes Marques.

Nesse trabalho no MT Regional, redefinimos o Estado em 15 consórcios regionais e colocamos, como alternativa para a questão dos assentamentos rurais, das pequenas propriedades, a seringueira, o cultivo da seringa, a extração da borracha. Essa seria uma alternativa para os pequenos produtores. Fizemos, então, um módulo de sete hectares para cada pequeno produtor. A partir do quinto ano, quando esse produtor tivesse já iniciando o trabalho de colheita, ele teria uma renda de aproximadamente R\$3 mil líquidos em sete hectares. Isso significaria, digamos, a independência desse pequeno produtor, dos assentados, que conseguiriam, além disso, intercalar com a seringa o cultivo de outras atividades, como feijão, mandioca, abóbora. Então, teriam uma atividade a mais na sua propriedade.

O projeto foi muito bem encaminhado, foi muito bem-feito, mas encontramos uma dificuldade, Sr. Presidente, que é a questão do crédito, dos recursos disponíveis para a atividade. A carência não atendia. Os valores não atendiam. Começamos um trabalho, então, para que o Governo Federal, através da Secretaria do Tesouro Nacional e do Conselho Monetário Nacional, pudesse criar uma linha de crédito específica para a seringa, para atender os pequenos produtores.

Para a nossa alegria, com a vinda do Senador Blairo Maggi para o Senado Federal, ele fez, logo ainda no ano de 2011, uma reivindicação à Ministra da

Casa Civil e ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e, recentemente, foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional uma portaria que autoriza o financiamento de investimento na cultura de seringueira, ao amparo do Programa Nacional de Agricultura Familiar. Foi criado o Pronaf Eco Seringueira no valor, para cada pequeno produtor, de R\$80 mil, com carência de cinco anos para começar a pagar. Esse foi um passo bastante importante.

Quero ressaltar o trabalho pioneiro, mais uma vez, feito pela Empaer do Estado de Mato Grosso, pela Secretaria de Desenvolvimento Rural e também pelo Senador Blairo Maggi e a sensibilidade do Governo Federal, do Conselho Monetário Nacional, em criar o Pronaf Eco Seringueira para atender aos pequenos produtores.

Eu queria, então, falar um pouco da seringa, Sr. Presidente. V. Ex^a deve ter bastante conhecimento disso, porque o Acre é um dos maiores produtores de seringa do Brasil.

A seringa é originária da bacia hidrográfica do Amazonas. A seringueira contribuiu decisivamente para um ciclo econômico de prosperidade na evolução do nosso País. Como se sabe, o famoso ciclo da borracha assentou-se na produção do látex, em bases extrativistas, concentrada no Amazonas, conhecendo seu auge nos anos de 1879 a 1911/1912.

O ciclo de prosperidade logo foi superado pela concorrência britânica, que ambientou a *Hevea brasiliensis*, nome científico da seringa, na Malásia e no Sri Lanka, desbancando o Brasil como principal produtor de borracha, no princípio do século XX, fazendo uso de métodos mais racionais e científicos de produção, com produtividade infinitamente superior à produção extrativista brasileira.

Atualmente, o Brasil produz em torno de 30% da borracha que consome. Em 2009, consumia 2,66% da borracha natural produzida no mundo, cujo total estava estimado em nove milhões de toneladas, e produzia apenas 1,08%.

A produção mundial de grande escala é concentrada, basicamente, em três países: Malásia, Tailândia e Indonésia. No mercado mundial, a demanda é maior do que a produção. As projeções indicam que a demanda pela mercadoria está em espiral crescimento contínuo, refletindo-se nos preços, que têm aumentado sistematicamente, em escalas apreciáveis, de 2000 a 2010.

No Brasil, temos, nos dias de hoje, pouco mais de 100 mil hectares de seringais plantados, ao passo que, segundo algumas projeções, como a do engenheiro agrônomo Adonias de Castro Virgens Filho, para o País satisfazer as suas necessidades de con-

sumo em 2030, a área plantada deveria ser de, pelo menos, 800 mil hectares, portanto bem além da existente hoje.

Esses indicadores sugerem que as perspectivas de mercado para a heveicultura, no caso da seringa, são excelentes, com grande espaço para investimento na área. Acrescentamos que estamos falando de agricultura de baixo carbono. Um seringal sequestra, ao final de seu ciclo de vida, que dura aproximadamente 30 anos, de 229 a 574 toneladas de carbono por hectare plantado.

Segundo dados do censo do IBGE de 2010, o Estado de Mato Grosso ocupa a terceira posição na produção nacional de látex coagulado. São aproximadamente 19 mil toneladas de látex coagulado em 21 mil hectares de lavoura permanente, acrescidos de mais sete toneladas de produção extrativista. São Paulo é o maior Estado produtor, com 131 mil toneladas produzidas em 51 mil hectares de área plantada, e a Bahia sustenta a segunda posição, com produção de 32 mil toneladas em 31 mil hectares plantados.

Os impactos sociais da heveicultura são apreciáveis. Tem-se ajustado perfeitamente à agricultura familiar, concentrando-se em pequenas e médias propriedades, com geração de emprego e de renda nas áreas rurais. Muitas áreas degradadas do Estado de Mato Grosso estão sendo recuperadas com o plantio de seringais.

Em razão desse perfil produtivo, nós reivindicamos ao Governo Federal, como eu disse no início, linhas de crédito específicas, através do Pronaf, para a agricultura familiar.

Chamo a atenção para criação do programa Pronaf Eco Seringueira, onde são liberados R\$80 mil por beneficiário e o total de R\$15 mil por hectare, com prazo de 20 anos para pagamento.

Corrigindo o que eu disse anteriormente, não são cinco anos de carência, mas, sim, oito anos de carência, a uma taxa de juros de 4% ao ano. Então, é uma taxa de juros bastante atrativa. A carência é de oito anos. Portanto, é perfeitamente possível aguardar o início da produção, porque um seringal bem cuidado começa a produzir a partir do quinto ano.

Também destaco que, no Estado do Mato Grosso, o Programa de Implementação da Heveicultura, por meio do programa MT Regional, objetiva plantar 160 mil hectares em 15 anos, o que transformaria nossa região no segundo produtor nacional, em um prazo de 15 a 20 anos. O programa é voltado a pequenos e médios produtores rurais e pretende beneficiar mais de 30 mil famílias, em um universo de 120 mil pessoas.

Hoje, há 15 consórcios regionais organizados que trabalham com a heveicultura, a cultura da seringa, como alternativa de renda para o pequeno produtor. E alguns viveiros de muda estão sendo implantados, como, por exemplo, na cidade de Vila Rica, onde o Prefeito Calisto é um incentivador, e no Município de Denise, onde o ex-Prefeito Israel Antunes Marques, agora candidato a prefeito, é um entusiasta da cultura da seringa – lá há um grande viveiro de mudas.

A heveicultura é uma atividade estratégica para o País no contexto econômico, social e ambiental. Por isso mesmo, tem sido considerada nas políticas de desenvolvimento nacionais. O Mato Grosso tem demonstrado deter as melhores condições ambientais e ecológicas para que o cultivo prospere.

O Governo estadual tem feito sua parte, alinhando projetos em resposta às linhas de investimento disponíveis e prestando assistência técnica, operacional e logística. Muitos Municípios têm aderido entusiasticamente à cultura da seringa no nosso Estado.

Quero destacar aqui o pioneirismo da família Brito, no Município de Pontes e Lacerda, do Sr. Ovídio Carlos de Brito. Depois de um trabalho de mais de 30 anos de pesquisa, com recursos próprios, eles desenvolveram uma variedade de seringa resistente a pragas e a várias doenças. Pontes e Lacerda, até hoje, é referência na cultura da seringa no Estado de Mato Grosso e no Brasil, em função do pioneirismo da família do Sr. Ovídio de Brito, que teve essa visão há 30 anos. Hoje, na propriedade dele, há em torno de oito mil hectares de seringa produzindo com qualidade.

Quero aqui agradecer a oportunidade de falar da importância dessa nova matriz energética, por assim dizer. Além da produção da borracha, ao final do ciclo da seringueira, pode-se usar a sua lenha para a produção de energia; pode-se queimá-la em caldeiras para gerar vapor.

Esse investimento do Governo Federal, com a aprovação pelo Conselho Monetário Nacional da criação do Pronaf Eco Seringueira, vai dar a oportunidade aos pequenos produtores, no Brasil e no Estado de Mato Grosso, de entrarem na atividade, de crescerem e se desenvolvam, produzindo de forma sustentável em suas pequenas propriedades.

Era só isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Cidinho Santos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa o Senador Wilder Moraes para integrar, como suplente, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em substituição

ao Senador José Agripino, nos termos do **Ofício nº 48/2012**, da Liderança do Democratas.

É o seguinte o Ofício:

OF. Nº 48/12-GLDEM

Brasília, 5 de setembro de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador José Agripino pelo Senador Wilder Moraes, para ocupar, como suplente, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino**, Líder do Democratas no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa o Senador Wilder Moraes para integrar, como suplente, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em substituição ao Senador José Agripino, nos termos do **Ofício nº 49/2012**, da Liderança do Democratas.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 49/12-GLDEM

Brasília, 5 de setembro de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador José Agripino pelo Senador Wilder Moraes, para ocupar, como suplente, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino**, Líder do Democratas no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa o Deputado Paulo Foletto, como membro titular, em substituição ao Deputado Givaldo Carimbão, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 577, de 2012**, conforme o **Ofício nº 180, de 2012**, da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados.

O Ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

OF.B/180/2012

Brasília, 5 de setembro de 2012

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do Deputado Paulo Foletto (PSB – ES) como titular da

Medida Provisória nº 577, de 2012, que “Dispõe sobre a extinção das concessões de serviço público de energia elétrica e a prestação temporária do serviço, sobre a intervenção para adequação do serviço público de energia elétrica, e dá outras providências”, em substituição ao já indicado.

Respeitosamente, – Deputado **Givaldo Carimbão**, Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica que foi publicado, no Diário do Senado Federal de 4 de setembro do corrente, o **Parecer nº 19, de 2012-CN**, da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 571, de 2012, concluindo favoravelmente à Medida Provisória quanto aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e, quanto ao mérito, pela apresentação de projeto de lei de conversão, que recebeu o número 21, de 2012 e foi encaminhado à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Os Srs. Senadores Cícero Lucena, Cyro Miranda, Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “Ação civil pede bloqueio dos bens de ministro”, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 11 de agosto de 2012.

A matéria destaca o pedido do Ministério Público de Minas Gerais de bloquear os bens do Ministro Fernando Pimentel que teria causado dano ao erário ao mandar comprar armas quando foi prefeito de BH.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos *Anais do Senado Federal*.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Ação civil pede bloqueio dos bens de ministro

Para Promotoria, Pimentel provocou prejuízo ao mandar comprar armas quando prefeito de BH

Eduardo Kattah

A Promotoria de Defesa do Patrimônio Público do Ministério Público de Minas Gerais pediu a indisponibilidade dos bens do ministro do Desenvol-

vimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel (PT), e do secretário municipal de Segurança Urbana e Patrimonial de Belo Horizonte, Genedempsey Bicalho Cruz, até o limite de R\$ 481,3

mil para o ressarcimento de suposto dano ao erário.

O MP estadual ajuizou no dia 25 ação civil por atos de improbidade administrativa contra Pimentel e o secretário por ordenarem, em 2006, a compra de armas de fogo e munições para uso da Guarda Municipal. O atual ministro era na época prefeito de Belo Horizonte e Bicalho Cruz já ocupava o atual cargo.

No pedido de liminar, os promotores que subscrevem a ação solicitam também a quebra de sigilo fiscal para garantir o ressarcimento aos cofres públicos dos valores gastos com 300 revólveres calibre 38, 50 pistolas automáticas modelo 380 e 13.800 unidades de munições. O MP afirma que as munições foram adquiridas com dispensa ilegal de licitação.

Por empecilho legal - previsto no Estatuto do Desarmamento

Procedimentos foram legais, diz Pimentel em nota

Em nota, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior afirma que a denúncia do MP mineiro "levanta suspeitas sobre procedimentos absolutamente regulares e legais", realizados para cumprir a lei que criou a Guarda Municipal de BH. Diz que

no seu artigo 12º, está prevista a utilização de arma de fogo. Na nota, afirma que não consta que as armas e a munição se tenham perdido, estando prontas para serem usadas quando e se houver a autorização. "Não houve, portanto, prejuízo aos cofres do município". A Secretaria Municipal de Segurança Urbana afirma que o processo respeitou todos os preceitos da Lei das Licitações e a Instituição já cumpriu todos os pré-requisitos do Estatuto do Desarmamento.

-, porém, os armamentos e as munições foram entregues na época à Polícia Militar mineira, onde permanecem estocadas.

A Polícia Federal em Brasília havia autorizado o porte de arma para a Guarda, mas a pedido

da PF em Minas a Justiça Federal chegou a deferir um mandado de busca e apreensão contra a instituição por crime de porte ilegal de arma.

A Promotoria aponta na ação que, "inegavelmente", houve

"mau uso dos recursos públicos com a aquisição precipitada de armas e munições para a Guarda Municipal, a qual não detinha e não detém o indispensável porte de arma para uso dos produtos".

"O município comprou essas armas sem que elas pudessem ser utilizadas pela Guarda e até hoje elas não são utilizadas. Foi um gasto público ineficiente", disse o promotor Eduardo Nepomuceno.

Para regularizar o porte de arma, em 2010 o município firmou convênio com a PF, mas os portes de armas em favor da Guarda Municipal não haviam sido emitidos até o mês passado.

A ação foi distribuída para a Vara da Fazenda Pública de Belo Horizonte. A Justiça, no entanto, pode entender que a peça deve ser encaminhada para o Supremo Tribunal Federal, pois o ministro possui foro privilegiado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “Mercosul de boina vermelha”, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 1º de agosto de 2012.

O editorial destaca que o Mercosul diminuiu politicamente com o ingresso da Venezuela comandada pelo caudilho Hugo Chávez.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos *Anais do Senado Federal*.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CYRO MIRANDA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

O Estado de S. Paulo

MERCOSUL DE BOINA VERMELHA

O Mercosul diminuiu politicamente com o ingresso, ontem sacramentado em Brasília, da Venezuela comandada pelo caudilho Hugo Chávez. A partir de agora, a diplomacia econômica do bloco usará boina vermelha e dependerá dos humores, interesses e arroubos do cheffão bolivariano. Será mais um entrave às negociações comerciais com os mercados mais desenvolvidos – desprezados pelos estrategistas do lulismo-kirchnerismo, mas muito valorizados por chineses, russos, indianos e outros emergentes mais interessados em bons negócios que em discursos terceiro-mundistas.

Além de ser mais um erro estratégico da política externa brasileira, o apoio ao ingresso da Venezuela, nas atuais circunstâncias, é um ato juridicamente contestável. O artigo 12 do Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul, assinado em 2006, é muito claro: sua entrada em vigor só ocorreria 30 dias depois do depósito do quinto instrumento de ratificação. Traduzindo: seria necessária a confirmação pelas autoridades dos quatro membros do bloco e também pelo governo venezuelano. Não há, no texto, referência à hipótese de suspensão de um dos quatro sócios.

Apesar disso, os presidentes de Brasil, Argentina e Uruguai decidiram admitir o quinto país-membro como se o Paraguai tivesse perdido todos os seus direitos a partir da suspensão. O presidente uruguaio, José Mujica, foi claríssimo ao reconhecer, há algumas semanas, a preferência dada ao fator político, naquela ocasião, em prejuízo do jurídico. Esses presidentes, incapazes de respeitar compromissos assumidos formalmente por seus países, querem dar lições de

democracia. Pior que isso: querem dar essas lições trazendo às pressas para o Mercosul uma das figuras mais autoritárias do continente.

Em Brasília, Chávez comemorou no estilo costumeiro seu ingresso no clube dos dirigentes do Mercosul. Se algo poderia liquidar o bloco, não seria o ingresso da Venezuela, mas a criação da “Alca imperial”, disse ele, numa referência ao projeto da Área de Livre Comércio das Américas, enterrado em 2003-2004 por iniciativa dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Nestor Kirchner. A mesma aliança produziu efeitos lamentáveis em momentos decisivos da negociação da Rodada Doha e das discussões comerciais com a União Europeia. Num desses episódios, na Rodada Doha, o governo brasileiro foi acusado de traição pelo argentino, por ter mostrado boa vontade em relação a algumas concessões comerciais aos países industrializados.

Sem o Império e com o novo sócio, o Mercosul se torna a quinta maior potência econômica do mundo, disse Chávez, depois de jantar com a presidente Dilma Rousseff. Ela repetiu essa mensagem horas mais tarde e acrescentou: “A presença da Venezuela no Mercosul amplia nossas capacidades internas, reforça nossos recursos e abre oportunidades para vários empreendimentos”. É difícil saber como a Venezuela bolivariana poderá reforçar o Mercosul, antes de reduzir a inflação, restabelecer alguma ordem na sua economia e retomar os investimentos necessários à recuperação da PDVSA, hoje incapaz até mesmo de pagar sua parte para a construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco.

Chávez chegou a Brasília com uma encomenda de aviões fabricados pela Embraer. Tentou com isso, obviamente, associar a ideia de bons negócios ao ingresso de seu país no Mercosul. Seria uma enorme tolice, no entanto, tomar essa transação como um primeiro ganho proporcionado pelo apoio brasileiro à admissão da Venezuela bolivariana. Mais de 90 companhias aéreas, em todos os continentes, operam aviões da Embraer. A empresa estaria muito mal se os seus negócios dependessem de lambanças diplomáticas como essa recém-perpetrada pelos governos brasileiro, argentino e uruguaio.

O comércio do Brasil com a Venezuela cresceu aceleradamente nos últimos dez anos. Poderia continuar crescendo mesmo sem a incorporação do país na união aduaneira. O Brasil vende tanto produtos manufaturados quanto alimentos para o mercado venezuelano. Os alimentos estão hoje entre os itens mais importantes, porque Chávez arrasou a agropecuária de seu país e o converteu num grande importador de comida.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste

momento para fazer o registro da matéria intitulada, "TCU constata erros e superfaturamento em estradas com projetos executivos", publicado pelo jornal *Valor Econômico* em sua edição de 04 de julho de 2012.

A matéria destaca a decisão auditorias realizadas pelo TCU em contratações de projetos executivos de engenharia firmados com o Dnit, onde todos eles apresentaram erros e superfaturamentos.

Sr. Presidente, requiero que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos *Anais do Senado Federal*.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

TCU constata erros e superfaturamento em estradas com projetos executivos

André Borges
De Brasília

Os escândalos de corrupção que derrubaram a cúpula do Ministério dos Transportes um ano atrás levaram o governo a tomar uma decisão radical: todos as obras ferroviárias da Valec e as reformas de estradas federais tocadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) só poderiam ser licitadas se, antes, fosse contratado um projeto executivo de engenharia. A intenção era, com esse estudo técnico (bem mais aprofundado que os projetos básicos até então contratados), garantir uma licitação correta do empreendimento, eliminando qualquer espaço para estouro de orçamento, pedidos de aditivos e superfaturamento.

O Valor teve acesso a seis auditorias realizadas este ano pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em contratações de projetos executivos de engenharia firmados com o Dnit. As auditorias mostram que todos os estudos apresentam falhas grosseiras e um conjunto de irregularidades que, pela natureza, não poderia ter ocorrido nem mesmo nos tradicionais projetos básicos de engenharia.

O caso mais gritante foi encontrado no projeto que prevê obras de revitalização em 218,5 quilômetros da BR-050, entre o município de Cristalina (GO) e a divisa de Goiás e Minas Gerais. Pelo estudo, a obra tem preço estimado em R\$ 130,9 milhões. As irregularidades aferidas pela auditoria do tribunal, no entanto, apontaram que o projeto executivo embute um superfaturamento superior a R\$ 50 milhões. Na realidade, o custo do empreendimento não deveria ultrapassar R\$ 81 milhões. Na lista dos erros há problemas como superestimativa de serviços necessários, não utilização de fontes de brita e areia próximas à obra, compra de cimento asfáltico acima do previsto, entre outros.

Como medida preventiva, o TCU determinou a suspensão da licitação da obra, até que o Dnit esclareça a situação. "Nos vários pontos

Contas reprovadas

Resultado de auditorias feitas pelo TCU em seis contratos de projetos executivos para obras em rodovias

Rodovias - orçamento da obra (em R\$ milhões)

BR-262	BR-135	BR-316	BR-163	BR-050	BR-050
179,7	207,4	91,5	125,7	132	130,9
Superfaturamento estimado (em R\$ milhões)					
9,1	30,8	2,7	9,3	18,7	50
Trechos					
325,6 km Entre a divisa SP/MS e Corumbá (MS)	199,3 km Entre São Luís e Cachoeira (MA)	179 km Entre Olho D'Água das Cunhãs e Codó (MA)	138,1 km Entre a divisa PR/MS até a fronteira com MT	133,4 km Entre Uberlândia (MG) e a divisa com SP	218,5 km Entre Cristalina (GO) e divisa GO/MS

Fonte: TCU

abordados pela equipe de fiscalização, há elementos suficientes para justificar receio quanto à impenitente lesão significativa ao erário, caso a concorrência prossiga da forma como foi concebida", diz José Múcio Monteiro, ministro relator do processo.

Outra situação grave foi encontrada no projeto executivo da BR-135, no Maranhão. A rodovia, que começa na capital São Luís e segue até Belo Horizonte (MG), é a única ligação rodoviária da capital maranhense com o restante do país. Para dar jeito num trecho de 199,3 km de asfalto castigado pelo fluxo intenso de cargas que passa pela região, o Dnit contratou um projeto executivo, o qual conduziu que seria necessário gastar R\$ 207,4 milhões na obra. O levantamento feito pelo tribunal, no entanto, apontou deficiências capazes de gerar prejuízo de R\$ 30,8 milhões aos cofres públicos.

Os problemas identificados pelo TCU geraram uma situação inédita no órgão de controle. Até então, as auditorias só haviam encontrado falhas em estudos básicos de engenharia. Os contratos firmados no fim do ano passado pelo Dnit, no entanto, evidenciaram que, seja básico ou executivo, os projetos continuam a apresentar irregularidades de toda ordem. "Chama a atenção a multiplicidade de falhas grosseiras identifica-

das nas fiscalizações", comenta o ministro relator do processo sobre a BR-135, Augusto Nardes.

Somados os seis projetos de obras do Dnit analisados pelo tribunal (*ver quadro*), os empreendimentos teriam um custo total de R\$ 867,2 milhões para os cofres públicos. A correção dos apontamentos, no entanto, pode levar a uma redução total de R\$ 120,6 milhões, queda de 14% sobre o preço original estimado.

A adoção de projetos executivos passou a ser defendida insistentemente pelo governo como a saída para os problemas que travam as obras do país. A determinação, que começou pelos empreendimentos do Ministério dos Transportes, acabou expandida para a maior parte das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), orientação feita pela ministra do Planejamento, Miriam Belchior. A exigência previa, dos estudos avançados também passou a ser critério de licitação no Ministério das Cidades, que controla as obras de mobilidade da Copa do Mundo de 2014, entre outros grandes empreendimentos de logística nos grandes centros urbanos.

"Essa situação verificada agora pelo TCU deixa claro que a origem do problema não está na nomenclatura que damos para um projeto. Na realidade, não importa se ele é básico ou executivo, o

que importa é que ele tenha qualidade e que atenda às exigências legais", diz Carlos Campos, coordenador de infraestrutura econômica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O Dnit foi procurado pelo Valor para se posicionar sobre os problemas, mas não se manifestou sobre o assunto até o fechamento desta edição. Nas seis auditorias realizadas pelo TCU, a autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes garantiu que acatará as recomendações recebidas e que fará as adequações necessárias para que as obras, finalmente, saiam do papel.

Em recente entrevista ao Valor, o diretor-geral do Dnit, Jorge Fraxe, afirmou que o órgão vai tomar medidas para restringir a participação em licitações de empresas sem qualificação para elaborar esses estudos. O modelo de contratação dos estudos — hoje realizado sob a modalidade de técnica e preço — será alterado, para apertar o filtro de companhias que assumem os projetos. Nos últimos cinco meses, o Dnit enviou cerca de 40 notificações para empresas exigindo a revisão do material entregue. A autarquia começou a punir companhias por irregularidades e, com apoio da Controladoria-Geral da União (CGU), abrirá processos de inidoneidade contra aquelas que não cumprirem os contratos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “Lá vêm os bolivianos”, publicado pelo jornal *O Estado de S.Paulo* de 06 de agosto de 2012.

O editorial destaca que aberta a porteira do Mercosul aos bolivianos, com o ingresso da Venezuela, agora é a vez de Equador e Bolívia negociarem sua entrada plena no bloco que é cada vez mais ideológico e menos econômico.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos *Anais do Senado Federal*.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

O Estado de S.Paulo

LÁ VÊM OS BOLIVARIANOS

Aberta a porteira do Mercosul aos bolivarianos, com o ingresso da Venezuela, agora é a vez de Equador e Bolívia negociarem sua entrada plena no bloco que é cada vez mais ideológico e menos econômico. O timing do processo é perfeito: primeiro, como se sabe, Brasil e Argentina urdiram o isolamento do Paraguai, último obstáculo à adesão da Venezuela, e atropelaram as normas do Mercosul para receber Hugo Chávez de braços abertos, com direito a uma lépida subida do autocrata venezuelano na rampa do Planalto; ato contínuo, os outros dois mais importantes governos chavistas da América Latina iniciam tratativas para engrossar o Mercosul.

Como diz o diplomata José Botafogo Gonçalves em artigo no Estado (2/8), trata-se de um “novo Mercosul”, isto é, não se pode mais falar de uma zona de livre comércio e de união aduaneira, que está no espírito da fundação do bloco, mas, sim, de “um novo clube com objetivos políticos e econômicos que não valoriza o mercado, a livre circulação de mercadorias e serviços, a internacionalização das economias e a competitividade”.

Como a comprovar essa tendência, a Bolívia, seguindo a cartilha chavista de estatizar até o ar que se respira, nacionalizou nos últimos dois meses duas minas de prata e estanho exploradas por empresas estrangeiras, depois que grupos indígenas pressionaram o presidente Evo Morales. Segundo o governo, os investidores afetados serão indenizados de acordo

com uma avaliação “independente”, eufemismo para empurrar-lhes o prejuízo. O padrão de Morales não é novidade - basta lembrar a estrepitosa invasão de refinarias da Petrobrás em 2006 e a consequente indenização por valor inferior ao investido pela empresa brasileira. Essa constante ameaça ao investimento externo e aos contratos desautoriza mesmo os mais ingênuos entusiastas do “novo Mercosul” a supor que a Bolívia irá submeter-se alegremente aos princípios de livre mercado.

O mesmo acontece com o Equador, embora este país seja diferente de Venezuela e Bolívia por um importante aspecto: o país vai bem. Os venezuelanos enfrentam a maior inflação da América Latina, que ronda os 25% anuais, apesar do contínuo controle de preços exercido pelo governo - cuja política brucutu tem desidratado sistematicamente a produção interna. O PIB venezuelano depende cada vez mais, portanto, da vontade de Chávez de investir o dinheiro estatal. A Bolívia, por sua vez, segue sendo um dos países mais pobres do continente, e o desestímulo de Morales ao investimento externo, por conta das seguidas intervenções estatais, não prenuncia futuro melhor.

Já o Equador cresceu 8% em 2011 e tem uma das menores taxas de desemprego da região, por volta de 5%. Pode-se dizer que, ao menos por ora, o “capitalismo de Estado” está funcionando por lá, e o país tem reservas de gás e petróleo que interessam ao Mercosul. No entanto, seguindo o figurino chavista, o presidente Rafael Correa não gosta de jornalistas e de opositores, contrariando frontalmente as cláusulas democráticas do Mercosul - aquelas que foram invocadas para suspender o Paraguai.

Na última manifestação da truculência de Correa, autoridades do Estado apreenderam os computadores da revista Vanguardia, que é crítica ao presidente e noticiou vários casos de corrupção no governo. O motivo da ação oficial é de um cinismo exemplar: o Ministério do Trabalho local alega que a revista foi punida porque não cumpre a cota de funcionários com deficiência. O diretor da publicação, Juan Carlos Calderón, já havia sido condenado em fevereiro a pagar US\$ 1 milhão de indenização a Correa por ter publicado um livro em que denunciava um caso de corrupção envolvendo um irmão do presidente. Mais tarde, o magnânimo Correa “perdoou” a dívida do jornalista.

No entanto, nada disso importa mais, porque os valores da democracia e do livre mercado já não fazem mais parte do Mercosul. Com seu novo DNA, e em nome da expansão de oportunidades para as indústrias brasileiras e argentinas, o bloco mandou às favas os escrúpulos, instrumentalizando-se cada vez mais como contraponto bolivariano ao “império” americano.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Aproveito, antes de encerrar esta sessão, para informar que, hoje, ao meio-dia, foi celebrado, no gabinete do Presidente da Câmara dos Deputados, um convênio entre a TV Câmara e a TV Senado com várias assembleias legislativas e câmaras de vereadores, exatamente para a criação da rede digital do Legislativo. Esse trabalho, em parceria, vai envolver assembleias legislativas de vários Estados e também a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. No caso do Estado do Acre, que contou com a presença do Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Elson Santiago, também foi firmada a parceria. A TV vai ser implantada pela Câmara, e a Câmara vai levar o sinal digital tanto para a Câmara dos Deputados quanto para a TV Senado. Esse é mais um passo para a democratização das

informações, da comunicação, e um passo a mais no sentido da transparência pública plena para os legisladores e também para os eleitores acompanharem as atividades dos Parlamentares tanto na Câmara quanto no Senado e nas assembleias legislativas e câmaras municipais das capitais, que firmaram convênio com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, hoje, ao meio-dia.

Dessa forma, damos por encerrada a presente sessão, convocando outra para amanhã, no horário regimental.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 51 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Cidinho Santos** (S)
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollenberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Assis Gurgacz* (S)
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Tomás Correia** (S)

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 25

PMDB-19 / PP-5 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
José Sarney.	PMDB/AP
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Souza.	PMDB/PR
Tomás Correia.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-13 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2
PRB-1

Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Aníbal Diniz.	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.	PSB/SE
Assis Gurgacz.	PDT/RO
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Lopes.	PRB/RJ
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PC DO B/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Marta Suplicy.	PT/SP
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT
Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF
Vanessa Grazziotin.	PC DO B/AM

Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 15

PSDB-10 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Clovis Fecury.	DEM/MA
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Wilder Moraes.	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 13

PTB-6 / PR-6 / PSC-1

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Russo.	PR/MS
Armando Monteiro.	PTB/PE
Cidinho Santos.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim Argello.	PTB/DF
João Ribeiro.	PR/TO
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti.	PTB/RR
Vicentinho Alves.	PR/TO

PSD - 2

Kátia Abreu.	TO
Sérgio Petecão.	AC

PSOL - 1

Randolfe Rodrigues.	AP
--------------------------	----

Bloco Parlamentar da Maioria.	25
Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco Parlamentar Minoria.	15
Bloco Parlamentar União e Força.	13
PSD.	2
PSOL.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Marta Suplicy** (Bloco-PT-SP)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RN)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Gim Argello* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Antonio Russo* (Bloco-PR-MS)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Randolfe Rodrigues** (PSOL-AP)
Assis Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Ribeiro** (Bloco-PR-TO)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Cidinho Santos** (Bloco-PR-MT)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Tomás Correia** (Bloco-PMDB-RO)
Clovis Fecury** (Bloco-DEM-MA)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PC DO B-AM)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vicentinho Alves** (Bloco-PR-TO)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	Kátia Abreu* (PSD-TO)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

José Sarney - (PMDB-AP)

1ª VICE-PRESIDENTE

Marta Suplicy - (PT-SP)

2º VICE-PRESIDENTE

Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4)

1º SECRETÁRIO

Cícero Lucena - (PSDB-PB)

2º SECRETÁRIO

João Ribeiro - (PR-TO) ⁽²⁾

3º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

4º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7)

2º - João Durval - (PDT-BA)

3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)

4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25</p> <p>Líder Walter Pinheiro - PT (22,24)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49) Lídice da Mata (29,38) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,44)</p> <p>Líder do PT - 13 Walter Pinheiro (22,24)</p> <p>Vice-Líderes do PT Wellington Dias (27) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (28) Anibal Diniz (25)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49)</p> <p>Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21)</p> <p>Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (29,38)</p> <p>Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (30)</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,44)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Jayme Campos - DEM (26)</p> <p>Vice-Líderes Cyro Miranda (31) Flexa Ribeiro (7,32) Lúcia Vânia (33) Mário Couto (34) Paulo Bauer (6,35)</p> <p>Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (5) Paulo Bauer (6,35) Flexa Ribeiro (7,32)</p> <p>Líder do DEM - 5 José Agripino (2,10,14,45,46)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (26)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (19,51) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Eduardo Amorim (17,47,48)</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim Argello</p> <p>Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti</p> <p>Líder do PR - 6 Blairo Maggi (19,51)</p> <p>Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - PMDB (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38) Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	<p>PSD - 2</p> <p>Líder Kátia Abreu - PSD (11,13)</p> <p>Vice-Líder Sérgio Petecão</p> <p>PSOL - 1</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.

36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,12)

RELATORA: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(14,16)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

Prazo prorrogado: 30/06/2012

Prazo prorrogado: 12/10/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁷⁾	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,15)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁷⁾	
(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

***. Em 20.03.2012, foi lido o Requerimento nº 163, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Em 5.06.2012, foi lido o Requerimento nº 521, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão por noventa dias, a partir de 30 de junho de 2012.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.
17. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 061 33033514

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

***. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

****. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

*****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antioissio@senado.gov.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

Designação: 28/02/2012

Instalação: 28/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).

2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).

3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).

4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20

Finalidade: Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/02/2012

Designação: 07/03/2012

Instalação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽¹³⁾	4. Senador João Capiberibe (PSB)
	5. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ^(11,12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB)	2. Senador Paulo Davim (PV) ⁽¹⁰⁾
Senador Sérgio Souza (PMDB)	
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾
Senador José Agripino (DEM) ^(3,6)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁵⁾	
Senador Fernando Collor (PTB) ⁽²⁾	1. Senador Gim Argello (PTB) ⁽²⁾
Senador Cidinho Santos (PR) ^(4,14,15)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽⁴⁾
PSD	
	1. Senadora Kátia Abreu ^(8,9)

Notas:

*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.

***. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)
2. Em 13.03.2012, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 56/2012-GLPTB).
3. Em 14.03.2012, os Senadores Demóstenes Torres e Jayme Campos são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 010/12-GLDEM).
4. Em 21.03.2012, os Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão (Of. nº 009/2012-GLPR).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 15/2012-GLDEM).
7. Em 17.05.2012, o Senador Francisco Dornelles e a Senadora Ana Amélia são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 129/2012-GLPMDB).
8. Em 25.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSD (OF. GLPMDB nº 136/2012).
9. Em 28.05.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente na Comissão (OF. Nº 027/2012-GLPSD) em vaga cedida ao PSD pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
10. Em 29.05.2012, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 0143/2012).
11. Em 06.06.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLPMDB nº 0146/2012).
12. Em 06.06.2012, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 081/2012-GLDBAG), em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
13. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
14. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
15. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 090/2012/BLUFOR/SF).

4) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 04/04/2012

Prazo final: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).
4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

**COMISSÃO DE ESPECIALISTAS COM O OBJETIVO
DE ANALISAR QUESTÕES FEDERATIVAS**

Finalidade: Analisar e propor, no prazo de sessenta dias, a partir da instalação, soluções para questões relacionadas ao Sistema Federativo.

(Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2012)
(Requerimento nº 25, de 2012, do Senador Pedro Taques)

Número de membros: 14

PRESIDENTE: Nelson Jobim

Ato do Presidente do Senado Federal: 15/03/2012

Designação: 15/03/2012

Instalação: 12/04/2012

Prazo final: 10/06/2012

Prazo prorrogado: 22/09/2012

MEMBROS

Nelson Jobim

Bernardo Appy

João Paulo dos Reis Velloso

Everardo Maciel

Ives Gandra da Silva Martins

VAGO ⁽¹⁾

Luís Roberto Barroso

Michal Gartenkraut

Paulo de Barros Carvalho

Bolívar Lamounier

Fernando Rezende

Sérgio Prado

Manoel Felipe do Rêgo Brandão

Marco Aurélio Marrafon

Notas:

*. Em 29.05.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012-CEAQF, que solicita a prorrogação dos trabalhos da Comissão por noventa dias. A prorrogação foi aprovada pelo Plenário em 29.05.2012.

1. Em 09.08.2012, foram lidos expedientes dos Senhores Adib Jatene e Mailson da Nóbrega comunicando a impossibilidade de participarem da Comissão.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins

Telefone(s): 061 33033501

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

6) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Designação: 17/07/2012

Instalação: 08/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo final: 04/10/2012

Relatórios Parciais - prazo final: 05/11/2012

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 20/11/2012

Parecer Final da Comissão - prazo até: 04/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽²⁾	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Senador Clovis Fecury (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. Senador Gim Argello (PTB)

Notas:

*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

***. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).

2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).

7) COMISSÃO EXTERNA PARA PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

Instalação: 17/04/2012

Prazo final: 16/07/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Paulo Davim (PV) ⁽²⁾
Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

8) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Tomás Correia (PMDB)
Senador Casildo Maldaner (PMDB)	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senadora Marta Suplicy (PT)	2. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Clovis Fecury (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim Argello (PTB)
Senador Fernando Collor (PTB)	2. Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB)

Notas:

*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.

****. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

*****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

*****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.

*****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³⁴⁾
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Assis Gurgacz (PDT) ^(35,36)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lidice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁰⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(18,23)
Tomás Correia (PMDB) ^(37,38)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(4,8,17,28,29)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,20)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(31,32,33)
Jayme Campos (DEM) ⁽³¹⁾	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16,41)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁰⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim Argello (PTB)
Antonio Russo (PR) ^(27,28,29)	3. Cidinho Santos (PR) ^(39,40)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ⁽²²⁾

PSD PSOL (26)

Kátia Abreu (PSD) (24,25)

1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Domelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).

18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
27. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
29. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
30. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
31. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
33. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
34. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 089/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
41. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT) ⁽³⁾
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,6)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁸⁾	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁰⁾	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(2,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
 7. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
 8. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
 9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 10. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁹⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁴⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(7,18,24)
Paulo Davim (PV) ^(2,24)	2. Pedro Simon (PMDB) ⁽²⁴⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5,24)	3. Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁴⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁴⁾	4. Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁴⁾	5. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ana Amélia (PP) ^(15,16,17,22,24)	6. Benedito de Lira (PP) ^(11,24)
Renan Calheiros (PMDB) ^(24,26)	7. VAGO ⁽²⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB) ^(1,6)	2. Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁵⁾
Vicentinho Alves (PR)	3. Antonio Russo (PR) ^(20,21)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

24. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

25. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

26. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rêgo e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Marta Suplicy (PT-SP) ⁽¹⁾

Instalação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).

2. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

3. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁸⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(8,10)
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	4. Assis Gurgacz (PDT) ^(25,26,50,52)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁷⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(33,34)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(40,51)	1. Renan Calheiros (PMDB) ^(2,4,16,21,28,40,51)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(3,17,40,51)	2. Roberto Requião (PMDB) ^(5,16,37,40,47,51)
Pedro Simon (PMDB) ^(40,51)	3. Tomás Correia (PMDB) ^(14,16,40,51,53,54)
Romero Jucá (PMDB) ^(40,51)	4. Eduardo Braga (PMDB) ^(15,16,40,51)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(21,40,51)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(27,40)	6. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	7. Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁹⁾
José Agripino (DEM) ^(18,44)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(19,44,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(12,46)
Gim Argello (PTB)	2. Ciro Nogueira (PP) ^(11,46)
Magno Malta (PR)	3. João Ribeiro (PR) ^(20,22,35,36)
	4. Eduardo Amorim (PSC) ^(48,49)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	
PSD	
Sérgio Petecão ^(41,42,43)	1. Kátia Abreu ^(30,31,32,38,41,42,43)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Domelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

9. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

12. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
34. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
35. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
36. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
37. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of.GLPMDB nº 45/2012).
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
41. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
42. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
45. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
46. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
47. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).
48. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
49. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (Of. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
50. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
51. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (Of. GLPMDB nº 168/2012).
52. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).

53. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

54. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴¹⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(14,27)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁴⁾	
Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁶⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,22,46,49)
Pedro Simon (PMDB) ^(29,30,31,42,46)	2. VAGO ^(46,49)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(7,13,28,46)	3. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁶⁾
Benedito de Lira (PP) ^(32,34,43,46)	4. VAGO ^(46,49)
Ana Amélia (PP) ^(20,46)	5. VAGO ^(46,49)
Romero Jucá (PMDB) ^(46,49)	6. VAGO ^(23,46,49)
Tomás Correia (PMDB) ^(46,49,50,51)	7. VAGO ^(11,46)
Waldemir Moka (PMDB) ^(46,49)	8. ⁽⁴⁶⁾
Ciro Nogueira (PP) ^(46,49)	9. ⁽⁴⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁶⁾	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁶⁾
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁹⁾	5. Alvaro Dias (PSDB) ^(8,47,48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴⁴⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(1,45)
Magno Malta (PR) ^(12,26)	3. Antonio Russo (PR) ^(39,40)
João Ribeiro (PR) ⁽²⁶⁾	4. Vicentinho Alves (PR)
PSD PSOL ⁽³⁷⁾	
Kátia Abreu (PSD) ^(35,38)	1. Randolfê Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).

18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

19. Em 31.08.2011, o Senador Zézé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
27. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marínor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
38. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
39. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
40. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
41. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
44. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
45. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
46. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
47. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
48. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
49. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDDB nº 181/2012).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes**Notas:**

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,19)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Aníbal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Assis Gurgacz (PDT) ^(12,16,41,42)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Tomás Correia (PMDB) ^(43,44)
VAGO ^(21,22,40)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(22,23)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO ^(33,34,38)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,24,27)	6. VAGO ^(9,30,31,32,37)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) ^(20,28,29)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁸⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁹⁾	
Gim Argello (PTB) ^(1,25)	1. João Vicente Claudino (PTB) ⁽²⁾
Vicentinho Alves (PR)	2. Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁵⁾
PSD PSOL ⁽³⁵⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁵⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ^(5,6,10,36)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).

2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).

3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (OF. SF/GSMB nº 0275/2011).

6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (OF. SF/GSMB nº 0276/2011).

7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).

11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).

12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 100/2011 - GLDBAG).

17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).

20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 059/2011-GLDEM).

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).

23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. 292/2011 - GLPMDB).

24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).

25. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).

26. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

27. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (OF. 072/2011 - GLDEM).

29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 074/2011-GLDEM).

30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)

33. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).

35. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

36. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
41. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
42. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
43. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
44. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
45. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ^(1,3,6,8,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁶⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(4,12)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁵⁾	
VAGO ⁽¹³⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Waldemir Moka (PMDB) ^(7,13)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,10)	1. Kátia Abreu (PSD)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁵⁾	
⁽⁹⁾	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
9. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
10. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
11. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
12. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
13. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
14. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 50/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.
15. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

16. Em 25.04.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012/CMA, de 20.04.2012, comunicando a indicação da Senadora Vanessa Grazziotin como Relatora da Subcomissão.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ^(2,10)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁷⁾
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. Acir Gurgacz (PDT) ^(7,8)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁹⁾
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(4,7,11)	1. Vicentinho Alves (PR) ⁽⁷⁾

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
9. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
10. Senador Blairo Maggi licenciou-se por 130 dias, a partir de 09.08.12, nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

11. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(8,12)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(2,3,5,6,9)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹³⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁰⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(7,12,14)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).

6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

8. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

9. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

11. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).

12. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

13. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

14. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Vicentinho Alves (PR)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

*. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomema@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) ^(15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) ^(12,38,40)	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴³⁾	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(8,10,26,33)
VAGO ^(1,13,28,29,30,42)	2. VAGO ⁽³⁹⁾
VAGO ^(32,34,41)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(18,31)	4. VAGO ⁽²¹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁰⁾	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(5,9,17,36,46)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,23)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) ^(19,37,45)	3. José Agripino (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽²⁾	1. Gim Argello (PTB) ⁽⁴⁷⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(11,44)	2.
Magno Malta (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
VAGO ⁽³⁵⁾	1. Randolfê Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

29. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
38. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
41. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
44. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
45. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
46. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
47. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: quintas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(18,19)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁷⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB) ^(24,25,29)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Tomás Correia (PMDB) ^(13,14,15,22,28)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²³⁾	
Fernando Collor (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Gim Argello (PTB)	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Cidinho Santos (PR) ^(26,27)	3. João Ribeiro (PR) ^(20,21)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Domelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

24. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

25. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

26. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

27. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).

29. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. VAGO ^(9,10)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁸⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(6,7)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)

6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

7. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

9. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

10. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

****. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

*****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(7,8)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
 4. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
 5. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
 6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 7. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
 8. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- ****. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
VAGO ^(16,18)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(12,13)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,8)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁴⁾	
Tomás Correia (PMDB) ^(15,17)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(2,9)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
11. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
12. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
13. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

14. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

15. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

16. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. N° 257/2012-CRE/PRES).

18. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) ^(1,36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(21,22)
Assis Gurgacz (PDT) ^(32,33)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁹⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁶⁾	
Tomás Correia (PMDB) ^(27,34,35)	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽²⁷⁾
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁷⁾	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11,27)
Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁷⁾	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁷⁾
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁷⁾	4. Francisco Dornelles (PP) ^(10,27)
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁷⁾	5. Clésio Andrade (PMDB) ^(12,23,24,27)
Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁷⁾
Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁷⁾	7. Ivo Cassol (PP) ^(16,17,18,25,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Jayme Campos (DEM) ⁽³⁰⁾	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²⁶⁾	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Gim Argello (PTB) ⁽³⁸⁾	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR) ⁽³⁷⁾	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
⁽²⁰⁾	1. ⁽²⁰⁾
PSD	
Kátia Abreu ^(28,31)	1. Sérgio Petecão ^(6,7,13,15,28,29,31)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozanildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).

21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

24. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).

25. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

26. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
27. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
28. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
29. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
31. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 088/2012-GLDBAG).
34. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
35. Em 1° 08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB n° 181/2012).
36. Senador Blairo Maggi licenciou-se por 130 dias, a partir de 09.08.12, nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
37. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
38. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. N° 093/2012/BLUFOR/SF).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário n° 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(4,5,7)

RELATOR: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ^(3,5)

Instalação: 15/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Tomás Correia (PMDB) ^(8,9)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).

2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.

3. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CI, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.

4. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CI comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.

5. Em 27.03.2012, foi lido o Ofício nº 037/2012-CI comunicando a renúncia do Senador Vital do Rêgo ao cargo de Vice-Presidente da Subcomissão e sua indicação ao cargo de Relator.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

7. Em 24.04.2012, foi lido o Of. nº 44/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Flexa Ribeiro para Vice-Presidente da Subcomissão.

8. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

9. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.

*. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. Tomás Correia (PMDB) (6,7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1. Vicentinho Alves (PR) (3,5)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. Nº058/2012 - CI).

2. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).

3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).

4. Em 16.05.2012, foram eleitos Presidente o Senador Ivo Cassol e Vice-Presidente o Senador Jayme Campos. O Senador Sérgio Petecão foi designado Relator (Of. nº 059/2012-CI, lido na sessão de 17.05.2012).

5. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).

6. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

7. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

***. Em 10.05.2012, foi lido o Of. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(1,22,23,28,33,36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
João Durval (PDT)	4. Assis Gurgacz (PDT) ^(38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁴⁾	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(22,23,24,26,31,37)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Eduardo Braga (PMDB) ^(17,40)	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,19)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO ^(25,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁵⁾	2. Magno Malta (PR)
PSD PSOL ⁽²⁹⁾	
	1. Randolfê Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁶⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 120/2011 - GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
24. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
25. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
26. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
31. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
32. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
33. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
34. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
35. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
36. Em 24.05.2012, foi lido o Ofício nº 120/2012-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Eduardo Amorim para Vice-Presidente da Comissão.
37. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

39. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

40. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,7,8)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim ^(4,6,9,11,12)	

Notas:

1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

5. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).

6. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).

7. Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.

8. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

9. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

11. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).

12. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,11)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT) ⁽¹²⁾
VAGO ⁽¹⁰⁾	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) ^(4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
10. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012-GLBUF/SF).
11. Vago, em 17.04.2012, em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012-GLBUF/SF).
12. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,5,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹²⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,11)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

5. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).

7. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.

8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

10. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

11. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).

12. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(2,39)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11,23,25)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁰⁾	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁸⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO ^(28,30,37)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
VAGO ^(26,27,29,36)	3. Tomás Correia (PMDB) ^(41,42)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,20,22)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ^(7,19)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(24,34,35)	2. Cidinho Santos (PR) ^(24,43,44)
PSD PSOL ⁽³³⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ⁽³²⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 294/2011).
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDDB).
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

39. Senador Acir Gurgacz licenciou-se por 123 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
40. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
41. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
42. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
43. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
44. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 08:30hs -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,14)
João Capiberibe (PSB) ^(10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(1,23,24)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁵⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5,13)
Tomás Correia (PMDB) ^(26,27)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²⁵⁾	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) ^(4,18)	2. João Ribeiro (PR) ⁽¹⁸⁾
PSD PSOL ⁽²¹⁾	
⁽⁶⁾	1. Sérgio Petecão (PSD) ^(20,22)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).

13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDDB).

14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB nº 294/2011).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

21. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

22. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

24. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

25. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

26. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

27. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDDB nº 181/2012).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes****Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3303-1120**Fax:** 3303-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011**Notas:**

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(7,8)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Eunício Oliveira (CE) ⁽⁹⁾	1. Sérgio Souza (PR) ⁽¹⁰⁾
João Alberto Souza (MA) ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁶⁾
Renan Calheiros (AL)	3. VAGO ⁽²⁾
Romero Jucá (RR)	4. VAGO ⁽¹⁾
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Ângela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO) ⁽¹¹⁾	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 28/06/2012

Notas:

1. Em 30.05.2012, vago em virtude de sua eleição como membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Em 18.04.2012, vago em decorrência da renúncia do Senador Valdir Raupp, conforme Of.GSVR nº 002/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
3. Eleito Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
4. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o Of. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
6. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago(PMDB-PB) ter deixado o mandato.
7. Em 10.04.2012, na 1ª Reunião de 2012 do Conselho, assumiu a Presidência o Senador Antonio Carlos Valadares (art. 88, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal).
8. Eleito Presidente na 3ª Reunião do Conselho, realizada em 12.04.2012.
9. Em 30.05.2012, eleito membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Em 12.06.2012, eleito membro suplente deste Conselho, conforme Of.GLPMDDB nº 149/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros: 5 titulares**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
VAGO ⁽¹⁾	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 12/07/2012**Notas:**

1. Vago em virtude da perda do mandato do Senador Demóstenes Torres, decretada pela Resolução do Senado Federal nº 20, de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 12.07.2012

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br**4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)***OUVIDOR-GERAL:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**1ª Designação:** 26/04/2011**Atualização:** 26/04/2011**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(6,17)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁷⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**MEMBROS****PMDB**VAGO ^(9,16)**PT**Ana Rita (ES) ⁽¹⁰⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PTBMozarildo Cavalcanti (RR) ⁽²⁾**DEM**Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾**PR**VAGO ^(8,14,15)**PP**Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾**PDT**Zeze Perrella (MG) ⁽¹³⁾**PSB**

Lídice da Mata (BA)

PC DO BVanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾**PSOL**VAGO ^(4,11)**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹²⁾**PSC**

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁷⁾
PSD
Kátia Abreu (TO) ⁽¹⁸⁾
PPS
PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 27/08/2012**Notas:**

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. GSAGUR nº 027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
15. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
16. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
17. Eleita na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.
18. Designada para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of. 043/2012-GLPSD, de 15 de agosto de 2012, lido na sessão do Senado Federal de 27/08/2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**MEMBROS****PMDB**Waldemir Moka (MS) ⁽⁴⁾**PT**Jorge Viana (AC) ⁽⁶⁾**PSDB**Cyro Miranda (GO) ⁽⁸⁾**PTB**Armando Monteiro (PE) ⁽⁹⁾**DEM**José Agripino (RN) ⁽⁷⁾**PR**VAGO ^(10,18,19)**PP**Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁴⁾**PDT**Acir Gurgacz (RO) ^(16,22)**PSB**Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹¹⁾**PC DO B**Inácio Arruda (CE) ⁽³⁾**PSOL**VAGO ^(12,13)**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ^(1,17,20)**PSC**Eduardo Amorim (SE) ^(2,15)**PSD**Sérgio Petecão (AC) ⁽²³⁾

PPS**PV**Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾**Atualização:** 27/08/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of. nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
7. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
15. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
16. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. nº 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
19. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
20. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 004/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
21. Eleito na 2ª Reunião de 2012, realizada em 13/06/2012.
22. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
23. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of. nº 0044/2012-GLPSD, lido na Sessão do Senado Federal de 27/08/2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁴⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**MEMBROS****PMDB****PT**Humberto Costa (PE) ⁽⁷⁾**PSDB**Cícero Lucena (PB) ⁽³⁾**PTB**Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾**DEM****PR**Vicentinho Alves (TO) ⁽⁶⁾**PP**Ana Amélia (RS) ⁽¹¹⁾**PDT**Cristovam Buarque (DF) ⁽⁸⁾**PSB**João Capiberibe (AP) ⁽¹³⁾**PC DO B**Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PSOL**Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁵⁾**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁹⁾**PSC****PSD**

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽¹⁰⁾

Atualização: 25/04/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.GLPB n° 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
2. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.n° 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of.GSRR n° 00030/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
6. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.Leg. n° 010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.n°006/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
9. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.05/2012-GSMC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
10. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.GSPDAV n° 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
11. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. 18/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Eleito na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, nos termos do Of.GLPB n° 0024/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS**PMDB****PT**

Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽³⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽⁶⁾

DEM

Clovis Fecury (MA) ⁽¹²⁾

PR

Vicentinho Alves (TO) ⁽¹⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁹⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF) ⁽¹³⁾

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹⁰⁾

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽²⁾

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁵⁾

PRB

Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁴⁾

PSC**PSD**

Kátia Abreu (TO) ⁽⁸⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁷⁾

Atualização: 09/05/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme OF. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme OF. GLPCB nº 021/2012, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme OF. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme OF. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme OF. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme OF. nº 048/2012-GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme OF. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme OF. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme Of. nº 019/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 0025/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme OF. nº 10/12-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/04/2012.
12. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.028/2012-GLDEM, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 25.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GL PDT-015/2012, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 02.05.2012.
14. Eleito na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255 **Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

9) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PTB
DEM
PR
PP
PDT
PSB
PC DO B
PSOL
PRB
PSC
PSD
PV
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
Pesquisador com produção científica relevante

Representante da sociedade civil organizada

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Biblioteca - Térreo

Telefone(s): 3303.5258 **Fax:** 3303.5260

E-mail: scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ⁸

COMPOSIÇÃO ²

Presidente: Deputado Paulo Pimenta ⁴
1º Vice-Presidente: Senador Cássio Cunha Lima ⁴
2º Vice-Presidente: Deputado Reinaldo Azambuja ⁴
3º Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves ⁴

Instalação: 27-3-2012

Relator do PLDO / 2013: Senador Antonio Carlos Valadares ⁶

Relator do PLOA / 2013: Senador Romero Jucá ⁶

Relator da Receita: Deputado Cláudio Puty ⁶

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)	
Romero Jucá (PMDB/RR)	1.
Benedito de Lira (PP/AL) ⁵	2. Sérgio Souza (PMDB/PR)
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3. ³
⁹	4. ⁹
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR)
Paulo Paim (PT/RS)	3. Ana Rita (PT/ES) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
PR	
Vicentinho Alves (PR/TO)	1. Antonio Russo (PR/MS)
PSD ¹	
Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. Kátia Abreu (PSD/TO)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.

3- Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 042/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.

4- Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.

5- Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, em 16-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.

6- Designados o Senador Romero Jucá para o cargo de Relator-Geral do PLOA/2013, o Senador Antonio Carlos Valadares para o cargo de Relator do PLDO/2013, e o Deputado Cláudio Puty para o cargo de Relator da Receita, em 17-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2012, da Presidência da CMO.

7- Designada a Senadora Ana Rita, como membro suplente, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

9- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. Assis Carvalho (PT/PI) ^{8 e 9}
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
Edio Lopes (PMDB/RR) ²	2. Joaquim Beltrão (PMDB/AL)
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) ⁷
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ⁷	5.
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
PSDB	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) ³	1. Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ³
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2. Marcus Pestana (PSDB/MG) ¹⁰
Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	3. Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) ¹³
PP	
João Leão (PP/BA) ⁴	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
DEM	
Augusto Coutinho (DEM/PE) ⁶	1. Eli Correa Filho (DEM/SP) ⁶
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA) ^{11 e 12}
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PSD	
Eduardo Sciarra (PSDPR) ^{16 e 17}	1. Átila Lins (PSD/AM) ^{16 e 17}
Irajá Abreu (PSD/TO) ^{16 e 17}	2. Jorge Boeira (PSD/SC) ^{16 e 17}
Paulo Magalhães (PSD/BA) ^{16 e 17}	3. Manoel Salviano (PSD/CE) ^{16 e 17}
PR	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobbo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Laurez Moreira (PSB/TO) ^{14 e 15}	2. Antonio Balhmann (PSB/CE)
PDT	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Nercessian (PPS/RJ)
PTB	
Arnon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PSC	
Ratinho Junior (PSC/PR)	1. Leonardo Gadelha (PSC/PB)
PCdoB	
Osmar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) ⁵
PMN ¹	
²	²

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13-3-2012.
- 3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.
- 4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Botelho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.
- 5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 097/12, da Liderança do PCdoB.
- 6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correa Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.
- 7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Otoni da suplência na Comissão.
- 9- Designado o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 231, de 2012, da Liderança do PT.
- 10- Designado o Deputado Marcus Pestana, como membro suplente, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 561, de 2012, da Liderança do PSDB.
- 11- Designado o Deputado Ronaldo Caiado, como membro suplente, em substituição ao Deputado Lira Maia, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155, de 2012, da Liderança do DEM.
- 12- Designado o Deputado Lira Maia, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ronaldo Caiado, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 156, de 2012, da Liderança do DEM.
- 13- Designado o Deputado Nelson Marchezan Junior, como membro suplente, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 692, de 2012, da Liderança do PSDB.
- 14- Designado o Deputado Pastor Eurico, como membro titular, em substituição ao Deputado Laurez Moreira, em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 119, de 2012, da Liderança do PSB.
- 15- Designado o Deputado Laurez Moreira, como membro titular, em substituição ao Deputado Pastor Eurico, em 1º-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 121, de 2012, da Liderança do PSB.
- 16- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 17- Designados os Deputados Eduardo Sciarra, Irajá Abreu e Paulo Magalhães, como membros titulares, e os Deputados Átila Lins, Jorge Boeira e Manoel Salviano, como membros suplentes, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 815, de 2012, da Liderança do PSD.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Senador Sérgio Souza (PMDB/PR)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Armando Monteiro (PTB/PE)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Sérgio Souza (PMDB/PR)
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Paulo Paim (PT/RS)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	João Paulo Lima (PT/PE)
PMDB	Celso Maldaner (PMDB/SC)
PSDB	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)
PDT	Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)
PTB	Antonio Brito (PTB/BA)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Paulo Wagner (PV/RN)
PCdoB	Osmar Júnior (PCdoB/PI)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Cláudio Puty (PT/PA)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Clésio Andrade (PMDB/MG)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
PSD	Sérgio Petecão (PSD/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Cláudio Puty (PT/PA)
PMDB	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
PSDB	Duarte Nogueira (PSDB/SP)
PP	Renato Molling (PP/RS)
DEM	Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	Giacobo (PR/PR)
PSB	Paulo Foletto (PSB/ES)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Mauro Lopes (PMDB/MG)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Vicentinho Alves (PR/TO)
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Wellington Dias (PT/PI)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Josias Gomes (PT/BA)
PT	Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	Mauro Lopes (PMDB/MG)
PSDB	Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)
DEM	Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)
PSB	Laurez Moreira (PSB/TO)
PDT	Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Benedito de Lira (PP/AL)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Leonardo Monteiro (PT/MG)
PMDB	Edio Lopes (PMDB/RR)
PSDB	Marcus Pestana (PSDB/MG)
PP	Roberto Balestra (PP/GO)
PR	João Maia (PR/RN)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PSC	Leonardo Gadelha (PSC/PB)

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Deputado Márcio Macedo ^{15 e 20}
Vice-Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin ^{15 e 20}
Relator: Senador Sérgio Souza ^{16 e 20}

Instalação: 10-4-2012 ^{15 e 20}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7 e 23}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
²²	5. ²²
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3 e 14}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ³
Eduardo Braga (PMDB/AM) ³	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ³
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11 e 12}	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3 e 18}	4. ^{3 e 19}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. ^{2 e 24}
Jayme Campos (DEM/MT) ^{6 e 10}	2. José Agripino (DEM/RN) ^{6 e 10}
²²	3. ²²
PTB	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ⁴	1. ^{8, 9 e 12}
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.

24 – Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. Francisco Praciano (PT/AM) ²
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1.
	2.
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ^{2 e 11}	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Anthony Garotinho (PR/RJ) ²	1. Bernardo Santana De Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 12}
PSB	
Luiz Noé (PSB/RS) ²	1. Glauber Braga ^{2, 7 e 13}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Alfredo Sirkis (PV/RJ) ²	1. Sarney Filho (PV/MA) ²
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ithoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OFB/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ithoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone: (61) 3303-3122

COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados ³

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
⁴	4. ³
PSDB	
	1.
PTB	
Gim Argello (PTB/DF) ²	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ²
DEM	
	1.
PSOL ¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.

3- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

4- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Fernando Collor ⁶
Vice-Presidente: Deputada Perpétua Almeida ⁶

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ¹	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 29.03.2012)

Notas:

1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Dornelles (PP) e Paulo Davim (PV).

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

6- Assumiu a Presidência na 2ª Reunião de 2012, realizada em 08/05/2012, em substituição à Deputada Perpétua Almeida, que passou a ocupar a Vice-Presidência, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15/08/2001 (Ata publicada no DSF de 22/08/2001, pg. 17595).

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores ¹⁸ e 13 (treze) Deputados ¹⁸ e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011**Designação:** 14-12-2011**Instalação:** 8-2-2012**Prazo Final:** 19-8-2012**Prazo Final Prorrogado:** 28-3-2013 ¹⁷

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
¹¹	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
¹⁸	5. ¹⁸
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
¹⁶	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{14 e 15}
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8, 12 e 16}
	3.
	4.
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim Argello (PTB/DF) ⁷
PSOL ¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim Argello, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando

a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.

13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.

14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotini, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.

17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16/07/2012 (Sessão do Senado Federal).

18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Nilda Gondim (PMDB/PB) ⁹
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) ^{10 e 11}	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)**Diretor:** Dirceu Vieira Machado Filho**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 1, de 2012-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 17 (dezessete) Senadores ⁸ e 17 (dezessete) Deputados ⁸ e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

- **Leitura:** 19-4-2012- **Designação da Comissão:** 24-4-2012- **Instalação da Comissão:** 25-4-2012- **Prazo final da Comissão:** 4-11-2012

Presidente: Senador Vital do Rêgo
Vice-Presidente: Deputado Paulo Teixeira
Relator: Deputado Odair Cunha

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
José Pimentel (PT/CE)	1. Walter Pinheiro (PT/BA) ⁶
Jorge Viana (PT/AC) ³	2. Aníbal Diniz (PT/AC) ^{3 e 6}
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Angela Portela (PT/RR) ⁶
Pedro Taques (PDT/MT)	4. Delcídio do Amaral (PT/MS) ⁶
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	5. Wellington Dias (PT/PI) ^{4 e 6}
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)	
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	1. Benedito de Lira (PP/AL)
Ricardo Ferraço (PMDB/ES)	2.
Sérgio Souza (PMDB/PR)	3.
Ciro Nogueira (PP/PI)	4.
Paulo Davim (PV/RN)	5.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Jayme Campos (DEM/MT)	1. Cyro Miranda (PSDB/GO) ^{5 e 7}
Alvaro Dias (PSDB/PR)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE)
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	3. ¹⁰
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Fernando Collor (PTB/AL)	1. Cidinho Santos (PR/MT) ^{2, 11 e 12}
Vicentinho Alves (PR/TO)	2. Eduardo Amorim (PSC/SE) ²
⁹	3. ⁹
PSD⁸	
Kátia Abreu (PSD/TO)	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ¹⁰	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim, como membros suplentes, em 13-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal.

3- Designados o Senador Jorge Viana, como membro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa, e o Senador Aníbal Diniz, como membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 82/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

4- O Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29-6-2012, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28-6-2012.

5- Designado o Senador Flexa Ribeiro, como membro suplente, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, em 4-7-2012 (Sessão do Senado

Federal), conforme Ofício nº 90, de 2012, da Liderança do PSDB.

6- Designada a Senadora Angela Portela, como membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e reposicionado o quadro de suplência, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Cyro Miranda, como membro suplente, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2012, da Liderança do PSDB.

8- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

9- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

10- Designado o Senador Randolfe Rodrigues, como membro titular, em 8-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme a Resolução nº 1, de 2012-CN e o Ofício nº 185, de 2012, da Liderança do PSOL.

11- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.

12 – Designado o Senador Cidinho Santos, como membro suplente, em substituição ao Senador Blairo Maggi, em 9-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	1. Dr. Rosinha (PT/PR)
Odair Cunha (PT/MG)	2. Luiz Sérgio (PT/RJ)
Paulo Teixeira (PT/SP)	3. Emiliano José (PT/BA) ^{4 e 12}
PMDB	
Íris de Araújo (PMDB/GO)	1. Leonardo Picciani (PMDB/RJ) ²
Luiz Pitiman (PMDB/DF)	2. João Magalhães (PMDB/MG)
PSDB	
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	1. Vaz de Lima (PSDB/SP) ^{9 e 10}
Domingos Sávio (PSDB/MG) ⁸	2. Vanderlei Macris (PSDB/SP) ^{3, 6 e 7}
PSD	
José Carlos Araújo (PSD/BA) ^{13 e 14}	1. Roberto Santiago (PSD/SP) ^{13 e 14}
Armando Vergílio (PSD/GO) ^{13 e 14}	2. César Halum (PSD/TO) ^{13 e 14}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC)	1. Iracema Portella (PP/PI)
DEM	
Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	1. Mendonça Prado (DEM/SE)
PR	
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)	1. Ronaldo Fonseca (PR/DF)
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) ¹⁵	1. Paulo Foletto (PSB/ES) ¹⁵
PDT	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	1. Vieira da Cunha (PDT/RS)
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno (PPS/PR)	1. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Silvio Costa (PTB/PE)	1. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)
PSC	
Filipe Pereira (PSC/RJ)	1. Hugo Leal (PSC/RJ)
PCdoB ¹	
Delegado Protógenes (PCdoB/SP)	1. Osmar Junior (PCdoB/PI) ^{5 e 11}

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Leonardo Picciani, como membro suplente, em substituição ao Deputado Edio Lopes, em 16-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 518/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

3- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Rogério Marinho, em 30-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 576/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

4- Designado o Deputado Ricardo Berzoini, como membro suplente, em substituição ao Deputado Sibá Machado, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 094/2012, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Jô Moraes, como membro suplente, em substituição ao Deputado Osmar Júnior, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 202/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, como membro suplente, em substituição ao Deputado Vanderlei Macris, em 25-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 649/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

7- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 661/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

8- Designado o Deputado Domingos Sávio, como membro titular, em substituição ao Deputado Fernando Francischini, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 689/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designado o Deputado Fernando Francischini, como membro suplente, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 694/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

10- Designado o Deputado Vaz de Lima, como membro suplente, em substituição ao Deputado Fernando Francischini, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 701/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

11- Designado o Deputado Osmar Junior, como membro suplente, em substituição à Deputada Jô Moraes, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 234, de 2012, da Liderança do PCdoB.

12- Designado o Deputado Emiliano José, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Berzoini, em 17-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 437/2012, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

13- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

14- Designados os Deputados José Carlos Araújo e Armando Vergílio, como membros titulares, e os Deputados Roberto Santiago e César Halum, como membro suplente, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.463, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

15- Designado o Deputado Glauber Braga (PSB/RJ), como membro titular, em substituição ao Deputado Paulo Foletto (PSB/ES), e o Deputado Paulo Foletto (PSB/ES), como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga (PSB/RJ), em 9-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 125/2012, da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados.

CONSELHOS E ORGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

2- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA ²**Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA ²**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA (JUCA FERREIRA)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 27.08.2012

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

scop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccai

1 - Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.**2** - Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)**

Presidente: Senador Roberto Requião⁶
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Jilmar Tatto ¹⁸
vago ¹⁰	Sibá Machado
Newton Lima ¹⁷	Welton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow ⁹	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Bruno Araújo ¹⁹
Sergio Guerra	Ruy Carneiro ¹⁶
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Delegado Protógenes ¹¹	Assis Melo ¹²
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁷	Valdir Raupp (PMDB) ²⁰
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy (PT) ¹⁴	Paulo Paim (PT) ¹⁵
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristóvam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	Cássio Cunha Lima (PSDB) ¹³
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 09.07.2012)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. Of. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.

10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).

11- Designado para ocupar a vaga de titular do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.

12- Designado para ocupar a vaga de suplente do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.

13- Designado para ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 21, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

14- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.

15- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.

16- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, nos termos do Ofício nº 430/21012-PSDB, de 17.04.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.

17- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Partido dos Trabalhadores - PT, em substituição ao Deputado Jilmar Tatto, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.

18- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido dos Trabalhadores - PT, em substituição ao Deputado Newton Lima, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.

19- Designado para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos do Of. nº 417/2012, do Gabinete da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal do dia 09.07.2012.

20 - Licenciou-se por 122 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir de 16.07.2012, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678/2012, aprovados na sessão do Senado Federal de 11.07.2012.



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 176 páginas

(OS: 14349/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

